



PLANO INTERMUNICIPAL CULTURA, CRIATIVIDADE E EDUCAÇÃO DO AVE

RELATÓRIO FINAL

Novembro 2023

ÍNDICE GERAL DE VOLUMES

Volume I – Diagnóstico

Volume II – Estratégia e Plano de Ação

Volume III – Anexos

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Enquadramento: Orientações e instrumentos no quadro das políticas de Educação e Cultura.....	3
2.1. Contexto europeu	3
2.1.1 Building synergies between Education and Culture (2013).....	3
2.1.2 Nova Agenda Europeia para a Cultura (2018)	7
2.1.3 Quadro Referência Europeu das Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (2018)	12
2.1.4 Espaço Europeu para a Educação	16
2.1.5 Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027	17
2.1.6 Carta de Porto Santo (2021)	19
2.1.7 Plano de Trabalho da União Europeia para a Cultura 2023-2026	21
2.1.8 Nova Agenda Europeia para a Educação de Adultos 2021-2030	23
2.1.9 Programa Erasmus+ e Programa Europa Criativa.....	25
2.2. Contexto nacional	29
2.2.1 Lei de Bases do Sistema Educativo.....	29
2.2.2 Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória	30
2.2.3 Portugal 2030 e Estratégia Regional NORTE 2030	31
2.2.4 Programa Regional NORTE 2030 e Programas Operacionais Temáticos.....	32
3. Dinâmicas da população na CIM do Ave – Análise quantitativa.....	38
4. Caracterização dos setores de cultura, criatividade e educação na CIM do Ave	48
4.1. Mapeamento de infraestruturas, recursos e competências municipais: Educação, Cultura e criatividade	48
4.1.1 Caracterização da rede de equipamentos culturais do Ave.....	48
4.1.2 Os serviços educativos e de mediação no sistema cultural	57
4.1.3 Monumentos e sítios patrimoniais.....	60
4.1.4 Caracterização da rede de estabelecimentos escolares da CIM do Ave	61
4.1.5 Caracterização da oferta de educação e formação no ensino Básico e Secundário, no setor cultural e artístico	63
4.1.6 Competências e orgânicas, municipais e intermunicipais, nos setores da educação e cultura	76

4.2. Instrumentos de política educativa	80
4.2.1 Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP	80
4.2.2 PIICIE e a nova geração de PIPSE	81
4.2.3 Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar PNPSE	84
4.2.4 Serviços de Psicologia e Orientação (SPO).....	86
4.2.5 Formação de docentes e outros agentes.....	87
4.2.6 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.....	89
4.2.7 Programa de Educação Estética e Artística.....	90
4.2.8 Programa de Recuperação de Aprendizagens	93
4.3. Instrumentos de política cultural	96
4.3.1 Plano Nacional das Artes.....	96
4.3.2 Plano Nacional de Leitura	98
4.3.3 Plano Nacional de Cinema.....	102
4.4. Ensino superior e práticas culturais das comunidades académicas.....	105
4.5. Formação profissional: Centros Qualifica	109
4.6. Ofertas educativas não formais	115
4.6.1 Universidades seniores.....	115
4.6.2 Outras ofertas de educação não-formal.....	118
4.7. Tecido artístico e cultural.....	120
5. Síntese do diagnóstico integrado dos sistemas educativo e cultural no Ave	124
5.1. Matriz SWOT	124
5.2. Mapeamento dos principais “espaços de interdependência”	128
5.3. Fatores nucleares de reforço e de mudança	130

ÍNDICE GERAL DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização das Bibliotecas Municipais da CIM do Ave - repositório, catálogo e sistema de gestão	49
Tabela 2. Caracterização das Bibliotecas Municipais da CIM do Ave – procura e recursos	50
Tabela 3. Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas.....	52
Tabela 4. Cartas Educativas por concelho da CIM do Ave e datas de monitorização/atualização	62
Tabela 5. Rede de estabelecimentos de educação, por concelho da CIM do Ave, no ensino público e privado, em 2022/23	63
Tabela 6. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Artísticos Especializados, em Iniciações em Música e Dança (1.º Ciclo), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	64
Tabela 7. Turmas e alunos matriculados em Cursos Básicos de Música, de Dança e de Teatro - 2.º Ciclo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	65
Tabela 8. Turmas e alunos matriculados em Curso Básico de Música, Dança e Teatro - 3.º Ciclo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	66
Tabela 9. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Profissionais – AEF 212 Artes do Espetáculo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	68
Tabela 10. Turmas e alunos matriculados nos Ensino Secundário nos Cursos do Ensino Artístico Especializado (Música e Dança), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	69
Tabela 11. Rede de estabelecimentos e alunos matriculados dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), em Artes Visuais, por concelho da CIM do Ave, ensino público, em 2021/22	71
Tabela 12. Turmas e alunos matriculados dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), em Artes Visuais, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23	72
Tabela 13. Turmas e cursos homologados nos Cursos Profissionais – na AEF 212 - Artes do Espetáculo, por concelho da CIM do Ave, para 2023/24.....	72
Tabela 14. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Profissionais (N4), na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23	74
Tabela 15. Rede homologada no 1.º ano dos Cursos Profissionais (N4) na CIM do Ave, na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, para 2023/24	75
Tabela 16. Agrupamentos de Escolas TEIP, na CIM do AVE.....	81

Tabela 17. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 2.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave	85
Tabela 18. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 5.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave	86
Tabela 19. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 7.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave	86
Tabela 20. Interações entre programas e medidas de política da educação e o sistema cultural	88
Tabela 21 – Agrupamentos escolares e escolas não-agrupadas da CIM do Ave associadas ao PNA.....	97
Tabela 22 – Projetos de escolas dos municípios do Ave e exemplos de atividades desenvolvidas no âmbito da Rede de Escolas aLeR+ 2027	100
Tabela 23 – Escolas dos municípios do Ave apoiadas em 2023 no âmbito do projeto Leitura em Família	101
Tabela 24 – Centros Qualifica dos municípios do Ave envolvidos na Rede Ler + Qualifica	102
Tabela 25 – Escolas e Agrupamentos escolares dos municípios do Ave inscritos no PNC no ano letivo 2022/2023	103
Tabela 26. Centros Qualifica nos concelhos do Ave.....	110
Tabela 27. Inscrições e certificações em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, na região do Ave, em 2022/23.....	111
Tabela 28. Inscrições em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, por concelho, na sub-região do Ave, em 2022/23.....	112
Tabela 29. Certificações em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, por concelho, no Ave, em 2022/23.....	113
Tabela 30. Entidades formadoras certificadas pela DGERT, por AEF, por concelho na CIM do Ave.....	114
Tabela 31 – Universidades Seniores nos concelhos do Ave	117
Tabela 32 – Ofertas de educação não-formal nos municípios da CIM do Ave	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição por concelho da População residente na CIM do Ave em 2021.....	38
Figura 2 – Distribuição da população residente por grupos etários, em 2021, na CIM do Ave e nos seus Municípios	39
Figura 3 –Distribuição das famílias clássicas por número de indivíduos, na CIM do Ave e nos concelhos, em 2021.....	39
Figura 4 – Distribuição da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, em 2021, na CIM do Ave e nos Municípios	40
Figura 5 – População residente com 15 ou mais anos com níveis de escolaridade inferiores ao nível secundário, por município da CIM do Ave, em 2021	41
Figura 6 – Distribuição por município da população residente com 15 e mais anos com nível de escolaridade superior completo, em 2021	41
Figura 7 – Distribuição por concelho dos alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021	42
Figura 8 – Distribuição por nível de ensino dos alunos matriculados no ensino não superior da CIM do Ave, em 2021.....	42
Figura 9 – Distribuição por concelho dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021	43
Figura 10 – Distribuição por nível de ensino dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021	43
Figura 11 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior residentes em Portugal, em 2020/2021, por município da residência permanente do aluno	44
Figura 12 – População inativa nos Municípios da CIM do Ave por condição perante o trabalho, em 2021.....	45
Figura 13 – População residente estrangeira nos Municípios da CIM do Ave, por país de nacionalidade, em 2021.....	45
Figura 14 – População residente estrangeira na CIM do Ave, por país de nacionalidade, em 2011 e 2021.....	46
Figura 15 – Síntese de indicadores estatísticos sobre População na CIM do Ave	47
Figura 16 – Bibliotecas Municipais na CIM do Ave que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	48

Figura 17 – Evolução da rede de estabelecimentos de educação, por concelho da CIM do Ave, ensino público, de 2017/18 a 2021/22	62
Figura 18 – Alunos matriculados nos Cursos Artísticos Especializados em Iniciação em Música e em Dança (1.º Ciclo) e Básicos de Música, Dança e Teatro(2º e 3º ciclos), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23	67
Figura 19 – Rede de Estabelecimentos escolares com oferta de cursos do Ensino Secundário – Cursos Profissionais e Ensino Artístico Especializado, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23.....	70
Figura 20 – Previsão para 2023/24 dos Cursos Profissionais, CEF e EAE Básico, nos concelhos da CIM do Ave	76
Figura 21 – Planos de iniciativa municipal nos setores da Educação e da Cultura	77
Figura 22 – Centros Qualifica nos concelhos do Ave	110
Figura 23 – “Espaços de interdependência” educação e cultura com a participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave	128
Figura 24 – “Espaços de interdependência” educação e cultura sem a participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave	129

EQUIPA TÉCNICA

Técnicos	Área de Formação /Qualificação	Funções no âmbito do projeto
Elisa Pérez Babo Administradora da Quaternaire Portugal	Licenciada em Economia e Mestre (pré-Bolonha) em Planeamento do Território - Inovação e Políticas de Desenvolvimento	Coordenação global do trabalho. Enquadramento europeu Sistema cultural Interlocução direta com a CIM do Ave e gestão do Grupo de Acompanhamento dos técnicos dos 8 Municípios. Coordenação da redação dos relatórios
Andreia Magalhães Consultora externa da Quaternaire Portugal	Licenciada em Geografia e Mestre (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano	Análise documental. Recolha, tratamento e análise de informação estatística. Enquadramento nacional e fontes de financiamento. Sistema cultural
Mariana Rodrigues Consultora coordenadora da Quaternaire Portugal	Licenciada em Gestão e Pós-graduada em Marketing	Análise documental Recolha, tratamento e análise de informação estatística. Sistemas de educação e formação
Patrícia Amaral Consultora da Quaternaire Portugal	Licenciada em Sociologia, Mestre (pré-Bolonha) em Educação e Sociedade e Doutoranda em Sociologia	Análise documental Recolha, tratamento e análise de informação estatística. Sistemas de educação e formação
Pedro Quintela Consultor coordenador da Quaternaire Portugal	Licenciado em Sociologia, Mestre em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas e Doutor em Sociologia	Análise documental. Recolha, tratamento e análise de informação estatística. Sistema cultural
Carla Melo Consultora externa da Quaternaire Portugal	Licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo, Mestre em Gestão de Informação e Doutoranda em Turismo	Coordenação metodológica do Workshop sobre Visão e Objetivos do PICCE do Ave Facilitadora na metodologia LEGO® Serious Play®

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final consubstancia o resultado do trabalho desenvolvido ao longo das três fases que compreenderam o processo de elaboração do Plano Intermunicipal Cultura, Criatividade e Educação da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave (PICCE do Ave). Este documento, realizado por uma equipa multidisciplinar, foi desenvolvido ao longo de vários meses, e integra duas componentes principais: Diagnóstico dos sistemas educativo e cultural do Ave, que se apresenta no Volume I, e a Visão Estratégica e o Plano de Ação para o período 2024-2030, que se apresenta no Volume II.

Pelo carácter inovador desta tipologia de plano estratégico, foi necessário integrar na fase de diagnóstico uma componente de enquadramento das articulações entre cultura e educação no contexto das políticas nacionais e europeias, o que permitiu identificar quais os principais temas e preocupações que têm vindo a marcar as agendas das políticas públicas nos últimos anos. Seguiu-se a elaboração do diagnóstico propriamente dito, que pressupôs algum investimento de auscultação da equipa da CIM do Ave, das equipas municipais e de outras instituições e agentes locais e regionais. Já as fases de formulação da visão e objetivos estratégicos e da elaboração do Plano de Ação foram trabalhadas de uma forma muito articulada, envolvendo os responsáveis e a equipa técnica da CIM e dos municípios, mas foi igualmente partilhada e discutida com os atores e instituições locais, através de um conjunto de *workshops* e de reuniões, tendo-se beneficiado de interessantes contributos recolhidos, seja no contexto da reunião, seja através do posterior envio de documentos com indicação de prioridades e propostas de projetos a desenvolver no quadro do PICCE do Ave. A proposta de Visão e de Plano de Ação que aqui se apresenta resulta de um trabalho intenso de sistematização, agregação e síntese destes diferentes contributos, realizado que a equipa técnica da Quaternaire Portugal em articulação com a Secretária Intermunicipal e os demais elementos da equipa técnica da CIM do Ave, procurando assim assegurar que este Plano seja, simultaneamente, ambicioso, integrado, participado e exequível.

Este Relatório encontra-se estruturado em 5 componentes fundamentais:

- No Capítulo 2 apresentam-se um conjunto de elementos de enquadramento que procuram sistematizar o ‘estado da arte’ em matéria de políticas de Educação e Cultura no contexto nacional e europeu, identificando as principais potencialidades, preocupações e desafios para a articulação dos dois sistemas, bem como identificando, ainda que de forma preliminar, algumas das principais oportunidades de financiamento associadas, quer a alguns programas de cooperação europeus (Erasmus +, Europa Criativa), quer ao Programa Regional Norte 2030 e ainda a alguns dos Programas Operacionais Temáticos no quadro do Portugal 2030.
- Os Capítulos 3, 4 e 5 consubstanciam as principais dimensões do diagnóstico. Num primeiro ponto (Capítulo 3) apresenta-se análise quantitativa que permite, a partir do tratamento de alguns indicadores gerais, traçar uma primeira caracterização da sub-região do Ave em matéria de população. Esta análise das características da população e da sua distribuição territorial considera-se central na medida em que o Plano tem as pessoas como elemento primordial da sua atividade. Em seguida (capítulo 4), apresenta-se uma caracterização das principais dimensões associadas aos dois sistemas em análise, educação e cultura, identificando as principais infraestruturas, recursos e competências municipais caracterizando, nomeadamente, a rede equipamentos e espaço culturais do Ave; serviços educativos e de mediação cultural; monumentos e sítios patrimoniais; rede de estabelecimentos escolares; oferta de educação e formação no ensino básico e secundário, particularmente no que se relaciona com artes e cultura. Completa estas análises a identificação das competências e orgânicas municipais e intermunicipais nos setores da educação e da cultura, num contexto de evolução recente que importa sistematizar. Apresenta-se ainda uma análise dos principais instrumentos de política educativa e de política cultura, especificando a sua implementação no território específico do Ave. Por outro lado, completa-se com uma análise das Instituições de Ensino Superior no Ave, caracterizando a sua oferta formativa e refletindo sobre as dinâmicas culturais que estão associadas à presença no território destes importantes polos dedicados à investigação e formação avançada, com as suas comunidades de estudantes, investigadores e docentes, bem como, uma análise da oferta de formação profissional associada aos Centros Qualifica. Por fim, acrescenta-se no âmbito desta caracterização geral dos dois sistemas, algumas ofertas educativas não-formais, essencialmente associadas às Universidades Sénior existentes no Ave. O diagnóstico é completado por uma leitura de síntese e

integrada, segundo a metodologia de análise SWOT, a que se acrescentam, por um lado, um mapeamento dos principais “espaços de interdependência” entre os dois sistemas, de educação e da cultura, nos seus instrumentos de política e na respetiva operacionalização, e, por outro lado, uma identificação dos fatores nucleares de reforço e mudança (Capítulo 5).

- No Capítulo 6, é formulada uma visão estratégica para a cultura, criatividade e educação no Ave considerando o horizonte do ano 2030, bem como as 5 linhas prioritárias de ação, declinadas em objetivos específicos que prosseguem o sentido de evolução da relação neste território dos dois sistemas, educação e cultura, considerando a visão traçada. Em coerência com a visão e os objetivos específicos formulados, apresentam-se ainda um conjunto de metas estratégicas que deverão nortear a intervenção intermunicipal no horizonte temporal estabelecido.
- O Plano de Ação a promover pela CIM do Ave, para o período entre 2024-2030, em cooperação e colaboração com os 8 Municípios do Ave e com outras instituições públicas, agentes e empresas que integram o sistema educativo, cultural e criativo sub-regional ou que com ele estabelecem relações é apresentado no Capítulo 7. O Plano encontra-se organizado nas 5 Linhas Prioritárias de Ação formuladas, que se consubstanciam, de forma operacional, nos 33 objetivos específicos enunciados. Cada uma das Linhas Prioritárias de Ação inclui um conjunto coerente, articulado e sustentável de ações, distinguindo aquelas que se entendem ser Projetos Estruturantes, predominantemente de escala intermunicipal e agregadores, fundamentais para alcançar os objetivos delineados e aquelas que assumem um caráter complementar e frequentemente mais fragmentadas, identificadas como Projetos Complementares. Para cada ação que integra o Plano de Ação, o documento inclui informação mais detalhada, sob a forma de ficha, incluindo uma sinopse, a identificação das entidades com responsabilidade na execução do projeto/ programa/iniciativa; a identificação dos parceiros mais relevantes a envolver; a indicação dos resultados e metas a alcançar; e ainda, por fim, o calendário previsto para a sua implementação. Algumas destas Fichas porque se referem a projetos/ programas/ iniciativas que agrupam ações e projetos propostos e promovidos por diferentes parceiros, remetem para fichas específicas que se incluem em Anexo.
- O Relatório inclui, por último, um conjunto de elementos relacionados com o modelo de governação e gestão do Plano (capítulo 8), onde se explicitam, para além dos princípios e do modelo de governação e gestão que a CIM do Ave pretende vir a adotar, uma proposta preliminar de sistema de acompanhamento e monitorização do próprio Plano, incluindo proposta de indicadores de realização e resultado, e ainda algumas orientações em matéria de comunicação do PICCE do Ave.

Por último, o Volume III reúne um conjunto de anexos, que incluem:

- uma matriz que sintetiza o mapeamento inicial dos sistemas Cultural e Educativo nos Municípios da CIM do Ave (Anexo I).
- o relatório elaborado com os resultados do *workshop* realizado segundo a metodologia LEGO® Serious Play®, a 12 outubro 2023, que apoiou a formulação da visão estratégica (Anexo II).
- e os contributos dos diferentes *stakeholders* para o Plano de Ação, através da organização de fichas específicas de projetos e ações (Anexo III).

2. ENQUADRAMENTO: ORIENTAÇÕES E INSTRUMENTOS NO QUADRO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.1. CONTEXTO EUROPEU

As políticas de Educação, Formação, Cultura e Juventude têm sido, nas últimas décadas, objeto de intensa reflexão e debate no seio dos diferentes órgãos da União Europeia (UE) e entre os líderes europeus. Apesar de as competências em matéria de Educação e de Cultura se situarem fundamentalmente no âmbito da intervenção dos Estados-Membros, seja ao nível nacional, regional ou local, a UE tem reconhecido e valorizado o seu papel em termos de incentivo à cooperação, de apoio e reforço de medidas nacionais e ao nível do financiamento de programas e iniciativas.

Sobretudo a partir do início do século XXI, dá-se uma tentativa de aprofundar, no quadro da UE, as relações e articulações entre os domínios da educação e da cultura, consubstanciado no surgimento de um conjunto de relatórios, comunicações estratégicas e planos que, de forma mais explícita, enaltecem e promovem os cruzamentos e as sinergias entre os dois setores, com repercussões nas orientações estratégicas e operativas de políticas públicas. Trata-se de uma tendência de abordagem que vem na esteira, de resto, do que relevantes organizações internacionais com a UNESCO preconizam desde a década de 1980. Considerando o nível de relevância nesta análise, optou-se por fazer uma leitura dos principais documentos referenciais e de orientação de política pública produzidos no contexto da UE, não abordando assim outros referenciais que têm vindo a ser produzidos quer no contexto da ONU/UNESCO, quer noutras organizações internacionais (p.ex. OCDE). De seguida procura-se fazer então uma sistematização dos referenciais europeus mais relevantes nos domínios de intervenção do PICCE do Ave, que aqui são tratados sumariamente, segundo uma lógica cronológica (da sua criação e publicação).

2.1.1 Building synergies between Education and Culture (2013)¹

Elaborado em parceria por três instituições europeias, a European Civil Society Platform on Lifelong Learning - EUCIS-LLL, que agrega 31 redes europeias de todos os setores de educação e formação, e duas instituições culturais, Access to Culture Platform – ACP, que agrega 41 redes europeias de instituições culturais, e a Culture Action Europe – CAE, que representa 110 instituições e redes culturais da Europa (no seu conjunto representam cerca de 8 mil organizações culturais através da Europa), o documento “Building synergies between Education and Culture” constitui um referencial que destacamos neste enquadramento do PICCE do Ave.

A relevância que o documento adquire neste contexto deve-se ao facto de o mesmo partir do pressuposto de que a Cultura e a Educação assumem uma relação imbricada na vida dos cidadãos. As relações entre os dois sistemas, da educação e formação e da cultura, adquirem um potencial largamente reconhecido, porquanto o sistema cultural, por seu lado, configura um conjunto alargado de oportunidades de aprendizagem e procura interligar-se com outros setores, em particular com o sistema educativo, e este, por seu lado, é estimulado a estabelecer ligações com os atores culturais, dadas as oportunidades de aprendizagem que estes facultam.

Reconhecendo que as pontes entre a Cultura e a Educação se tornam fatores e contributos essenciais para a melhoria das competências transversais, para o aumento da empregabilidade e, especialmente, para tornar as pessoas socialmente incluídas, indivíduos plenos e cidadãos ativos, o documento pretende apelar à UE para uma maior integração entre as estratégias e as políticas dos dois setores.

O documento enuncia um conjunto de mensagens essenciais que se resumem de seguida:

a) *A necessidade de uma abordagem de parceria*

¹ <https://cultureactioneurope.org/news/building-synergies-between-education-culture/> (tradução própria)

O envolvimento das organizações de todos os setores torna-se essencial, no sentido da promoção do acesso à educação e cultura, do fomento da inclusão social e da concertação entre os mecanismos de aprendizagem formal, informal e não-formal. No futuro, os dois setores devem trabalhar em profunda articulação e cooperação, retirando vantagens das sinergias entre ambos, chamando os atores a fomentar a cooperação e a estabelecer parcerias com base num cruzamento entre setores.

A cultura possui um papel crucial no alargamento do acesso à aprendizagem ao longo da vida, particularmente, no seio dos grupos desfavorecidos.

b) Novas oportunidades de aprendizagem para novas competências: o potencial do envolvimento (participação) cultural

A experiência das instituições envolvidas na elaboração deste documento debruçou-se sobre uma reavaliação do espectro alargado de competências transversais aos cidadãos, numa perspetiva de avaliar o papel que a cultura pode assumir no processo da sua aquisição, permitindo assim chamar a atenção para o facto de que estas competências se colocam muito para além das competências de empreendedorismo. De entre essas competências transversais, sobressai a consciência e expressão culturais, enquanto competência fundamental para fomentar a criatividade, o sentido de aceitação e reconhecimento da diversidade cultural e da interculturalidade. Neste sentido, configura-se um desafio global aos atores culturais e educativos, tendo em vista enriquecer a consciência cultural e a expressão cultural junto dos diversos grupos ou segmentos de cidadãos.

Para além disso, foi reconhecido que o setor cultural pode oferecer oportunidades de aprendizagem em todas as idades (aprendizagem ao longo da vida / “*lifelong learning*”) e em contextos formais, informais ou não-formais (em todos os domínios da vida / “*lifewide approach*”). O envolvimento cultural, através da participação em atividades culturais e artísticas, pode contribuir para outras dimensões que também fazem parte das competências transversais: i) a nível pessoal ou individual, permite fomentar o sentido de pertença através das artes e do desenvolvimento criativo e pessoal, bem como para aumentar a motivação de aprendizagem através de vetores inovadores e originais; para aumentar o bem-estar e a autoconfiança; ii) a nível coletivo ou de toda a comunidade, contribui para reforçar os mecanismos de coesão social e para ativar o sentido de uma cidadania europeia plural, apoiada na ideia de diversidade cultural.

c) A cultura como percurso de aprendizagem: alargando o acesso à aprendizagem ao longo da vida

A integração das atividades culturais numa abordagem da aprendizagem em todos os domínios da vida (“*lifewide approach*”) torna evidente que os setores educativo e cultural têm muito em comum junto dos diferentes segmentos de público.

Partindo das soluções mais óbvias, como é a introdução das artes e da cultura na escola, ao nível da educação formal, entende-se que é possível conceber soluções mais ambiciosas, dentro dos níveis do ensino profissional e superior, no quadro da formação dos professores e no contexto da educação contínua dos profissionais da cultura, no âmbito das soluções de educação não-formal, mas também no âmbito dos contextos de aprendizagem informal. É crucial não descurar a formação dos professores, sensibilizando-os para a importância da cultura e favorecendo a sua colaboração com os artistas. No campo da formação contínua dos profissionais da cultura, é ainda essencial desenvolver competências para a adaptação à procura do mercado de trabalho e às suas mudanças constantes.

No caso da educação não-formal, são diversos os contextos em que é possível introduzir a cultura e aprender através dela: formação de adultos, educação popular, trabalho jovem, atividades de voluntariado. No campo da aprendizagem informal, são igualmente diversas as oportunidades de aprender através do envolvimento cultural, designadamente, através da participação dos cidadãos em atividades culturais durante o tempo de lazer.

d) Aceitando e reconhecendo os resultados da aprendizagem

O reconhecimento e validação de competências adquiridas através de ensino não-formal e informal é a única forma de aceitar verdadeiramente o papel educativo do envolvimento e participação culturais. Este reconhecimento deve abranger não exclusivamente as competências dos alunos, mas também as dos profissionais do setor que sejam/estejam envolvidos em atividades pedagógicas.

e) Formalizando sinergias entre educação e cultura dentro de um mesmo referencial político

O impacto da cultura no sistema de educação era assumido já anteriormente em diversos documentos europeus: a Comunicação da Comissão, em 2007, no âmbito da “agenda europeia para a cultura num mundo globalizado”², por exemplo, recomendava que se deveria “promover a criatividade na educação, chamando o setor cultural a participar no aproveitamento do potencial da cultura enquanto contributo concreto e instrumento para a aprendizagem ao longo da vida e fomentando a cultura e as artes no ensino formal e informal (incluindo a aprendizagem de línguas)”³; também a Resolução do Conselho, de 2007, sobre Agenda Europeia para a Cultura, recomendava a promoção de uma “melhor utilização das sinergias entre cultura e educação, em particular através do estímulo à educação artística e à participação ativa em atividades culturais, tendo em vista o desenvolvimento da criatividade e da inovação”.

O reconhecimento destas sinergias e das vantagens de assegurar que Educação e Cultura integram o mesmo nível de política dentro da UE, poderia favorecer assim a cooperação entre eles, nomeadamente inserindo os dois setores dentro da mesma unidade de política, à semelhança do que acontece em muitos países.

No seguimento da publicação e discussão das recomendações que constam do documento “Building synergies between Education and Culture”, oito organizações europeias ligadas à Educação e à Cultura, publicaram, em 2018, um documento em que fazem um conjunto de recomendações³, tendo em vista um aumento das sinergias entre os dois setores:

1. Implementar uma estratégia intersectorial comum para a educação e a cultura a nível da UE, que se reflita tanto nas políticas como nos programas;
2. Estimular a mobilidade para fins de aprendizagem de qualidade para alunos, educadores e profissionais da cultura;
3. Abordar sistematicamente a forma como as tecnologias digitais estão a afetar a interligação entre a educação e a cultura;
4. Reconhecer igual valor da educação cultural e artística através da afirmação de STEAM⁴;
5. Adotar medidas específicas para melhorar a implementação das competências-chave “Consciência e Expressão Cultural”;
6. Integrar nas políticas educativas uma definição contemporânea de “ambiente de aprendizagem” e de “educador”;
7. Fazer corresponder a grande importância da educação e da cultura a investimentos e programas adequados.

Posteriormente, no contexto do Debate sobre Futuro da Europa (2017) e da assinatura do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017), as questões relacionadas com as políticas de Educação e Cultura assumiram uma significativa expressão, com impactos ao nível da intensificação e alargamento das orientações e das iniciativas europeias.

O documento preparado pelo Conselho Europeu para a Cimeira de líderes europeus, que se veio a organizar em Gotemburgo em novembro de 2017⁵, começa por reconhecer a necessidade de debater e compreender, de forma aprofundada, “o papel da educação e da cultura no fortalecimento do nosso sentimento de pertença e de fazer parte integrante de uma comunidade cultural”.

Considerando os importantes desafios que se jogam, nomeadamente para a Europa e para os respetivos Estados-Membros, face à série de mudanças estruturais em curso, o Conselho Europeu procura, através dos contributos elaborados para a referida cimeira, incentivar os Estados-Membros a “tirar partido de todas

² COM (2007) 242 final

³ Culture Action Europe, Lifelong Learning Platform, European Association for Education of Adults, EDEN, European University Foundation, EUROCLIO, Europeana and Public Libraries 2020. <https://cultureactioneurope.org/files/2018/04/CAE-LLLPJointPositionPaper-Building-synergies-education-and-culture.pdf>

⁴ STEAM é um acrónimo em língua inglesa para Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics.

⁵ COM(2017) 673 final

as potencialidades da educação e da cultura enquanto motores de criação de emprego, justiça social e cidadania ativa e oportunidade para viver a identidade europeia em toda a sua diversidade”⁶.

As mudanças estruturais que encontram destaque nesse mesmo documento, e que se manifestam de forma evidente desde o final da segunda década deste século, são:

- O progresso tecnológico e, principalmente, as transformações associadas ao desenvolvimento da digitalização, da autonomização e da inteligência artificial;
- A evolução do trabalho, com alteração das condições laborais e impactos ao nível das necessidades, de aptidões e competências;
- Os desafios da redução das desigualdades sociais, da inclusão social, nomeadamente no que se refere à modernização dos sistemas de proteção social;
- Os fenómenos de envelhecimento demográfico e de crescentes movimentos migratórios, com consequências na diversidade cultural das comunidades de migrantes;
- A evolução dos padrões de comunicação, nomeadamente com o peso que adquiriram as redes sociais e o impacto dos fenómenos de notícias falsas (*fake news*), e as consequentes necessidades de melhoria da literacia mediática;
- A recente escalada de fenómenos de populismo e de xenofobia que justificam uma aposta estruturada e alargada no reforço, junto das comunidades, do sentimento de pertença.

Ainda segundo os contributos do Conselho Europeu para a Cimeira de Gotemburgo (2017), que recomenda aos Estados-Membros uma exploração intensiva das potencialidades em matéria de políticas de educação e de cultura para reagir e acompanhar as mudanças referidas, as prioridades de intervenção deveriam centrar-se: na concretização de um Espaço Europeu da Educação (até 2025), nas suas várias dimensões (como mencionaremos adiante); na preservação do património cultural europeu, tendo em vista o fomento do sentimento de identidade e da cultura europeias e a sensibilização para a importância social e económica da cultura e do património cultural, bem como no robustecimento do setor cultural e criativo, designadamente, através do reforço de instrumentos de financiamento europeus e nacionais.

Por sua vez, nas conclusões do Conselho Europeu de 14 de dezembro de 2017⁷ o Conselho Europeu solicita à Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros a preparação de eventuais medidas que deem respostas

- “aos desafios em matéria de competências associadas à digitalização, à cibersegurança, à literacia mediática e à inteligência artificial;
- à necessidade de adotar uma abordagem da educação e da formação que seja inclusiva, baseada na aprendizagem ao longo da vida e impulsionada pela inovação;
- às condições-quadro jurídicas e financeiras para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e a mobilidade dos profissionais do setor cultural”.

Posteriormente, em 2018, numa comunicação da Comissão ao parlamento europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões⁸ sobre o papel das políticas da juventude, da educação e da cultura, são retomados muitos dos argumentos sobre a necessidade de reforçar o papel destas políticas na construção de uma Europa mais forte e incluídas diversas linhas de recomendação.

As políticas de educação, de formação e da cultura são reconhecidas como objetivos e instrumentos decisivos, quer numa perspetiva de investimento nas aptidões, nas competências e nos conhecimentos das pessoas, e principalmente dos jovens, com impacto positivo em matéria de inovação, de competitividade e de produtividade; quer numa perspetiva do aumento da consciência, da compreensão e da valorização do património cultural, da história e dos valores comuns no seio da Europa pelas pessoas, enquanto fator de entendimento do significado europeu e da diversidade cultural que o contexto europeu encerra dentro das suas fronteiras.

⁶ Idem

⁷ EUCO 19/1/17 VER 1, <https://www.consilium.europa.eu/media/32204/14-final-conclusions-rev1-en.pdf>

⁸ Com (2018) 268 final

Mais uma vez, são mencionados nesta Comunicação sobre o papel das políticas de educação e de cultura, dois pacotes sucessivos de medidas que incidem: nas competências, essenciais e digitais; nos valores comuns; na educação inclusiva; numa estratégia para a juventude; na agenda europeia para a cultura, incluindo na dimensão das condições jurídicas e financeiras para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e para a mobilidade dos profissionais da cultura; e na construção de um Espaço Europeu de Educação (conforme abordagem em ponto mais adiante).

2.1.2 Nova Agenda Europeia para a Cultura (2018)⁹

Retomando alguns dos enunciados sobre os desafios da UE face às mudanças estruturais em curso, e sobre o papel que a cultura pode assumir nas respostas das pessoas, das organizações e dos Estados-Membros face a essas mudanças, esta Nova Agenda para a Cultura propõe-se “explorar as sinergias existentes entre a cultura e a educação e reforçar as ligações entre cultura e outras áreas políticas”¹⁰.

Os três objetivos estratégico da Nova Agenda para a Cultura incidem nos domínios social, económico e das relações externas à UE:

- i. Uma dimensão social, que aproveite todas as potencialidades da cultura e da diversidade cultural no sentido do reforço da coesão social e do bem-estar;
- ii. Uma dimensão económica, que apoie a criatividade baseada na cultura, em especial nos domínios da educação e inovação, do emprego e do crescimento;
- iii. Uma dimensão externa, que aposta na cooperação e nas relações culturais internacionais.

Relativamente a cada um destes domínios, o documento da Nova Agenda para a Cultura propõe objetivos específicos e indica as propostas que a Comissão deverá fazer no âmbito da sua intervenção e da intervenção que aconselha aos Estados-Membros:

⁹ COM (2018) 267 final

¹⁰ Idem

Uma dimensão social, que aproveite todas as potencialidades da cultura e da diversidade cultural, no sentido do reforço da coesão social e do bem-estar Nova Agenda Europeia para a Cultura, 2018	Promover o potencial cultural de todos os europeus, através da disponibilização de atividades culturais diversas e de oportunidades de participação ativa; Encorajar e eliminar obstáculos à mobilidade dos trabalhadores da cultura e do setor criativo; Proteger e promover o património cultural da Europa como bem comum, aumentar a sensibilização para o conhecimento da história europeia e reforçar o sentimento de identidade europeia comum.
A Comissão propõe-se: Apoiar investigação no domínio da transversalidade cultural para avaliar impacto nas diferentes áreas Desenvolver, através da cultura e das Iniciativas Europa Criativa e Erasmus+, ações específicas de inclusão social, incluindo critérios de seleção de projetos com base na igualdade de género no âmbito da Europa Criativa Promover a participação cultural e revitalização social e urbana, através de um projeto sobre “Espaços e cidades culturais e criativas” no âmbito da Europa Criativa Apresentar um programa para mobilidade de profissionais do sector cultural e criativo no âmbito da Europa Criativa	A Comissão convida os Estados-Membros a: Evoluir no sentido de eliminar obstáculos administrativos e fiscais à mobilidade, incluindo através do Plano de Trabalho para a Cultura.

Uma dimensão económica, que apoie a criatividade baseada na cultura, em especial nos domínios da educação e inovação, do emprego e do crescimento Nova Agenda Europeia para a Cultura, 2018	<u>Promover as artes, a cultura e o pensamento criativo em todos os níveis de ensino e de formação, formais e não-formais, e na aprendizagem ao longo da vida</u> Criar ecossistemas favoráveis às indústrias culturais e criativas, através de melhor acesso a financiamento, de incentivo à capacidade de inovação, de promoção de uma remuneração justa de criadores e autores e da cooperação intersectorial <u>Promover as competências requeridas pelos setores da cultura e criatividade, incluindo competências digitais, empresariais, tradicionais e especializadas</u>
A Comissão propõe-se: Apoiar a fase de validação do projeto da OCDE “<u>ensinar, avaliar e aprender competências criativas e de pensamento crítico na educação</u>”, com vista a incluir um módulo de criatividade no Programa Internacional de Avaliação de Alunos de 2021 e explorar possibilidade de trabalhos semelhantes no ensino superior e na formação profissional Promover a música e as artes na educação e na formação, incluindo como tema prioritário do Erasmus+, e promover módulos interdisciplinares orientados para a criatividade em instituições do Ensino Superior, combinando artes, TIC e competências de empreendedorismo e empresariais Continuar a apoiar as regiões na implementação de projetos e especialização inteligente, estratégias macrorregionais centradas na cultura e promover o turismo cultural sustentável, com base em iniciativas europeias dedicadas ao Ano Europeu Apoiar parcerias entre profissionais e indústrias criativas e as redes europeias incubadoras para fomentar inovação baseada na criatividade, favorecendo integração de criatividade, artes e design na tecnologia de ponta e ciência Realizar um <u>projeto-piloto que promova parcerias sólidas entre setores cultural e criativo, autoridades locais, parceiros sociais e profissionais da educação e formação</u> Explorar um Instituto Europeu da Inovação e Tecnologia e Comunidade de Inovação em matéria de património cultural e indústrias criativas Manter diálogo com os setores cultural e criativo no âmbito de uma Estratégia para a Política Industrial Assegurar o diálogo regular com o setor da música e promover ações preparatórias “A Música move a Europa” Reforçar o diálogo com a indústria europeia do audiovisual, incluindo através do Fórum Europeu do Filme Apoiar Estados-Membros na garantia de uma remuneração justa para os artistas e criadores, em linha com a Estratégia para o Mercado único Digital.	A Comissão convida os Estados-Membros a: Empenharem-se na melhoria das condições socioeconómicas dos artistas e criadores e promoverem a educação e a formação para as artes, no âmbito do próximo Plano de Trabalho para a cultura

Uma dimensão externa, que aposte na cooperação e nas relações culturais internacionais Nova Agenda Europeia para a Cultura, 2018	Apoiar a cultura como fator de desenvolvimento social e económico sustentável Promover o diálogo cultural e intercultural nas relações intercomunitárias pacíficas Reforçar a cooperação em matéria de património cultural
A Comissão e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança propõem-se: Promover o setor da cultura nos Balcãs Ocidentais e prever instrumentos de assistência à pré-adesão para apoiar a cultura nos países de alargamento e nos Balcãs Ocidentais Prever uma terceira fase do Programa Parceria Cultural com o Oriente Lançar ações preparatórias das Casas Europeias da Cultura nos países parceiros Reforçar o diálogo sobre cultura com a China e encetar o diálogo com Japão Implementar o 11º programa cultural do Fundo Europeu de Desenvolvimento intra-ACP para os países da África, das Caraíbas e do pacífico Desenvolver estratégias para a cooperação cultural a nível regional Adicionar o tema do património cultural às tarefas desenvolvidas no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa Apoiar o corredor do património cultural da Rota da Seda na Ásia Central, Afeganistão e Irão.	A Comissão convida os Estados-Membros a: Cooperar no desenvolvimento de atividades conjuntas com a Comissão, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e seus serviços, incluindo o Serviço europeu para a Ação Externa

A prossecução dos objetivos enunciados no âmbito da Nova Agenda Europeia para a Cultura assenta, de forma significativa em duas áreas de ação política a nível da UE:

a) Proteção e valorização do Património Cultural

A Comissão propôs-se contribuir diretamente par ao Ano Europeu do Património Cultural 2018, através de iniciativas europeias focadas em temas chave (educação, comércio ilícito, princípio da qualidade para o restauro, turismo cultural, competências e inovação) e de acordo com os quatro objetivos fundamentais: Compromisso, Sustentabilidade, Proteção e Inovação.

Quadro de Ação Europeu no Domínio do Património Cultural¹¹

Na sequência do Ano Europeu do Património Cultural 2018, este quadro tem como finalidade determinar uma direção comum para as atividades relacionadas com património cultural a nível europeu, mas também para as ações promovidas por cidades e regiões europeias, bem como por organizações e redes constituídas em torno do património cultural.

Este novo quadro assenta num conjunto de princípios, designadamente:

i) abordagem holística: que garanta a interligação e a associação das dimensões materiais, imateriais e digitais do património cultural; que promova os ideais, valores e princípios enraizados no património cultural da Europa e a promoção da educação e da interpretação desse património; que garanta a preservação para o futuro desse património, em sinergia com a criação contemporânea; que coloque as pessoas no centro da ação; que defenda os princípios da sustentabilidade e da inovação.

ii) integração e abordagem integrada: que promova a integração do património cultural no seio das diversas políticas da UE, incluindo, de desenvolvimento regional, urbano e rural, de educação e coesão social, de transformação digital, de ambiente, de turismo, de acessibilidade, da agenda da sustentabilidade e da adaptação às alterações climáticas, da investigação e inovação e das relações externas.

iii) elaboração de políticas baseadas em factos: que permita avaliar o impacto das diversas ações sobre o património cultural, melhorando os métodos e ferramentas de recolha de dados estatísticos culturais.

iv) cooperação de várias partes interessadas: baseando-se na constituição de um grupo informal, o fórum do património cultural, que funcione como plataforma para consolidação e intercâmbio de opiniões e boas práticas, envolvendo os intervenientes que participaram no Ano Europeu do Património Cultural.

O presente quadro de ação está estruturado em cinco pilares, que assentam no trabalho de grupos de ação, visando abordagens de domínios prioritários e estratégicos:

1. Património cultural numa Europa inclusiva: participação e acesso a todos, utilizando o poder de coesão do património

- *participação do público em geral, inclusive através dos meios digitais,
- *participação de crianças em idade escolar e capacitação de jovens,
- *eliminação de barreiras ao acesso.

2. Património cultural numa Europa sustentável: soluções inteligentes para um futuro coeso e sustentável

- *recuperar as cidades e as regiões através do património cultural,
- *promover a reutilização adaptativa do património imobiliário,
- *equilibrar o acesso ao património cultural com o turismo cultural sustentável e o património natural.

3. Património cultural numa Europa resiliente: proteger o património ameaçado

- *combater o tráfico ilegal de bens culturais,
- *melhorar a qualidade das intervenções físicas no património cultural
- *proteger o património cultural contra catástrofes naturais e alterações climáticas.

4. Património cultural numa Europa inovadora: mobilizar o conhecimento e a investigação

- *tirar partido das ferramentas tecnológicas para a inovação do património cultural,
- *promover a inovação social,
- *reforçar competências no domínio do património cultural.

5. Património cultural em torno de parcerias mundiais mais fortes: reforçar a cooperação internacional

- *por áreas geográficas,
- *de forma transversal, por ações horizontais / mundiais.

¹¹ “Quadro de ação europeu no domínio do património cultural”. Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão.
<https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/5a9c3144-80f1-11e9-9f05-01aa75ed71a1>

b) *Digital4Culture*

Trata-se de uma nova estratégia europeia que visa refletir sobre os impactos da revolução digital, nomeadamente, na viabilização de formas novas e inovadoras de criação artística, no acesso abrangente e democrático à cultura e ao património, nos novos meios de acesso, consumo e monetização do conteúdo cultural. Neste sentido, esta estratégia assenta em propostas sobre: direitos de autor, audiovisuais e de transmissão, no âmbito da Estratégia para o Mercado Único Digital.

Europeana – Plataforma cultural digital europeia

A Comissão Europeia, no sentido de acelerar a digitalização dos bens do património cultural, criou a Europeana, plataforma de dados comuns para o património cultural.

Os objetivos da sua criação foram:

Recomendar aos Estados-Membros que acelerem a digitalização dos monumentos e sítios, objetos e artefactos do património cultural para as gerações futuras, que os protejam e preservem de riscos e que estimulem a sua reutilização em domínios como a educação, o turismo sustentável e os setores culturais e criativos.

Encorajar os Estados-Membros para que, até 2030, digitalizem todos os monumentos e sítios que se encontrem em risco de degradação, sendo que metade dos quais são muito frequentados por turistas.

Contribuir para os objetivos da Década Digital através da promoção de infraestrutura digital segura e sustentável, de competências digitais e de assimilação de tecnologias pelas empresas, em particular as PME.

2.1.3 Quadro Referência Europeu das Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (2018)¹²

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais¹³ estabelece como princípios:

Todas as pessoas têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a formação e aprendizagem ao longo da vida a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho.

Todas as pessoas têm o direito de beneficiar, em tempo útil, de uma assistência individualizada para melhorar as suas perspetivas de trabalho por conta de outrem ou por conta própria. Este direito inclui o de receber apoio na procura de emprego, na formação e na requalificação.

A criação de um Espaço Europeu de Educação, que será abordado no ponto seguinte, assume como objetivo fundamental o desenvolvimento de competências e, nesse sentido, procura “tirar partido de todas as potencialidades da educação e da cultura enquanto motores da criação de emprego, justiça social e cidadania ativa e oportunidade para viver a identidade europeia em toda a sua diversidade”.¹⁴

A Recomendação sobre as *Competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida* sublinha alguns aspetos e princípios fundamentais que devem ser tidos em conta para uma melhor integração das

¹² Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Texto relevante para efeitos do EEE) (2018/C 189/01), [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01))

¹³ COM(2017) 250

¹⁴ COM(2017) 673

políticas educativa e cultural, a todos os níveis, incluindo o europeu, o nacional e regional ou sub-regional de que destacamos alguns:

- É essencial apoiar as pessoas a adquirirem competências “em termos de realização pessoal, de saúde, de empregabilidade e de inclusão social”;
- As tendências de automatização dos postos de trabalho e de presença crescente das tecnologias no domínio do trabalho e da vida, e as necessidades de adaptação permanente à mudança, exigem “novas competências de empreendedorismo, sociais e cívicas”;
- Os desafios das literacias e numeracias demonstram ainda um número elevado de jovens e adultos com competências básicas ainda insuficientes;
- As respostas, no campo da educação e formação, devem procurar atingir níveis de qualidade elevada, recorrendo nomeadamente a atividades extracurriculares, explorando novas formas de aprendizagem e as tecnologias digitais, que favorecem ambientes de aprendizagem mais flexíveis e adaptados às necessidades;
- Competências como “a capacidade de resolução de problemas, o espírito crítico, a capacidade de cooperação, a criatividade, o pensamento computacional e a autorregulação” são essenciais no contexto da economia do conhecimento;
- Torna-se essencial apoiar os sistemas de educação, formação e aprendizagem orientados para a aquisição de competências através do “estabelecimento de boas práticas que proporcionem maior apoio ao pessoal educativo para desempenhar as suas tarefas e melhorar a sua educação, atualização dos métodos e ferramentas de avaliação e validação, e introdução de formas de ensinar e aprender novas e inovadoras”;
- Os mecanismos de validação de competências adquiridas em diferentes contextos devem estar, igualmente, orientados para a “validação da aprendizagem não-formal e informal”. “O peso e a importância da aprendizagem não-formal e informal são evidenciados pelas experiências adquiridas através da cultura, do trabalho com jovens, do voluntariado e do desporto de base. A aprendizagem não-formal e informal desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento de competências interpessoais, cognitivas e de comunicação essenciais, tais como: o espírito crítico, as capacidades analíticas, a criatividade, a resolução de problemas e a resiliência, que facilitam a transição dos jovens para a idade adulta, a cidadania ativa e a vida profissional”¹⁵;
- De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização da Nações Unidas (ONU) e tendo como meta temporal o horizonte de 2030, e da sua meta 4.7 torna-se necessário “garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e aptidões necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através da educação para o desenvolvimento sustentável e de estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”¹⁶;
- “A oferta de aprendizagem de línguas, que é cada vez mais importante para as sociedades modernas, a compreensão intercultural e a cooperação”;
- Devem ser abrangidas todas as “estruturas de educação, formação e aprendizagem, formal, não-formal e informal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida”.

O Quadro de Referência Europeu das Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida assenta nos seguintes objetivos principais:

a) identificar e definir as competências essenciais necessárias para a empregabilidade, realização pessoal e saúde, cidadania ativa e responsável e inclusão social;

¹⁵ JO C 189 de 15.6.2017, p. 30

¹⁶ Resolução das Nações Unidas adotada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015, intitulada «Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável».

b) fornecer uma ferramenta europeia de referência para os decisores políticos, os prestadores de serviços de educação e formação, o pessoal educativo, os profissionais de orientação, os empregadores, os serviços públicos de emprego e os próprios aprendentes;

c) apoiar os esforços aos níveis europeu, nacional, regional e local para estimular o desenvolvimento de competências numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

São estabelecidas, no âmbito deste Quadro de Referência, oito competências essenciais:

- Competências de literacia;
- Competências multilingues;
- Competências matemáticas e no domínio das ciências, da tecnologia e da engenharia;
- Competências digitais;
- Competências pessoais, sociais e capacidade de «aprender a aprender»;
- Competências de cidadania;
- Competências de empreendedorismo;
- Competências de sensibilidade e expressão culturais.

Apesar das ligações que estes diversos domínios de competências tendem a estabelecer com o setor cultural e criativo, vamos sublinhar nestas alusões ao dito Quadro de Referência apenas algumas delas, porque mais diretamente relacionadas o setor:

i) Competências de literacia

“A literacia é a capacidade para identificar, compreender, expressar, criar e interpretar conceitos, sentimentos, factos e opiniões, tanto oralmente como por escrito, utilizando suportes visuais, auditivos e materiais digitais em todas as disciplinas e contextos. Tal implica a capacidade de comunicar e interagir eficazmente com os outros, de forma apropriada e criativa.”

“Estas competências implicam o domínio da leitura e da escrita e uma boa compreensão da informação escrita”, domínios que são claramente fomentados e estimulados por práticas e acessos às atividades culturais e serviços culturais e artísticos.

ii) Competências multilingues

“Estas competências definem a capacidade de comunicar em várias línguas de maneira adequada e eficaz. Compartilham globalmente as principais competências da literacia: assentam na capacidade de compreender, expressar e interpretar conceitos, pensamentos, sentimentos, factos e opiniões, tanto oralmente como por escrito (escutar, falar, ler e escrever), em diversas situações da vida social e cultural, consoante as necessidades ou os interesses de cada um. As competências linguísticas englobam uma dimensão histórica e competências interculturais.”

“Uma atitude positiva implica a valorização da diversidade cultural, o interesse e a curiosidade por diferentes línguas e pela comunicação intercultural”, que pode ser em geral fomentada pelas práticas culturais e o interesse pelo conhecimento mútuo, entre diferentes povos e culturas.

iii) Competências digitais

“As competências digitais envolvem a adesão e a utilização confiante, crítica e responsável de tecnologias digitais na aprendizagem, no trabalho e na participação na sociedade. Nelas se incluem a informação e a literacia de dados, a comunicação e a colaboração, a literacia mediática, a criação de conteúdos digitais (incluindo a programação), a segurança (incluindo o bem-estar digital e as competências associadas à cibersegurança), as questões relacionadas com a propriedade intelectual, a resolução de problemas e o espírito crítico.”

Atualmente, as competências digitais são essenciais no contexto do acesso à cultura e às atividades culturais e artísticas, dada a evolução que os setores cultural e criativo manifestam na integração e mobilização destas tecnologias em todas as fases da cadeia de valor, desde a criação, à difusão e à participação.

iv) Competências de cidadania

“As competências de cidadania são a capacidade de agir como cidadãos responsáveis e de participar plenamente na vida social e cívica, com base na compreensão dos conceitos e estruturas sociais, económicos, jurídicos e políticos, assim como da evolução e da sustentabilidade mundiais.”

A tomada de consciência da diversidade cultural e da identidade cultural, o entendimento da dimensão multicultural não só ao nível europeu, mas mundial, são essenciais no desenvolvimento destas competências e podem ser favorecidos por um acesso pleno e facilitado à cultura e às atividades artísticas e culturais. A participação cultural, incluindo no contexto das comunidades (locais, nacionais ou europeia e internacional), torna-se um fator impulsionador deste domínio de competências.

v) Competências de sensibilidade e expressão culturais

“As competências para a sensibilidade e expressão culturais implicam a compreensão e o respeito pela expressão e comunicação criativa de ideias e significados em diferentes culturas e através de várias artes e outras formas de expressão cultural. Trata-se de compreender, desenvolver e expressar ideias próprias, bem como um sentido do papel desempenhado na sociedade, de várias formas e em contextos variados.”

Estas competências implicam o conhecimento das culturas e expressões locais, nacionais, regionais, europeias e mundiais, incluindo as respetivas línguas e tradições, os respetivos património e produtos culturais, bem como um entendimento da forma como estas expressões podem influenciar-se mutuamente e influenciar as ideias das pessoas. Incluem a compreensão das diferentes formas de comunicar ideias entre autores, participantes e espetadores por intermédio de textos escritos, impressos e digitais, teatro, filmes, dança, jogos, arte e design, música, rituais, arquitetura, bem como formas híbridas. Exigem a compreensão do desenvolvimento da identidade de cada um e do património cultural num mundo caracterizado pela diversidade cultural, bem como da forma como as artes e outras formas culturais podem veicular uma visão do mundo, mas também dar-lhe forma.

No capítulo das aptidões incluem-se a capacidade de expressar e interpretar ideias figurativas e abstratas, experiências e emoções com empatia, e a capacidade de o fazer através de várias artes e outras formas culturais. As aptidões também incluem a capacidade de identificar e aproveitar oportunidades de valorização pessoal, social ou comercial, através das artes e outras formas culturais, e de participar em processos criativos, quer a título individual quer coletivo.

É importante ter uma atitude aberta e de respeito pela diversidade das expressões culturais e éticas, juntamente com uma abordagem ética e responsável da propriedade intelectual e cultural. Uma atitude positiva implica ainda a curiosidade perante o mundo, a abertura para imaginar novas possibilidades e a vontade de participar em experiências culturais.”

A política cultural, nos seus diversos níveis, assume-se como campo privilegiado e prioritário para o desenvolvimento destas competências, cumprindo princípios, já anteriormente enunciados, de acessibilidade a todos, de valorização e interpretação do património cultural, de fomento das artes e expressões artísticas e de proteção das condições remuneratórias e de mobilidade dos artistas e criativos, entre outras.

Por último, algumas notas sobre os modos e condições que este Quadro de Referência aconselha no sentido de viabilizar, facilitar e assegurar a aquisição de competências na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida:

- As parcerias e a cooperação, entre níveis e agentes de ensino e destes com outros intervenientes externos, incluindo comunidades artísticas, é fundamental para promover uma aprendizagem transversal,
- As artes, a aprendizagem social e emocional, as atividades físicas saudáveis, constituem complementos da aprendizagem académica, fomentando o desenvolvimento de competências mais abrangentes, para além da aquisição de competências básicas;
- “As metodologias de aprendizagem indutiva, baseada em projetos, mista, artística e lúdica podem aumentar a motivação e o empenho.”

- A cooperação entre os estabelecimentos de ensino e formação e os parceiros não educativos das comunidades locais e os empregadores, em combinação com a aprendizagem formal, não-formal e informal, pode promover o desenvolvimento de competências e facilitar a transição da educação para o mercado de trabalho e vice-versa.
- O pessoal educativo pode receber orientação e apoio no acesso a centros de especialização e na identificação a instrumentos e materiais adequados pode melhorar a qualidade dos métodos e das práticas de ensino e aprendizagem.

2.1.4 Espaço Europeu para a Educação¹⁷

Os três objetivos centrais para a construção de um Espaço Europeu para a Educação (EEE) referem-se a: i) criar condições para aumentar a mobilidade e a cooperação transfronteiras nos domínios da educação e da formação; ii) encontrar formas de ultrapassar obstáculos à aprendizagem, à formação e ao trabalho noutro país; iii) reforçar a dimensão inclusiva em matéria de educação e formação, baseada na aprendizagem ao longo da vida e na inovação dos sistemas de educação e formação. Estes três objetivos estão em linha, por sua vez, com o primeiro princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de “uma educação, uma formação e uma aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade”.

A aposta na EEE reconhece a importância vital das políticas centradas nas pessoas e, para além disso, que as políticas nestas áreas “devem desenvolver uma abordagem holística da educação e da formação e reconhecer o seu valor intrínseco enquanto pilares sólidos capazes de assegurar uma contribuição tão ampla quanto possível para a sociedade fomentando a participação nessa mesma sociedade”.

O desenvolvimento do EEE assenta em seis dimensões, que implicam diferentes objetivos e metas no quadro da UE¹⁸:

- i. Qualidade na educação e formação
 - garantir competências básicas, incluindo competências digitais,
 - assegurar competências transversais, ao nível do espírito crítico, do empreendedorismo, da criatividade, da participação cívica,
 - facilitar a mobilidade de alunos e professores e a liberdade de associação e cooperação entre instituições,
 - promover a aprendizagem de línguas e multilinguismo,
 - favorecer condições para os professores gerirem a diversidade linguística e cultural na escola,
 - fomentar a perspetiva europeia no espaço da Escola,
 - melhorar a segurança nos contextos de educação e formação.
- ii. Inclusão e igualdade de género
 - promover condições para que os sistemas de educação e formação estimulem as capacidades de cada pessoa e permitam a mobilidade social ascendente,
 - garantir os direitos das pessoas com deficiência,
 - facilitar e melhorar as condições de adaptabilidade de jovens e da população ativa à transição digital e à transição ecológica,
 - garantir junto da população ativa condições para a atualização de competências e sua adaptação aos empregos / atividades de futuro,
 - reforçar a cooperação transfronteiriça ao nível do trabalho com jovens, quer em matéria de cultura, quer de desporto, melhorando a articulação das aprendizagens não formais com a educação formal,
 - desenvolver respostas mais adequadas às questões de género,
 - combater os estereótipos de género.

¹⁷ COM (2020) 625 final

¹⁸ Idem

- iii. Transições ecológica e digital
 - tornar os sistemas de educação e formação catalisadores de uma mudança profunda nos comportamentos e competências das pessoas relacionados com a transição ecológica e a transição digital,
 - investir na educação e formação de futuros profissionais de uma economia com impacto neutro no clima e eficiente na utilização de recursos,
 - integrar perspetivas de sustentabilidade ambiental no âmbito das ciências naturais e humanas,
 - dotar as pessoas de competências digitais, nos diversos níveis do sistema de educação e formação, bem como de outras aptidões necessárias para uma evolução no mercado de trabalho em contexto de mudança.
- iv. Professores e formadores
 - colmatar a escassez de professores e formadores e torná-los altamente empenhados, competentes e entusiastas,
 - revalorizar socialmente a profissão de docente,
 - criar oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional,
 - facilitar a mobilidade de professores, de estudantes e de formadores de professores, abrindo espaço para a relação com diferentes abordagens pedagógicas.
- v. Ensino superior
 - estimular e facilitar cooperação entre instituições de ensino superior,
 - condições favoráveis à cooperação transnacional,
 - consolidar a intervenção das instituições de ensino superior nas áreas da educação, investigação, inovação e serviços à comunidade (“quadrado do conhecimento”),
 - promover o reconhecimento automático das qualificações e dos períodos de estudo concluídos no estrangeiro,
 - promover programas de ensino especializado em competências digitais avançadas e tecnologias de ponta, colmatando escassez de especialistas.
- vi. Dimensão geopolítica, no quadro das políticas externas da União Europeia.

2.1.5 Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027¹⁹

O Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027, *Reconfigurar a educação e a formação para a era digital*. {SWD(2020) 209 final}, é uma iniciativa política renovada da União Europeia (UE) que define uma visão comum de uma educação digital de elevada qualidade, inclusiva e acessível na Europa e que tem como objetivo apoiar a adaptação dos sistemas de ensino e formação dos Estados-Membros à era digital.

Considerando a prioridade de adaptação dos sistemas de educação e formação à transformação digital, acelerada pelas respostas que foi necessário dar no período da crise pandémica do COVID-19, para além dos objetivos de promoção de uma educação e de uma formação de melhor qualidade e inclusivas, este plano assenta nos seguintes princípios orientadores:

- Assegurar, junto dos organismos e agências que intervêm na área da educação e formação, uma educação digital de qualidade e inclusiva, que respeite a proteção de dados pessoais e a ética;
- Envolver toda a sociedade na transformação da educação para a era digital, assegurando o diálogo e a cooperação entre os educadores, o setor privado, os investigadores, os municípios e as autoridades públicas, e associando pais, empresas, sociedade civil e os próprios aprendentes;
- Garantir que todos têm acesso à educação digital reforçando a conectividade, o acesso a equipamentos, a capacidade organizacional e as competências;
- Garantir que a educação digital cumpre o seu papel essencial no reforço da igualdade e da inclusividade, nomeadamente, com base numa disseminação alargada de competências digitais;

¹⁹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0624>

- Promover e assegurar competências digitais em todos os educadores e profissionais de formação, integrando-as em todas as áreas do desenvolvimento profissional, incluindo na formação inicial;
- Dotar os responsáveis da esfera educativa de condições, ao nível de competências e organizacionais, para promover a educação digital;
- Reconhecer o papel da literacia digital num mundo digitalizado;
- Alargar a todos os indivíduos o acesso e aquisição de competências digitais básicas e estimular a aquisição de competências digitais avançadas a profissionais com vista à promoção da competitividade;
- Assegurar conteúdos educativos de qualidade que reforcem a pertinência, a qualidade e o carácter inclusivo da educação e da formação europeia a todos os níveis, mobilizando para isso as tecnologias digitais.

Este Plano de Ação encontra-se estruturado em duas prioridades estratégicas e 14 ações de apoio.

Prioridade 1: Promover o desenvolvimento de um ecossistema de educação digital altamente eficaz

O desenvolvimento de capacidade digitais e a eficácia do seu planeamento são vitais nos sistemas de educação e formação. É fundamental assegurar níveis elevados de conectividade. É igualmente imprescindível que o conteúdo da educação digital e a formação em competências digitais, incluindo métodos de ensino digitais, sejam asseguradas nos profissionais dos sistemas de educação e formação.

As ações de apoio da Prioridade 1 são as seguintes:

- Ação 1: Diálogo estruturado com os Estados-Membros sobre educação e competências digitais,
- Ação 1: Proposta de recomendação do Conselho relativa aos principais fatores facilitadores do êxito da educação e da formação digitais,
- Ação 2: Recomendação do Conselho sobre abordagens de aprendizagem mista para um ensino básico e secundário inclusivo e de elevada qualidade,
- Ação 3: Quadro Europeu para os Conteúdos da Educação Digital,
- Ação 4: Conectividade e equipamento digital para ensino e formação,
- Ação 5: Planos de transformação digital para instituições de ensino e formação,
- Ação 6: Orientações éticas para educadores sobre a utilização de Inteligência Artificial (IA) e de dados no ensino e na aprendizagem.

Prioridade 2: Reforçar as aptidões e competências digitais para a transformação digital

As competências digitais são essenciais num mundo em constante mutação e num contexto de transição para uma economia verde e digital. Paralelamente, é essencial garantir a literacia digital junto das comunidades, independentemente da sua condição socioeconómica, nível etário, posição no contexto social ou profissional; mas este é um desafio é particularmente grande junto dos jovens e das crianças. É, pois, essencial garantir que os jovens adquiram um bom nível de conhecimento da tecnologia digital.

Estes desafios deparam-se atualmente, em qualquer dos Estados-Membros, com dificuldades dada a escassez de especialistas digitais.

As ações propostas no quadro desta segunda prioridade são:

- Ação 7: Orientações para professores e educadores no sentido de promover a literacia digital e combater a desinformação através da educação e da formação
- Ação 8: Atualizar o Quadro Europeu de Competências Digitais de modo a incluir a IA e as competências relacionadas com os dados
- Ação 9: Certificado Europeu de Competências Digitais
- Ação 10: Proposta de recomendação do Conselho relativa à melhoria da oferta de competências digitais na educação e na formação
- Ação 11: Recolha transnacional de dados e uma meta a nível da UE para as competências digitais dos estudantes
- Ação 12: Estágios de Oportunidade Digital

Ação 13: Participação das mulheres nos domínios CTEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática)

Por último, cabe sublinhar o objetivo da Comissão Europeia de criar uma Plataforma Europeia da Educação Digital, como garantia do reforço da cooperação e do intercâmbio a nível da União Europeia em matéria de educação digital.

2.1.6 Carta de Porto Santo (2021)

A Carta de Porto Santo, documento de orientações e recomendações tendo em vista explicitar e promover o papel da cultura no aprofundamento da democracia europeia, decorre da Conferência de Porto Santo – *Da democratização à democracia cultural: repensar instituições e práticas* (abril, 2021), realizada no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e é fundamentalmente dirigida a decisores políticos, às organizações e instituições culturais e educativas e aos cidadãos europeus em geral.

Trata-se de um documento estruturado em cinco temas que se encontram em linha com os principais desafios contemporâneos na Europa, evocando em cada um deles o papel da cultura:

1. A saúde da democracia e o papel da cultura

Uma visão dinâmica da democracia, enquanto processo e movimento, que apela à partilha de responsabilidades e de poderes, à cooperação dentro da comunidade, e que não deve ser entendida como uma questão meramente restrita à esfera política. É fundamental “promover uma conceção de cidadania cultural baseada no pluralismo: no reconhecimento da multiplicidade de vozes e na valorização das diferenças.”

Os desafios colocam-se, pois, na consolidação de uma democracia na esfera cultural; nas relações de poder ao nível das instituições e das práticas culturais e educativas; no contributo da participação cultural para a emancipação dos cidadãos; e, ainda, no papel das instituições culturais na saúde da democracia.

2. Democratização cultural e democracia cultural

Propõe-se partir de um conceito de cultura nem demasiado restrito, nem demasiado amplo.

“Entendemos cultura no plural, como um conjunto de sistemas simbólicos nos quais estamos inseridos e que nos ajudam a dar um sentido à experiência (pessoal e coletiva) e uma forma humana ao mundo, determinando o horizonte de possibilidades em que nos movemos. As culturas materializam-se nas manifestações simbólicas, artísticas e patrimoniais das comunidades, envolvendo a tradição herdada e a criação contemporânea. As culturas são um processo criativo coletivo contínuo em que estão envolvidos todos os grupos de determinada sociedade. As culturas são uma tarefa infinita: que recebemos em herança e que continuamos a trabalhar (conservando e inovando) para transmitirmos às gerações futuras (que continuarão esse processo).”

Torna-se fundamental entender as bases, a contextualização e o alcance de dois paradigmas que procuraram, na segunda metade século anterior, fundamentar a intervenção cultural e as respetivas orientações de política cultural: democratização da cultura e democracia cultural.

O paradigma da democratização cultural (final dos anos 1950), baseado no acesso do maior número de pessoas à Cultura, “pensada no singular” e numa visão hierarquizada, às grandes obras da humanidade, do passado ou contemporâneas, que pressupõe um processo descendente (*top-down*), tendente a uma desvalorização não só das práticas culturais, mas também dos próprios cidadãos, “olhados como consumidores, tratados como desiguais e excluídos da função de agentes de cultura”.

O paradigma da democracia cultural (emerge nos anos 1960, com afirmação na década de 1980), baseada na “cultura como um espaço aberto onde cada cidadão pode participar e ser responsável”, em que a cultura

local, também valorizada, estabelece diálogos com outras expressões culturais exteriores. “A vontade de preservação da diversidade cultural e de proteção dos direitos culturais afirma-se como uma alternativa à globalização económica e cultural. Implica a valorização de culturas e de públicos distintos e reconhece o direito de emancipação e empoderamento dos cidadãos como sujeitos culturais ativos: com possibilidade de participarem e decidirem a vida cultural das comunidades.”

3. Diferença e complementaridade dos dois modelos culturais: para uma cidadania cultural plena

Reconhece-se, contudo, a necessidade das políticas culturais e das instituições culturais não colocarem em oposição os dois paradigmas, nem excluírem um deles, apostando, pelo contrário, na sua articulação e nas complementaridades, em prol de uma igualdade, que exige direitos e deveres culturais aos cidadãos. O exercício destes direitos e deveres configura em si a “cidadania cultural”.

Nesse sentido, são identificadas uma série de questões que devem ser cuidadas e refletidas por esses intervenientes, designadamente: “tomar consciência do poder que se exerce quando se criam instituições, se faz programação, se distribui financiamento, se organizam exposições e o acesso a elas”; assegurar “uma atenção multidimensional à formação de públicos” e a imprescindibilidade do seu conhecimento; evitar erros de “recusar a tradição artística e as manifestações patrimoniais da humanidade” ou do “relativismo em que tudo se amálgama, sem critérios”; “julgar que não é preciso preparação, nem mediação, nem conhecimento dos códigos das práticas culturais e dos públicos, assumindo que todas as experiências culturais, populares e eruditas, são autoexplicativas”; reconhecer que a participação não implica necessariamente participação física, pode limitar-se à assistência e fruição; reconhecer a possibilidade de conflitos entre conceitos de “excelência” e de “qualidade”, conceitos que se encontram providos de ambiguidade e polissemia e que, por outro lado, não devem ser exclusivamente associados ao produto, mas também ao processo, “na relação estabelecida entre obra e público, no envolvimento afetivo e intelectual que permite, na criação de competências, na alteração de comportamentos”; promover “a valorização do indivíduo, da sua capacidade pessoal de intervenção no mundo, do seu potencial criativo e deliberativo individual, da sua liberdade de expressão”, para além “da participação de cada um em prol da cultura de todos”.

4. Cidadania cultural e territórios digitais

O avanço da tecnologia digital traduz-se num meio de ampliação da participação e da produção cultural, que pode favorecer o exercício dos direitos e deveres culturais. As suas hipóteses multiplicam-se, nos campos da divulgação cultural, da interação e apropriação, da criação cultural, da cooperação e cocriação.

Contudo, os problemas da literacia digital, o atraso no desenvolvimento e disseminação de competências digitais básicas, pode acentuar os efeitos de exclusão.

5. Cidadania cultural e educação

“Para promover a cidadania cultural, temos de colocar a cultura, entendida deste modo plural e participado, no coração das políticas educativas, e a educação no centro das políticas culturais.

É decisivo reconhecer as instituições culturais como território educativo – do mesmo modo, que as escolas são polos culturais.”

A “Escola deve valorizar as especificidades individuais, culturais, territoriais, e possibilitar que todos os alunos tenham acesso a variadas experiências artísticas e manifestações culturais ao longo da vida; que possam ver reconhecida a sua identidade cultural e valorizadas as expressões culturais da sua comunidade; que tenham acesso aos patrimónios e consciência da sua necessária salvaguarda; que ao longo do seu trajeto desenvolvam a criatividade e a imaginação, a sensibilidade estética e o pensamento crítico; que conheçam e efetivem os seus direitos e deveres culturais; e que descubram a sua própria forma de participação ativa na cultura de todos.”

Nas recomendações²⁰, a Carta de Porto Santo apela aos decisores políticos, entre outras, que:

- ✓ aprofundem “o desenvolvimento de planos de ação intersectoriais de educação e cultura, respondendo aos desafios e ao potencial criativo de uma Europa mais diversa, inclusiva e democrática”;
- ✓ revejam “os currículos do ensino obrigatório, para garantir que promovem perspetivas culturais diversificadas”;
- ✓ fomentem “a introdução no currículo do ensino obrigatório e nas instituições de ensino superior, de forma transdisciplinar e integrada, a cultura, as artes e os patrimónios enquanto áreas fundamentais para o exercício de uma cidadania cultural, esclarecida e participada”;
- ✓ criem “programas de formação sobre democracia cultural e processos colaborativos nas áreas da mediação, criatividade, programação e para a responsabilização na salvaguarda dos patrimónios, no ensino profissional, no ensino superior e na formação contínua”;
- ✓ introduzam “na formação inicial e contínua de educadores e professores, mais fruição de manifestações multi e transculturais, conteúdos e pedagogias centradas nas artes e nos patrimónios, que os capacitem para trabalhar o currículo de forma transdisciplinar e criativa, e promovam a compreensão e interiorização do paradigma da democracia cultural. Uma formação que lhes dê condições para promover nos alunos a aquisição de competências para a cidadania cultural, respeitando a pluralidade de expressões e valorizando as suas identidades culturais”

Por sua vez, destacamos, dentro das recomendações às organizações culturais e educativas, o apelo ao reconhecimento de “que as instituições culturais são territórios educativos e que as instituições educativas são polos culturais, promovendo a articulação de ações e projetos entre elas de forma estruturante e continuada”.

2.1.7 Plano de Trabalho da União Europeia para a Cultura 2023-2026²¹

O Plano de Trabalho da UE para a Cultura assenta nos seguintes princípios:

- A cultura, incluindo o património cultural, possui um valor intrínseco e contribui para reforçar a identidade europeia.
- A diversidade cultural e linguística é um dos principais ativos da UE e deve ser respeitada, promovida e reforçada, nomeadamente através da mobilidade e da circulação das obras.
- A liberdade de expressão artística e a criatividade são fundamentais para a capacidade humana de enfrentar os desafios, pensar de forma crítica, inovar e inventar, e é imperativo incentivá-las e apoiá-las de todas as formas pertinentes.
- A diversidade cultural e o diálogo intercultural são essenciais para a promoção e a proteção dos direitos humanos, promovem a compreensão mútua e ajudam a prevenir e a resolver conflitos e a promover a reconciliação, a paz e a estabilidade internacional; qualquer utilização abusiva da cultura para fins de difusão de propaganda de guerra e desinformação e de instigação ao ódio é incompatível com os valores e princípios fundamentais da UE.
- A cultura presta um contributo significativo para o desenvolvimento sustentável, a economia e a inclusão social, reforçando a coesão territorial.
- A cultura tem potencial para promover a igualdade e o respeito mútuo e para combater todas as formas de violência, discriminação, intolerância e preconceito.
- A execução do Plano de Trabalho deverá ser apoiada por uma utilização otimizada de dados e estatísticas de qualidade

²⁰ Apesar da relevância da totalidade de recomendações feitas no âmbito desta Carta, apenas fazemos referência às questões que apelam de forma mais direta à integração entre os dois sistemas, cultural e educativo. É fundamental, contudo, conhecer e trabalhar a totalidade dos âmbitos de ação recomendados. <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9190/pt-carta-do-porto-santo.pdf>

²¹ Resolução do Conselho sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 (2022/C 466/01) [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022G1207\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022G1207(01)&from=EN)

Os seus domínios prioritários de intervenção e respetivas ações, considerando a importância dos seus contributos para reforçar a cooperação cultural, promover a diversidade cultural e estimular a criação de valor acrescentado europeu, são os seguintes:

i) Artistas e profissionais da cultura: capacitar os setores cultural e criativo (SCC)

Os SCC, responsáveis pela criação de conteúdos culturais em inúmeras formas, incluem artistas, profissionais, instituições, organizações culturais e criativas, que é essencial tornar mais robustos (em particular após a prova da sua grande adaptabilidade e capacidade de inovação ao longo da pandemia COVID-19), considerando as características específicas que os setores apresentam – flexibilidade, organização que, em parte, se baseia em freelancers e PME ou micro empresas, em trabalho por projetos, num mercado bastante fragmentado, num elevado grau de mobilidade dos artistas e profissionais e em remunerações baixas ou irregulares.

Os instrumentos de política devem, nesse sentido, contribuir para: reforçar a resiliência dos SCC, apoiar a recuperação e diversidade, favorecer objetivos de sustentabilidade, tirar partido do que foram as respostas e novas tendências dos setores em face da pandemia, bem como, pelas tecnologias digitais, assegurar condições de trabalho mais justas para os artistas, criativos e profissionais da cultura.

Nesse sentido, as ações propostas incluem:

- Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação
- Liberdade artística
- Estimular a transformação digital dos setores cultural e criativo
- Estimular a transição ecológica dos setores cultural e criativo, com especial destaque para a crise energética
- Reforçar a dimensão cultural e criativa no setor europeu dos jogos de vídeo

ii) Cultura para as pessoas: reforçar a participação cultural e o papel da cultura na sociedade

O acesso à cultura e ao património cultural e a participação das pessoas na cultura, no património cultural, na criatividade e nas artes, são condições e fatores essenciais do reforço da cidadania, da consolidação das democracias, da qualidade de vida e bem-estar das pessoas, e do robustecimento das comunidades e da coesão social e territorial.

À participação das crianças e jovens na vida cultural deve ser dada uma especial atenção, capacitando a leitura, estimulando a criatividade e enriquecendo a sua experiência. Igualmente, é prioritário assegurar uma abordagem inclusiva junto de grupos vulneráveis e desfavorecidos.

Os intervenientes privilegiados nos processos de promoção da acessibilidade e de estímulo à participação, dos diversos segmentos da população, são as organizações / instituições culturais, cujo papel deve ser apoiado (de que são exemplo as bibliotecas).

As ações propostas, no âmbito deste domínio prioritário, são:

- Cultura e promoção da democracia: para uma cidadania cultural na Europa
- Construção de pontes: reforçar os múltiplos papéis das bibliotecas como vias de acesso e transmissoras de obras culturais, competências e valores europeus
- Proteção das crianças e dos jovens contra conteúdos nocivos nas plataformas digitais
- Facilidade de descoberta de conteúdos culturais europeus diversificados no ambiente digital

iii) Cultura para o planeta: libertar o poder da cultura

O património cultural e os SCC estão igualmente vulneráveis às ameaças, quer naturais, quer humanas, que se manifestam atualmente, incluindo as ameaças associadas às alterações climáticas. Torna-se necessário tomar medidas, também no domínio cultural, para mitigar os riscos e efeitos nefastos destes diversos fatores de ameaça.

Por outro lado, os SCC devem ser parceiros solidários no cumprimento do Pacto Ecológico Europeu e da Agenda 2030 da ONU, nomeadamente com recurso às tecnologias digitais e à inovação.

Estas duas dimensões exigem a melhoria dos sistemas e dos mecanismos de monitorização, incluindo ao nível da investigação e das estatísticas, favorecendo políticas eficazes e baseadas em dados.

As ações que o Plano de Trabalho propõe, neste domínio prioritário, são:

- Estatísticas culturais – reforçar a resiliência na cultura e através da cultura
- Governação cultural
- Ação climática através da cultura, incluindo as artes e o património cultural
- Um espaço circundante de elevada qualidade para todos
- Proteger o património contra catástrofes naturais e de origem humana
- Troca de informações entre os profissionais do património cultural e as autoridades competentes.

iv) Cultura para parcerias cocriativas: reforçar a dimensão cultural das relações externas da UE

A cultura é um domínio que pode, por excelência, favorecer a cooperação internacional e o sucesso de parcerias sustentáveis e equitativas. A “cocriação cultural pode apoiar genuinamente e comunicar de forma credível os nossos valores europeus, incluindo as liberdades artísticas e os direitos culturais, em muitas partes do mundo, ajudando assim a conter o alcance dos regimes autoritários.”

É uma prioridade a partilha de uma “ambição cultural no sentido da mudança e de um diálogo intelectual que abra caminho a abordagens conjuntas no espírito do Novo Bauhaus Europeu (sustentável, inclusivo e belo).”

São ações a promover, no âmbito deste domínio prioritário, as seguintes:

- Governação da abordagem estratégica da UE no domínio das relações culturais internacionais e do respetivo quadro de ação,
- Preservar o património cultural e capacitar os SCC locais na Ucrânia
- O papel da cultura e dos profissionais da cultura na promoção e defesa da democracia e dos direitos humanos em contextos frágeis.

2.1.8 Nova Agenda Europeia para a Educação de Adultos 2021-2030²²

A Nova Agenda Europeia para a Educação de Adultos 2021—2030 (2021) estabelece cinco domínios prioritário de intervenção, com vista ao reforço na aposta da UE numa educação de adultos de qualidade, capaz de proporcionar orientação vocacional e uma oferta de formação ao longo da vida, bem como gerar oportunidades de progressão na carreira através da criação de parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas a todos os níveis.

Esta Nova Agenda estabelece os seguintes domínios prioritários:

1) Governação

A educação de adultos deve ser uma responsabilidade partilhada, mobilizando parcerias entre entidades de natureza diversa, ao nível nacional, regional e local, e com a sociedade civil. A abordagem deve ser abrangente, incluindo todos os tipos, formas e níveis da educação e formação e outras formas pertinentes de oportunidades de aprendizagem. A cooperação e as parcerias deverão ir ao encontro das necessidades dos aprendentes adultos e dos empregadores, incluindo o financiamento.

²² [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021G1214\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021G1214(01))

2) Oferta e aproveitamento de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida

É fundamental sensibilizar os adultos para a importância da aprendizagem como uma atividade contínua a que deverão dedicar-se regularmente ao longo de toda a vida. A educação de adultos deverá tornar-se mais personalizada e apoiada por sistemas eficazes de orientação ao longo da vida e de validação da aprendizagem anterior. O financiamento público deverá ser complementado por financiamento a vários níveis (europeu, nacional, regional, local, dos empregadores, individual).

3) Acessibilidade e flexibilidade

A educação de adultos deverá ser flexível em termos de tempo, espaço, recursos, formas de organização e de execução, e deverá incluir uma variedade de abordagens e de medidas destinadas a aumentar a participação, a inclusão e a motivação para a aprendizagem. Deverá permitir a inscrição não só em diferentes níveis de educação e formação formais, mas também noutros programas – incluindo a nível não-formal – que visem a requalificação e a melhoria de competências. Deverá oferecer programas de elevada qualidade, baseados nos conhecimentos, aptidões e competências anteriores e na experiência, nas preferências e nas especificidades de cada aprendente, bem como nas suas necessidades e nos eventuais resultados da autoavaliação, e ter em especial conta os grupos vulneráveis.

4) Qualidade, equidade, inclusão e sucesso em matéria de educação de adultos

Profissionalização: É necessário profissionalizar e reforçar as capacidades dos educadores e formadores de adultos, incluindo os formadores ocasionais e outros profissionais envolvidos. Uma rede e uma parceria bem desenvolvidas poderá assegurar que a educação de adultos se torne mais acessível e reduzir os entraves de ordem financeira e temporal.

Mobilidade: A mobilidade dos aprendentes adultos, dos educadores e formadores de adultos constitui um elemento-chave da cooperação europeia e um instrumento para melhorar a qualidade da educação de adultos e promover o multilinguismo na União Europeia. Tirar partido do programa Erasmus+, eventualmente complementado com financiamento dos recursos do FSE+.

Inclusão: A educação de adultos é importante para promover a igualdade de género e a solidariedade entre os diferentes grupos etários e entre as culturas e as pessoas de todas as origens, bem como para promover a cidadania democrática e os valores fundamentais da UE; neste contexto, os grupos vulneráveis merecem especial atenção. Deverão ser ponderados incentivos para eliminar os obstáculos à participação de todos os grupos-alvo na educação de adultos, como a falta de tempo para estudar, baixos níveis de competências de base, baixos níveis de competências profissionais, a inacessibilidade, baixos níveis de motivação e as atitudes negativas em relação à aprendizagem. A aprendizagem inter-geracional, incluindo o grupo etário das pessoas com mais de 65 anos, pode contribuir para promover o bem-estar, bem como o envelhecimento ativo, autónomo e saudável.

Garantia da qualidade: O acompanhamento dos resultados da oferta de educação de adultos pode aumentar a garantia da qualidade. A educação e a formação deverão centrar-se mais no aprendente e poderão proporcionar experiências de aprendizagem de curta duração com vista a adquirir ou atualizar competências específicas. O desenvolvimento contínuo dos métodos de acompanhamento, de avaliação e de qualidade é essencial.

5) Transições ecológica e digital

A dupla transição funciona como motor de inovações nos percursos de aprendizagem e de novas abordagens educativas e de formação. As transições ecológica e digital exigem que todas as gerações desenvolvam as competências ecológicas e digitais necessárias para trabalharem e viverem proativamente num ambiente digital.

A importância das dimensões culturais é explicitamente salientada no domínio prioritário 4, a propósito da necessidade de garantir uma oferta educativa inclusiva, que promova a cidadania democrática, o diálogo inter-geracional, a solidariedade entre os diferentes grupos etários e entre as culturas e as pessoas de todas as origens, combatendo todas as formas de discriminação.

2.1.9 Programa Erasmus+ e Programa Europa Criativa

No âmbito dos instrumentos de financiamento europeus, destacam-se nesta análise, em virtude da sua orientação temática, o programa Erasmus+ e o Programa Europa Criativa, que se analisam seguidamente.

O **Erasmus+** é o programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto. O programa para o período de 2021-2027 coloca uma forte tónica nas seguintes dimensões: inclusão social, transições ecológica e digital e promoção da participação dos jovens na vida democrática.

O Programa Erasmus+ estrutura-se em três Ações-chave no período de 2021-2027, sendo que cada uma destas ações-chave inclui diversas ações, conforme referidas de seguida:

- (i) **Mobilidade individual para fins de aprendizagem.** Esta ação chave pretende atingir efeitos positivos e duradouros junto dos participantes e de organizações participantes, bem como no seio dos sistemas políticos em que as ações se inserem. As suas ações incluem:
 - Mobilidade individual, que apoia a mobilidade de aprendentes e de membros do pessoal para participarem numa experiência de aprendizagem e/ou profissional noutro país;
 - Atividades de participação juvenil, que se trata de iniciativas locais e transnacionais lideradas por jovens e executadas por grupos informais e/ou organizações de juventude para ajudar os jovens a participar e aprender a participar na vida democrática, sensibilizando-os para os valores comuns da União Europeia e os direitos fundamentais, reunindo jovens e decisores políticos a nível local, nacional e europeu e contribuindo para os objetivos comuns da União Europeia;
 - Mobilidade para treinadores desportivos, tendo em vista a melhoria de competências e qualificações;
 - Iniciativa DiscoverEU, tratando-se de uma atividade educativa informal que proporciona uma viagem de curta duração a todos os jovens de 18 anos, oportunidades de aprendizagem de línguas para os participantes que realizem uma atividade de mobilidade no estrangeiro;
 - Intercâmbios virtuais no ensino superior e na juventude que são atividades interpessoais em linha que promovem o diálogo intercultural e o desenvolvimento de competências sociais entre indivíduos de países terceiros não associados ao Programa, os Estados-Membros da UE ou países terceiros associados ao Programa.
- (ii) **Cooperação entre organizações e instituições.** Os contributos desta ação-chave orientam-se em especial para assegurar o desenvolvimento, a transferência e/ou implementação de práticas inovadoras nas organizações, a nível local, regional, nacional e europeu. As ações que é possível apoiar no quadro desta ação-chave são as seguintes:
 - a. **Parcerias para a Cooperação**, que inclui: i) **Parcerias de cooperação**, cujo principal objetivo é permitir que as organizações aumentem a qualidade e a relevância das suas atividades, desenvolvam e reforcem as suas redes de parceiros, aumentem a sua capacidade para operarem em conjunto a nível transnacional, fomentando a internacionalização das suas atividades e procedendo ao intercâmbio ou desenvolvimento de novas práticas e novos métodos, bem como partilhando e confrontando ideias; ii) **Parcerias de cooperação de pequena dimensão** que visa alargar o acesso ao programa a intervenientes de pequena dimensão e pessoas a quem é difícil chegar nos domínios do ensino escolar, da educação de adultos, do ensino e formação profissionais, da juventude e do desporto.

De acordo com os setores específicos, as prioridades no quadro das Parcerias para a Cooperação são as seguintes:

Ao nível do ensino superior	Promover sistemas de ensino superior interconectados Estimular práticas de ensino e aprendizagem inovadoras Desenvolver o STEM/STEAM no ensino superior, e em particular a participação das mulheres no STEM Premiar a excelência no desenvolvimento da aprendizagem, do ensino e das competências Apoiar as capacidades digitais e verdes do setor do ensino superior Construir sistemas de ensino superior inclusivos Apoiar competências empreendedoras e inovadoras nos estudantes Apoiar as instituições do ensino superior na sua cooperação com os homólogos ucranianos, no sentido de responder à guerra na Ucrânia
Ao nível do ensino básico	Combater as desvantagens de aprendizagem, o abandono escolar precoce e a baixa proficiência em competências básicas Apoiar professores diretores de escolas e outros profissionais do ensino Desenvolvimento de competências chave Promover uma abordagem mais abrangente para o ensino e a aprendizagem da língua Promover o interesse e a excelência nas ciências, tecnologia, engenharia e matemáticas (STEM) e na abordagem STEAM Desenvolver sistemas de educação e acolhimento na primeira infância de elevada qualidade Reconhecimento dos resultados de aprendizagem dos participantes na mobilidade transfronteiriça de aprendizagem Apoiar inovadores na escola Apoiar a resposta dos sistemas europeus de educação e formação à guerra na Ucrânia
A nível do ensino e formação profissional (quer inicial quer contínua)	Adaptar o ensino e a formação profissionais às necessidades do mercado de trabalho Aumentar a flexibilidade das oportunidades no ensino e formação profissionais Contribuir para a inovação no ensino e formação profissionais Aumentar a atratividade do ensino e formação profissionais Melhorar a garantia de qualidade no ensino e na formação profissionais Criação e implementação de estratégias de internacionalização para prestadores de EFP Apoiar a resposta dos sistemas europeus de educação e formação à guerra na Ucrânia
Ao nível da educação de adultos	Aumentar a adesão e melhorar a inclusividade e a acessibilidade da educação de adultos Melhorar a disponibilidade de uma aprendizagem de elevada qualidade, flexível e reconhecida para os adultos Promover centros de aprendizagem locais e espaços de aprendizagem inovadores Criar percursos de atualização de competências Melhorar as competências dos educadores e de outro pessoal de educação e orientação de adultos Criar e promover oportunidades de aprendizagem entre todos os cidadãos e gerações Reforçar a garantia de qualidade das oportunidades de educação de adultos

Apoiar a resposta dos sistemas europeus de educação e formação à guerra na Ucrânia

- b. **Parcerias de excelência**, incluindo: i) **centros de excelência profissional** (envolvimento de um vasto leque de partes interessadas locais que permita que as instituições de ensino e formação profissional adaptem rapidamente a oferta de aptidões à evolução das necessidades económicas e sociais); ii) **Academias de Professores Erasmus+** (criação de parcerias europeias de prestadores de ensino e formação de professores); iii) **Ação Erasmus Mundus** (programas de mestrados ministrados e reconhecidos por universidades por instituições de ensino superior estabelecidas na Europa e abertos a instituições de outros países do mundo)
- c. **Parcerias de inovação** nomeadamente: i) **Alianças para a inovação** (operação estratégica entre intervenientes fundamentais no ensino superior e no ensino e formação profissionais, nas empresas e na investigação para fomentar a inovação e a modernização dos sistemas de ensino e formação); e ii) **Projetos orientados para o futuro** (promoção da inovação, da criatividade e da participação, bem como o empreendedorismo social em diferentes domínios do ensino e da formação), **Projetos de reforço de capacidades** como o domínio do **ensino superior e no setor do ensino e formação profissionais** com o objetivo de apoiara relevância, a qualidade, a modernização e a acessibilidade do ensino superior em países terceiros não associados ao Programa, como motor do desenvolvimento socioeconómico sustentável; no setor da juventude, no setor do desporto, apoio a eventos desportivos e a plataformas em linha (Plataforma de Educação Escolar Europeia (incluindo a eTwinning), a Plataforma Eletrónica para a Educação de Adultos na Europa (EPALE) e o Portal Europeu da Juventude) como espaços de colaboração virtual.

As ações dentro desta segunda Ação-chave, dependendo do campo de intervenção e do tipo de intervenientes, podem ser geridas, seja por Agências nacionais, seja pelo Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA).

- (iii) **Apoio ao desenvolvimento de políticas e à cooperação** que integram:
 - a. Ação Juventude Unida que visa contribuir para aumentar a sensibilização dos jovens no sentido de garantir a diversidade de opiniões e atrair um vasto leque de jovens dentro e fora das respetivas organizações, incluindo aqueles que beneficiam de menos oportunidades;
 - b. Ações destinadas a preparar e apoiar a execução da agenda política da EU nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, incluindo agendas setoriais para o ensino superior, o ensino e formação profissionais, o ensino escolar e a educação de adultos, nomeadamente facilitando a governação e o funcionamento dos Métodos Abertos de Coordenação;
 - c. Realização de experiências de políticas europeias;
 - d. Ações destinadas a reunir provas e conhecimentos sobre sistemas e políticas nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto a nível nacional e europeu, com vista a facilitar a elaboração fundamentada de políticas;
 - e. Ações que facilitam a transparência e o reconhecimento de aptidões e qualificações, assim como a transferência de créditos, para promover a garantia da qualidade e para apoiar a validação da aprendizagem não-formal e informal, bem como a gestão e a orientação de aptidões;
 - f. Ações que fomentam o diálogo político com as partes interessadas dentro e fora da União Europeia (conferências, eventos,...)
 - g. Cooperação com organizações internacionais dotadas de conhecimentos especializados e capacidades analíticas altamente reconhecidos

Incluem-se ainda no âmbito do Programa Erasmus+ as Ações Jean Monet que prestam:

- a. **Apoio ao nível do ensino superior**, nomeadamente: ações Jean Monet que apoiam instituições de ensino superior dentro e fora da Europa com vista a promover o ensino e a investigação em matéria de integração europeia e promover o debate de orientação e o intercâmbio, com a participação do mundo académico e dos decisores políticos, sobre as prioridades políticas da União através de Módulos Jean Monnet (programas de ensino de curta duração relativos a uma ou mais disciplinas de estudo sobre a União Europeia), Cátedras Jean Monnet (postos de docência de duração mais longa com especialização em estudos sobre a União Europeia para professores universitários) e Centros de Excelência Jean Monnet (pontos focais que reúnem os conhecimentos de peritos de alto nível em várias disciplinas de Estudos Europeus e que desenvolvem atividades transnacionais e relações estruturais com instituições académicas de outros países);
- b. **Noutros domínios do ensino e da formação** como nas escolas e nas instituições de ensino e formação profissional, onde se destaca a formação de professores (conceber e apresentar aos professores propostas de formação estruturada sobre as temáticas da EU) e a Iniciativa «Aprender sobre a UE» para promover um melhor entendimento no ensino e formação profissionais (níveis 1-4 da CITE). Neste âmbito, são ainda apoiados debates de políticas Jean Monnet através das Redes Jean Monnet no setor do ensino superior (partilha e debate entre parceiros as conclusões das investigações, os conteúdos dos cursos e experiências, os produtos,...) e Redes para outros domínios do ensino e da formação (intercâmbio de boas práticas e experiências) e são concedidos apoios a instituições designadas que perseguem um objetivo de interesse europeu e que têm funções ao nível da investigação (recolha de dados e a sua análise para elaborar futuras políticas), o ensino in situ e em linha para futuro pessoal das organizações internacionais e para funcionários públicos (em especial nos domínios da justiça e da gestão), a organização de eventos sobre questões prioritárias para a União e a disseminação de resultados específicos e de informações gerais para o público em geral.

O **Programa Europa Criativa 2021-2027**, da União Europeia, visa apoiar os sectores cultural e criativo, tendo duas metas principais: salvaguardar, desenvolver e promover o património e a diversidade cultural e linguística da Europa; e aumentar a competitividade e o potencial económico dos sectores culturais e criativos, em especial do sector audiovisual. Este Programa dá continuidade ao anterior (2014-2020), reforçando expressivamente o seu orçamento e sublinhando a necessidade de tornar aqueles setores mais digitais, mais ecológicos, mais resilientes e mais inclusivos.

O Europa Criativa tem três vertentes específicas:

1. a Vertente **CULTURA**, que abrange todos os sectores da cultura e da criação, excetuando os sectores audiovisual e cinematográfico (incluídos na vertente **MEDIA**);
2. a Vertente **MEDIA**, que abrange os sectores audiovisual e cinematográfico;
3. e a Vertente **TRANSECTORIAL**, que promove a colaboração entre os diversos sectores criativos e abrange ainda o sector da comunicação social.

Através da Vertente Cultura é possível apoiar projetos de cooperação cultural, a mobilidade dos profissionais, e diversas ações nos sectores da música, dos livros e da edição, do património cultural e da arquitetura, entre outros sectores. O programa contempla ainda ações de promoção da excelência e da criatividade (prémios nas áreas da literatura, da música, da arquitetura e do património cultural, as Capitais Europeias da Cultura e a Marca do Património Europeu).

A vertente **MEDIA** destina-se a quatro eixos: Conteúdos, Empresas, Públicos e Políticas. Através dos dois últimos pretende-se, por exemplo, reforçar a acessibilidade e a visibilidade das obras para os seus potenciais públicos e promover ações de sensibilização, objetivos para que pode contribuir o reforço das sinergias entre os setores cultural e educativo.

Na vertente TRANSECTORIAL incluem-se, por exemplo, os Laboratórios de Inovação Criativa que visam promover abordagens inovadoras para a criação, a distribuição e a promoção de conteúdos nos sectores culturais e criativos e o apoio à literacia mediática.

2.2. CONTEXTO NACIONAL

De seguida apresentam-se os Programas e Planos de âmbito nacional que se constituem como documentos estratégicos e orientadores nos domínios da educação e cultura e que refletem as necessidades e prioridades da sociedade portuguesa, ancoradas nos princípios organizativos definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) de um Estado que deve “contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência”.

2.2.1 Lei de Bases do Sistema Educativo

A **Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)** consagra um lugar de destaque aos valores da Democracia e da Cidadania. O acesso à Educação e à Cultura é um direito de todos os Portugueses, consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro).

Os objetivos do **ensino básico**, definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, são os seguintes:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e socio-afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Os objetivos definidos na LBSE para o **ensino secundário** são, por sua vez, os seguintes:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Da LBSE consta o dever de o Estado promover a democratização da educação, assim como de outras condições oferecidas pelas escolas, de forma a contribuir para a igualdade de oportunidades, para a redução de desigualdades económicas, sociais e culturais, para o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, compreensão mútua, solidariedade e responsabilidade, para o progresso social e para o envolvimento democrático na vida pública.

2.2.2 Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

O **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** é um documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular. É um documento orientador, que se constitui como uma matriz para decisões a adotar por gestores e atores educativos ao nível dos organismos responsáveis pelas políticas educativas e dos estabelecimentos de ensino.

A finalidade é a de contribuir para a organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva. A abrangência do Perfil dos Alunos respeita o caráter inclusivo e multifacetado da escola, assegurando que, independentemente dos percursos escolares realizados, todos os saberes são orientados por princípios, por valores e por uma visão explícitos, resultantes de consenso social.

Os **princípios** que orientam o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória são:

- A. **Base humanista** – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.
- B. **Saber** – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.
- C. **Aprendizagem** – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.
- D. **Inclusão** – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

E. Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

G. Sustentabilidade – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

H. Estabilidade – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, constitui-se como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, respondendo aos desafios sociais e económicos do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências do século XXI. O Perfil dos Alunos aponta para uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável.

2.2.3 Portugal 2030 e Estratégia Regional NORTE 2030

A Estratégia Portugal 2030 (PT 2030) define quatro agendas temáticas que consubstanciam e materializam a respetiva visão de “Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial”. Uma melhor articulação entre os setores da Educação e da Cultura poderá contribuir positivamente para a prossecução dessas quatro agendas:

As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade. Esta agenda preconiza a redução da incidência de fenómenos de exclusão e discriminação e dos indicadores de desigualdade e de precariedade laboral. Nesse sentido, pressupõe “a promoção das competências sociais, a empregabilidade e a integração no mercado de trabalho de outros grupos vulneráveis; a promoção da cultura, do turismo, do lazer, da participação e da educação, enquanto instrumentos de inclusão social”, assim como do “respeito pela diversidade e a defesa dos direitos humanos, promovendo designadamente o relacionamento intercultural, reconhecimento da relevância e contributo das migrações e da diversidade cultural e religiosa” e ainda “uma cultura de escola inclusiva e a difusão destes princípios e valores na sociedade portuguesa”. Seja no sentido da promoção das competências dos indivíduos, dentro de um conceito alargado de aprendizagem ao longo da vida para o qual devem contribuir simultaneamente as políticas educativas e culturais, seja no quadro dos objetivos de inclusão e coesão social e de promoção da cidadania, a interligação entre os dois setores torna-se um fator essencial de uma progressão efetivas dessas condições.

Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento. Esta agenda temática tem os seguintes domínios estratégicos: promoção da sociedade do conhecimento; digitalização e inovação empresarial; qualificação dos recursos humanos; e qualificação das instituições. Em relação ao primeiro e ao terceiro objetivos, há desafios explícitos na perspetiva da articulação da Educação e Cultura. No que respeita à promoção da sociedade do conhecimento, um dos eixos assenta na promoção da “cultura enquanto fator de cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave da competitividade”, incluindo o “reforço e desenvolvimento das artes por via da educação e capacitação”. Em relação à qualificação dos recursos humanos, um dos eixos de intervenção consiste em “Combater o abandono e

insucesso escolar e desenvolver competências adequadas à sociedade atual e potenciadoras de transformações sociais”, incluindo “o aumento da participação das crianças e jovens em projetos educativos e atividades de desenvolvimento de competências, adequadas à sociedade atual e potenciadoras de transformações sociais, promovendo o reconhecimento de aprendizagens e o sucesso educativo”.

Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente. Agenda estruturada, entre outros domínios, pela “Competitividade e coesão na baixa densidade”. Neste contexto, os territórios de baixa densidade são assumidos “como espaços de oportunidades e não apenas como territórios problema, tendo como argumento o seu potencial endógeno e o aproveitamento do impulso que as novas normas sociais associadas à pandemia e às novas metodologias de trabalho proporcionam como oportunidade para atrair e reter pessoas”. Ainda neste domínio, é referida a “conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”.

A agenda da *Transição climática e sustentabilidade dos recursos* destaca, entre outros aspetos, a importância da educação ambiental para os desafios do processo de transição climática e da sustentabilidade.

Por sua vez, o diagnóstico prospetivo do setor da Educação e da Formação no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Norte 2030 refere, como intervenções prioritárias a realizar, entre outras, o “apetrechamento de instalações e de equipamentos para diversificar a oferta formativa (...) e para reforçar as dimensões artísticas, experimentais ou desportivas da educação e da formação. Este diagnóstico reconhece os problemas de equidade que persistem nos ensinos básico e secundário e refere que “dada a relação entre a condição socioeconómica e cultural das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares, o insucesso escolar está muito ligado à pobreza infantil, na sua multidimensionalidade: alojamento, alimentação, cuidados de saúde, condições de estudo, acesso a bens culturais”.

A propósito da provisão de equipamentos culturais, a estratégia regional reconhece que “o Norte dispõe de muitos elementos e competências de referência e notoriedade à escala nacional, pelo que importa trabalhá-los e valorizá-los de forma integrada, quer ao nível sub-regional, quer ao nível regional, tendo em vista incrementar o contributo da cultura para construção de conhecimento e desenvolvimento de competências (que integrem saberes e diversidade cultural local)”.

A visão preconizada pressupõe um conjunto de princípios, incluindo “afirmar a cultura na sua dimensão simbólica e identitária, proporcionando fruição abrangente dos seus bens e serviços como forma de induzir cosmopolitismo, criação e compreensão da sociedade e do mundo” e “reter e atrair pessoas e potenciar os seus talentos múltiplos e insubstituíveis, dos criativos aos empreendedores, num contexto de melhoria permanente dos seus níveis educacionais e de competências”.

Em alinhamento com a agenda *As Pessoas Primeiro* do Portugal 2030, a Estratégia Norte 2030 reconhece a prioridade de “promover a cultura e a criatividade como pilares das dinâmicas sociais e económicas e de uma melhor qualidade de vida”.

Refiram-se, por último, as prioridades estabelecidas no quadro da estratégia de especialização inteligente do Norte que, em certa medida, podem beneficiar e ser beneficiadas do aprofundamento das sinergias entre os setores da Educação e da Cultura, nomeadamente nos domínios da “Criatividade, Moda e Habitat” (assente na exploração do potencial das indústrias criativas e na criação de novas vantagens competitivas em setores com forte componente de capital simbólico, entre outros elementos) e dos “Ativos Territoriais e Serviços do Turismo” (baseado, nomeadamente, nos recursos culturais/patrimoniais e criativos).

2.2.4 Programa Regional NORTE 2030 e Programas Operacionais Temáticos

A tabela seguinte faz uma sistematização das medidas dos Programas Operacionais referidos que, no período 2021-2027, poderão enquadrar projetos e ações que venham a ser delineadas e propostas no presente Plano Intermunicipal.

Programa Operacional Regional NORTE 2030 ITI CIM		
Participação ativa	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos (FSE+), Eixo 1	“apoio a ações e iniciativas de promoção da <u>inclusão social ativa por via da cultura</u>, incluindo a dinamização de práticas artísticas e culturais diversificadas (música, teatro, artesanato, dança, artes manuais, etc.), de conteúdos digitais acessíveis, de projetos integrados culturais de desenvolvimento local por e para <u>grupos excluídos e socialmente desfavorecidos</u>” Principais Referenciais de Admissibilidade e Preferência previstos no Programa: (ii) Contribuir também para favorecer a inclusão social ativa, sendo a cultura e a atividade física e desportiva fundamentais para o desenvolvimento pessoal, ou a melhoria dos níveis de literacia ou competências básicas de cidadania dos grupos-alvo. (iii) Os investimentos culturais ou desportivos não constituem um fim em si mesmo, mas um meio para a integração social e económica das pessoas. Corresponde a um instrumento de política pública que alarga o âmbito das intervenções de “inclusão ativa de grupos vulneráveis” e de “cultura para todos” cofinanciados no período de programação anterior (...), tratou-se de apoio especialmente relevante para a inclusão e integração de pessoas mais desfavorecidas, operacionalizado em diversas áreas, desde o emprego à cultura.
Promoção do sucesso educativo	ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com	Os tipos de ação e correspondentes tipologias de intervenção e de operação são os (i) <u>PIPSE - Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar</u> e (ii) promover unidades móveis ou balcões de inclusão.

	deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+), Eixo 1	
Infraestruturas de educação	RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER), Eixo 1	
Valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação de identidade	RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER), Eixo 3	
Património cultural e museus	RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER), Eixo 3	
ITI/CIM pode também contemplar incentivos para a <u>promoção de projetos no domínio da criatividade-cultura</u> :		
Investimentos de base territorial	RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER), Eixo 3	“Investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e expansão ou modernização da sua atividade, contribuindo para a <u>manutenção do emprego e a modernização e resiliência das economias locais</u>; investimento empresarial enquadrado em estratégias e abordagens territoriais.” Principais Referenciais de Admissibilidade e Preferência previstos no Programa: (ii) <u>Cada NUTS III deverá referenciar até 5 setores de atividade prioritários</u> para intervir (CAE);

Apoio ao emprego e ao empreendedorismo (para desempregados)	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos (FSE+), Eixo 3	“apoio a ações e iniciativas de promoção da inclusão social ativa por via da cultura, incluindo a dinamização de práticas artísticas e culturais diversificadas (música, teatro, artesanato, dança, artes manuais, etc.), de conteúdos digitais acessíveis, de projetos integrados culturais de desenvolvimento local por e para grupos excluídos e socialmente desfavorecidos” Principais Referenciais de Admissibilidade e Preferência previstos no Programa: (ii) Contribuir também para favorecer a inclusão social ativa, sendo a cultura e a atividade física e desportiva fundamentais para o desenvolvimento pessoal, ou a melhoria dos níveis de literacia ou competências básicas de cidadania dos grupos-alvo. (iii) Os investimentos culturais ou desportivos não constituem um fim em si mesmo, mas um meio para a integração social e económica das pessoas.
Programa Operacional Regional Norte 2030 Outras intervenções		
	RSO1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo (FEDER)	Especialização inteligente, redes e capacitação institucional: (i) cadeias de valor e redes colaborativas; (ii) concertação estratégica e coordenação de atores; (iii) planeamento e programação integrada de investimentos; (iv) capacitação para a especialização inteligente; v) plataformas de inovação, governação e internacionalização O alinhamento dos projetos com as prioridades e os domínios prioritários da RIS3/NORTE2027 constitui condição de admissibilidade e critério de análise de mérito dos projetos cofinanciáveis.
	RSO4.6. Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER)	Cultura: (i) <u>capacitação de principais agentes no desenvolvimento de comunidades criativas</u>, abrangendo fomento de sistemas locais “creative friendly”, promoção de redes de residências artísticas, realização de concursos de ideias destinados a selecionar propostas de valorização de identidades singulares e distintivas e desenvolvimento de estratégias culturais e ações criativas diferenciadoras; (ii) <u>estruturação, valorização e internacionalização da cultura</u>, quer na

		vertente infraestrutural (...) quer na vertente imaterial (...); (iii) <u>ciclos temáticos de eventos-âncora</u> assentes em nichos de mercado, que constituam oferta cultural diferenciada que possa fazer face à sazonalidade de eventos de maior dimensão, e organização e promoção de eventos culturais com elevado impacto internacional; (iv) <u>programas e iniciativas criativas que promovam a interação e interface entre artes, tecnologias, indústrias e ambiente</u>; (v) <u>posicionamento regional como “film destination” e território de criação e produção audiovisual</u>;
	RSO5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas (FEDER)	Valorização de recursos endógenos: (i) promoção de operações de qualificação e desenvolvimento de infraestruturas ou equipamentos de suporte à valorização de recursos endógenos e património identitário (e.g. sinalética, material promocional, recuperação de património público, espaços expositivos para recursos endógenos e sua apreciação e fruição pelos visitantes, <u>ações de valorização do património material e imaterial, com fortes ligações à história, cultura, arqueologia e geografia, etc.</u>). [EEC PROVERE, Áreas de Baixa Densidade Populacional]
PROGRAMAS TEMÁTICOS		
Programa Operacional Inovação e Transição Digital		
Relevam os fatores de especialização regional (critérios de acesso ou de valorização), de acordo com as estratégias de especialização inteligente.	RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER)	Investimento empresarial produtivo Prioridades das estratégias nacional e regionais de especialização inteligente são condição de mérito nos apoios previstos no OE 1.3 (apoios à inovação produtiva). Serão apoiadas intervenções orientadas para o estímulo à inovação e à incorporação de tecnologia e conhecimento nas cadeias de produção, para o aumento e a melhoria da capacidade produtiva e para o reforço da orientação para mercados externos

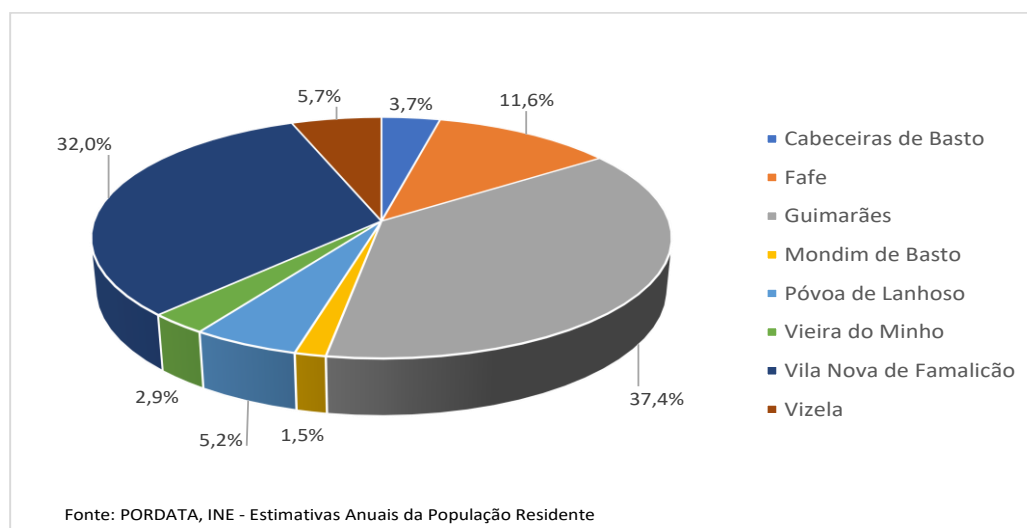
		Qualificação e internacionalização das empresas Reforço da capacitação empresarial através de processos de qualificação, digitalização e internacionalização; Promoção de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais; Definição de estratégias de internacionalização e abordagens de mercado; Informação e sensibilização sobre a oferta portuguesa de bens e serviços, com reforço da visibilidade internacional; Produção e disseminação de informação; Capacitação para a cultura empresarial.
Programa Operacional Demografia, Qualificações e Inclusão		
	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	Capacitação para inclusão (<u>capacitação de grupos vulneráveis</u> , desenvolvendo competências de natureza pessoal e social básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional)
	ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	Recuperação das aprendizagens , <u>promoção do sucesso escolar e combate às desigualdades</u> (PRA) Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) - Visam uma intervenção precoce que responda aos problemas concretos de cada comunidade, <u>reduzindo o insucesso educativo, a retenção e o abandono escolar precoce</u> .

3. DINÂMICAS DA POPULAÇÃO NA CIM DO AVE – ANÁLISE QUANTITATIVA

Considerando que este Plano Intermunicipal, orientado para a integração das intervenções de política pública nos domínios da cultura, criatividade e educação, tem por alvo central as pessoas, o presente capítulo procura traçar um quadro mais consistente das características da população residente nos concelhos da CIM do Ave.

Em 2021, residiam na CIM do Ave **419.602 pessoas** (de acordo com os Censos de 2021), distribuídas de forma relativamente assimétrica pelos seus 8 concelhos – praticamente 70% da população está concentrada em Guimarães e Vila Nova de Famalicão, sendo que os restantes 30 por cento se distribuem de forma relativamente desigual, com cerca de um terço (11,6% do total) no concelho de Fafe, e menos de 1/10 nos concelhos de Vieira do Minho (2,9% do total) e de Mondim de Basto (1,5% do total), e com características que tornam igualmente diferenciada a população residente nos diversos concelhos.

Figura 1 – Distribuição por concelho da População residente na CIM do Ave em 2021

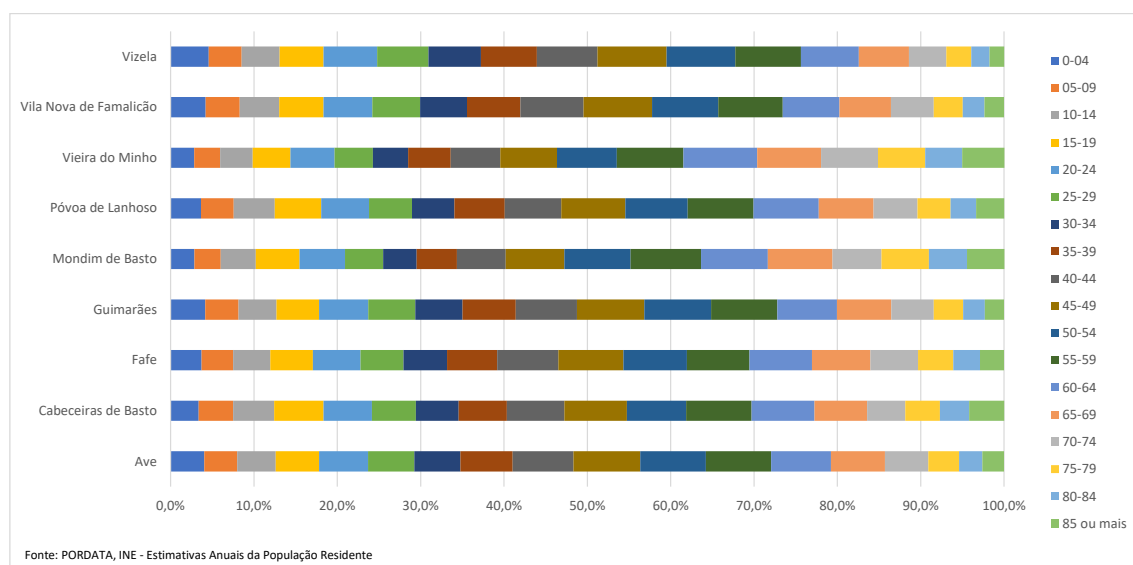


Em termos de **estrutura etária**, os municípios de Vieira do Minho e de Mondim de Basto apresentam população sinais de envelhecimento mais acentuados – a percentagem de população com menos de 15 anos é, respetivamente, de 9,8% e de 10,2%, enquanto no total da CIM do Ave a população com menos de 15 anos representa 12,6%; por outro lado, a população com 65 ou mais anos representa respetivamente 29,7% e 28,4% nesses dois concelhos, enquanto na CIM do Ave atinge apenas os 20,8%.

Por sua vez, Vila Nova de Famalicão, Vizela e Guimarães são os concelhos com população relativamente menos envelhecida – a população com 65 ou mais anos representa, respetivamente, 19,8%, 17,5% e 20,1% nesses três concelhos.

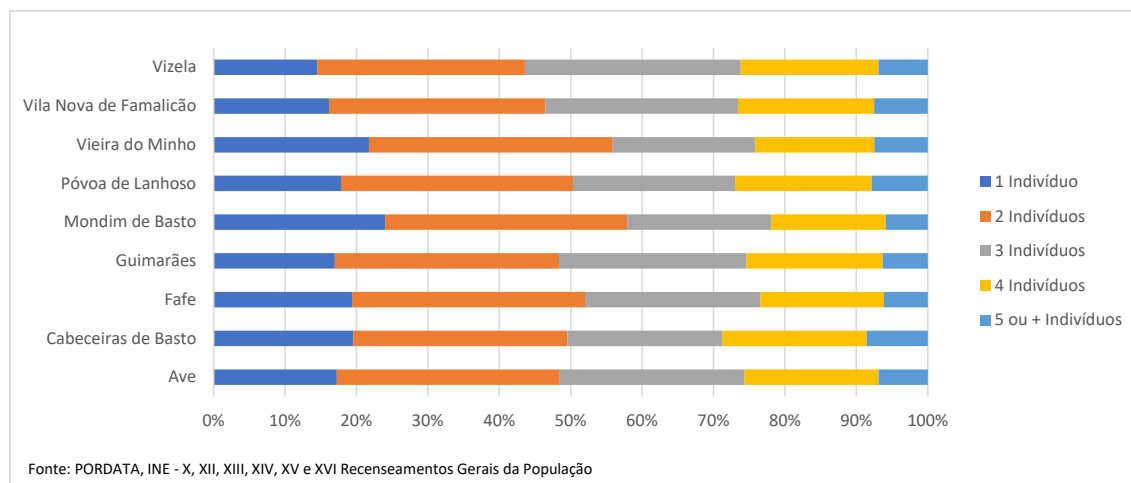
O envelhecimento da população na última década nos municípios da CIM do Ave é muito acentuado – o valor do índice de envelhecimento passa de 93,3 em 2011 para 167,3 em 2021, o que representa uma variação de 79,3%, enquanto a variação nesse mesmo período a nível nacional é de 42,5%. Esta evolução é bastante mais agravada nos concelhos de Vizela e Mondim de Basto, respetivamente 99,4% e 92,3%, que apresentam um índice de envelhecimento em 2021 de, respetivamente, 136,4 e 275. Na CIM do Ave, os concelhos com índice de envelhecimento em 2021 mais elevado são, para além de Mondim de Basto, Vieira do Minho com 306,7; e os concelhos com um índice de envelhecimento mais baixo em 2021 eram Vizela, Vila Nova de Famalicão e Guimarães, com valores, respetivamente, de 136,4, de 153,6 e de 160,0.

Figura 2 – Distribuição da população residente por grupos etários, em 2021, na CIM do Ave e nos seus Municípios



A população residente na CIM do Ave apresenta uma estrutura familiar predominantemente constituída por **famílias clássicas** de dimensão reduzida – praticamente um terço das famílias possuem apenas dois indivíduos e, se agruparmos as famílias com um e com dois indivíduos, estas representam, em qualquer dos casos, mais de 40% das famílias (no total da CIM do Ave e nos oito concelhos que a constituem).

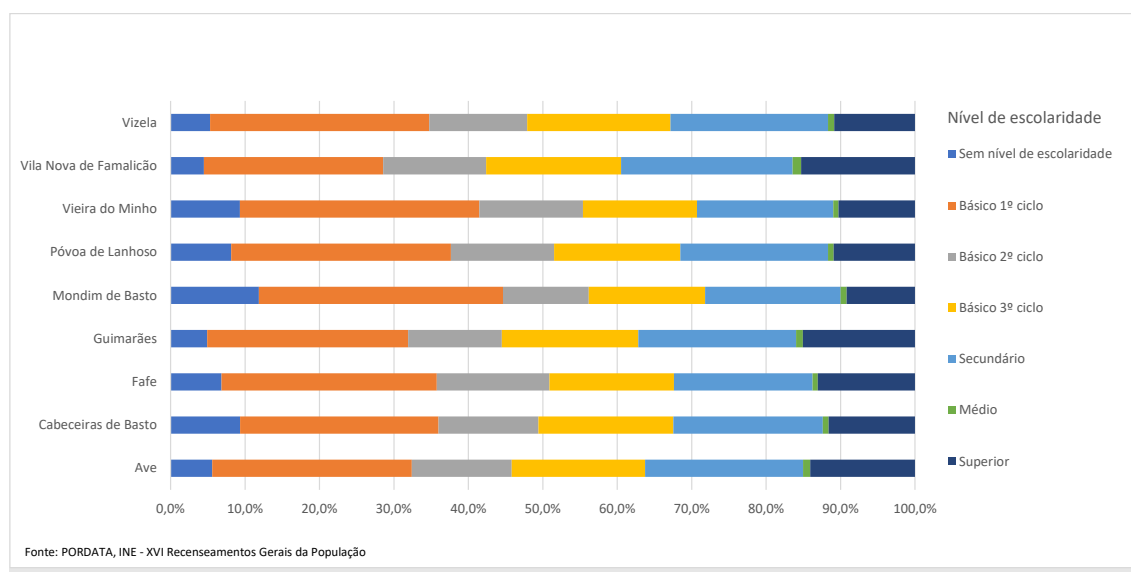
Figura 3 – Distribuição das famílias clássicas por número de indivíduos, na CIM do Ave e nos concelhos, em 2021



O segmento das **famílias unipessoais**, que representa um total de 26.498 pessoas, sofreu na CIM do Ave um crescimento muito significativo na última década – registou-se uma variação de 41% no conjunto dos oito municípios, com uma variação mais elevada em Vizela (50%) e mais baixa em Cabeceiras de Basto (19%). Salienta-se, para além desta variação acentuada de famílias clássicas unipessoais, o peso que apresentam as famílias deste segmento em que a pessoa tem 65 ou mais anos, com uma variação entre o máximo de 61,7% em Vieira do Minho e 49% em Vizela ou 49,2% em Guimarães.

No que se refere às **qualificações da população** com 15 ou mais anos, incluindo população em idade ativa, as desigualdades entre os concelhos da CIM do Ave são igualmente acentuadas.

Figura 4 – Distribuição da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado, em 2021, na CIM do Ave e nos Municípios



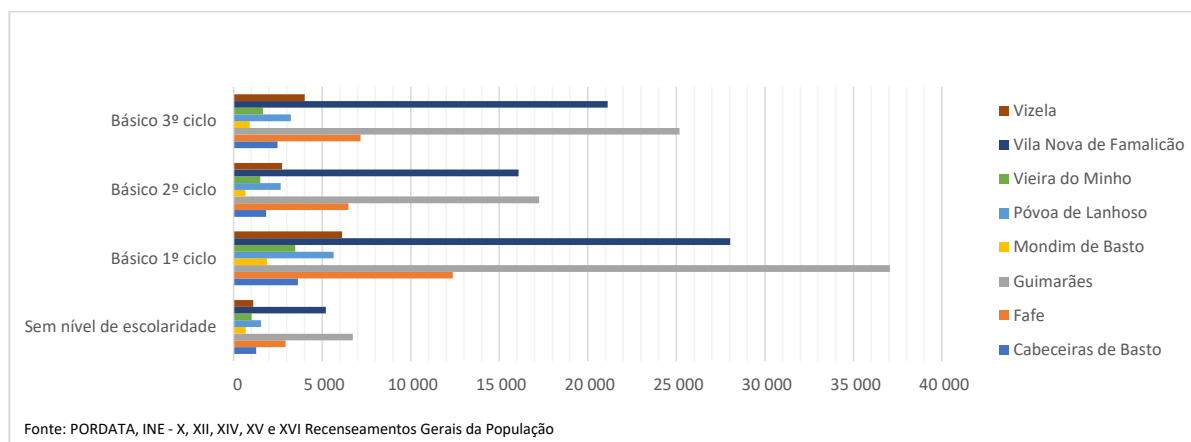
Os concelhos de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho mantêm elevadas percentagens de população sem nível de escolaridade, respetivamente 11,9%, 9,3% e 9,3%, muito acima dos 5,6% que apresenta no conjunto a CIM do Ave. Nestes concelhos apresentam-se igualmente as percentagens mais baixas de população residente com 15 ou mais anos e nível de escolaridade médio ou superior – 10,0% em Mondim de Basto, 11,0% em Vieira do Minho e 12,4% em Cabeceiras de Basto, a que acrescem os concelhos de Vizela e da Póvoa do Lanhoso, com uma percentagem de 11,7% de população residente com 15 ou mais anos e nível de escolaridade médio ou superior, respetivamente.

No conjunto da CIM do Ave a **população com 15 ou mais anos que possui níveis de escolaridade inferiores ao nível secundário** (atual nível de escolaridade obrigatória) abrange os seguintes segmentos:

- Sem nível de escolaridade: 20.489 pessoas residentes
- Básico 1º ciclo: 98.264 pessoas residentes
- Básico 2º ciclo: 49.219 pessoas residentes
- Básico 3º ciclo: 65.739 pessoas residentes

Que se distribuem da seguinte forma no território da CIM do Ave:

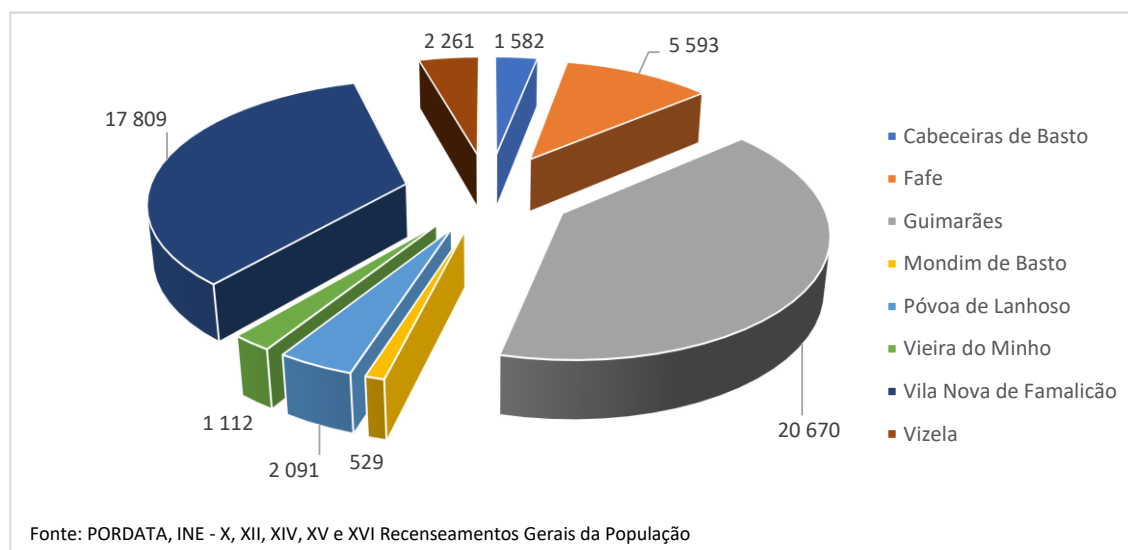
Figura 5 – População residente com 15 ou mais anos com níveis de escolaridade inferiores ao nível secundário, por município da CIM do Ave, em 2021



Ressalta-se ainda que, no conjunto da CIM do Ave, o segmento de **população analfabeta** residente com mais de 10 anos era constituído, em 2021, por 11.771 pessoas, que representavam cerca de 2,8% do total da população. A maior representatividade deste segmento da população acontece nos municípios de Mondim de Basto e de Cabeceiras de Basto, com, respetivamente, 7% e 5,7% no total da população.

O segmento da **população residente com 15 ou mais anos que completou uma qualificação de nível superior** apresenta, em 2021, uma dimensão de 51.647 pessoas, com a seguinte distribuição territorial:

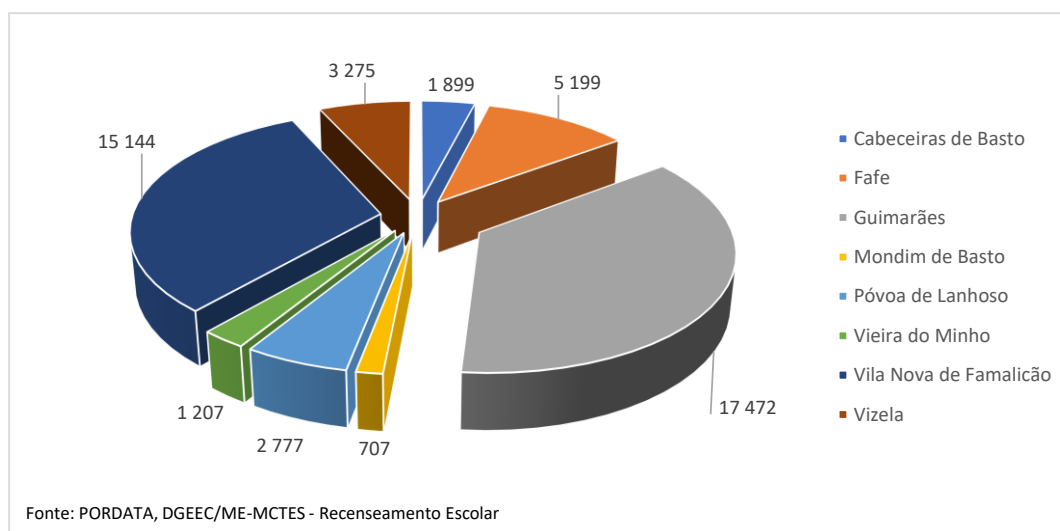
Figura 6 – Distribuição por município da população residente com 15 e mais anos com nível de escolaridade superior completo, em 2021



Por sua vez, a distribuição da população escolar também é diferenciadora, sobretudo se considerarmos os segmentos que correspondem à comunidade escolar no nível do ensino superior. Na CIM do Ave, em 2021, a percentagem de alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico - 1º Ciclo, 2º Ciclo e 3º Ciclo, Ensino Secundário e CET) no total da população residente atingia os 13,74% (para Portugal esta percentagem era, em igual período, de 15,14%), sendo que nos concelhos de Guimarães, Fafe, Mondim de Basto e Vieira do Minho essa percentagem era inferior, particularmente nos dois últimos concelhos, com, respetivamente, 11,71% e 10,19%.

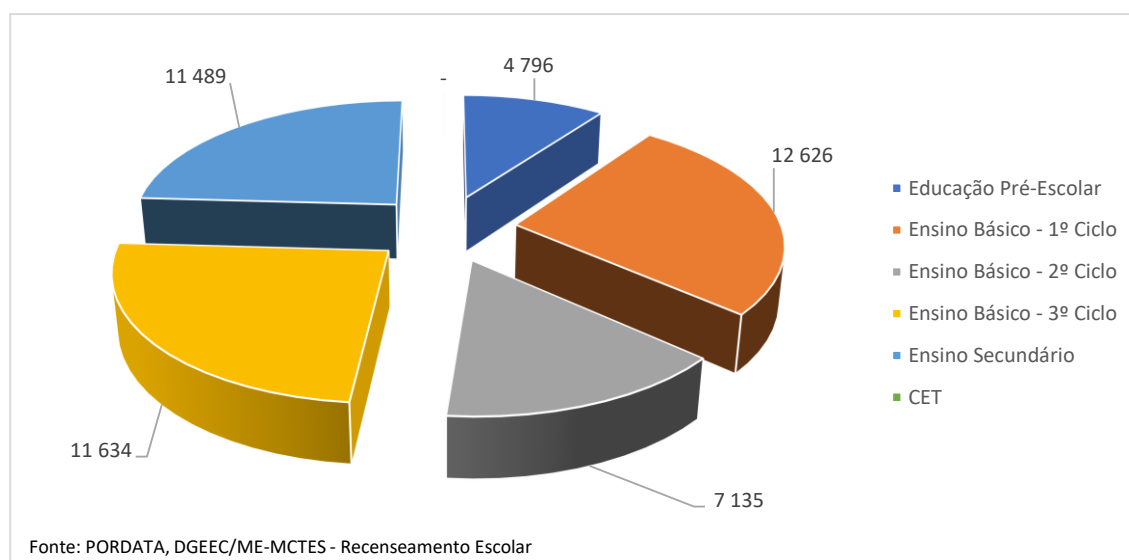
Nessa data, o número total dos **alunos matriculados no ensino não superior** ascendia a 47.680 alunos, distribuídos da seguinte forma por concelhos e por segmentos de níveis de ensino:

Figura 7 – Distribuição por concelho dos alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021



A situação é bastante contrastada, entre população escolar do ensino não superior que se aproxima ou ultrapassa mesmo ligeiramente os 15.000 alunos, em 2021, nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães, e população escolar próxima ou inferior aos 5.000 alunos nos restantes concelhos (abaixo de 1.000 alunos em Mondim de Basto).

Figura 8 – Distribuição por nível de ensino dos alunos matriculados no ensino não superior da CIM do Ave, em 2021



A dimensão do segmento de população matriculada no ensino pré-escolar no conjunto da CIM do Ave, inferior aos 5.000 alunos, confirma as tendências de envelhecimento da população, apesar das políticas recentes de promoção alargada deste nível de ensino. O número de alunos matriculados no ensino pré-

escolar na CIM do Ave sofre uma redução de cerca de 17% entre 2011 e 2021. Esta redução é especialmente acentuada nos concelhos de Mondim de Basto, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Fafe (percentagens de redução da ordem, respetivamente, dos 42,6%, 39,3%, 31,4% e 30,2%).

Na comunidade escolar da CIM do Ave o número de **docentes em exercício do ensino não superior** atingia, em 2021, os 5.425 docentes, distribuídos da seguinte forma por concelhos e por níveis de ensino: cerca de 68% dos docentes em exercício concentram-se nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães; aproximadamente 52,8% dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino público não superior da CIM do Ave concentram-se nos níveis de ensino do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Figura 9 – Distribuição por concelho dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021

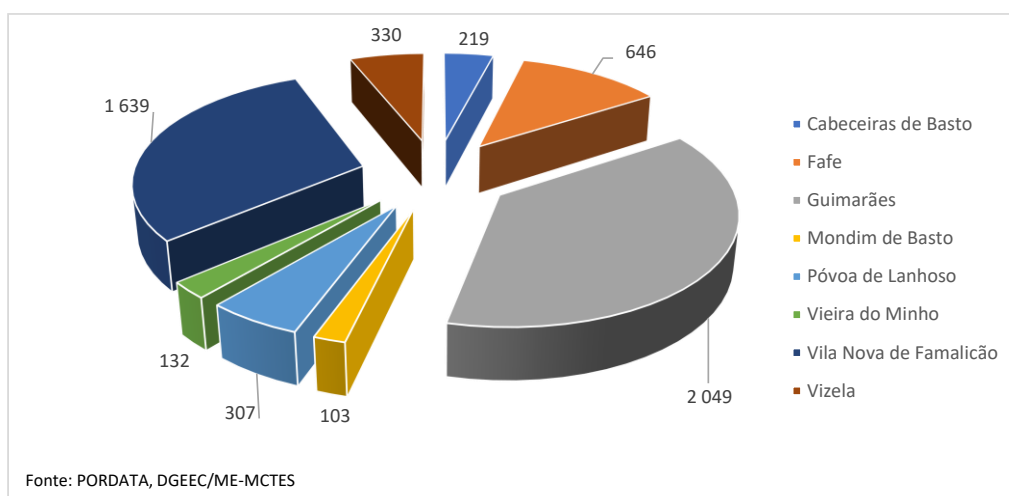
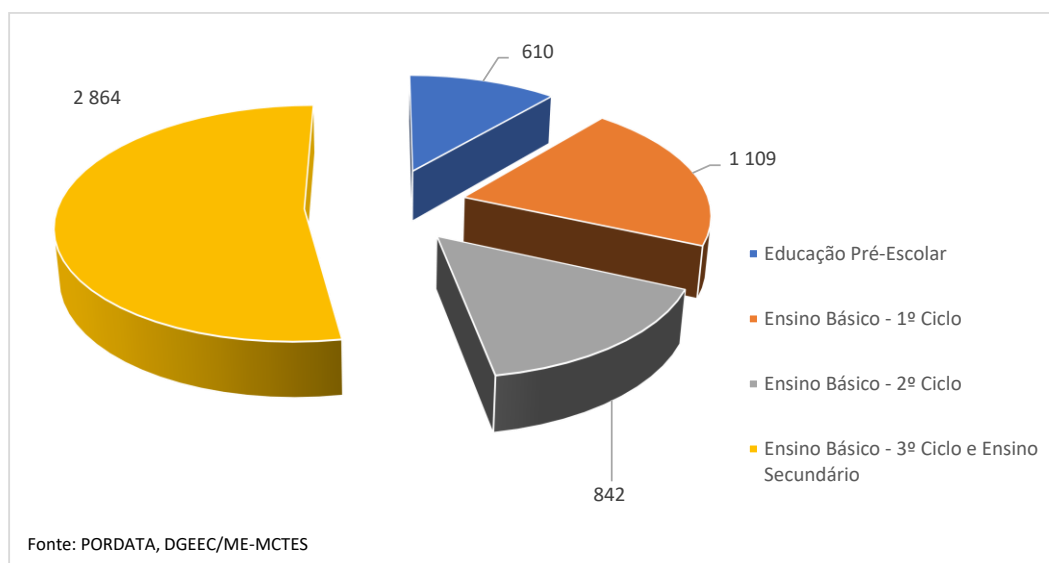
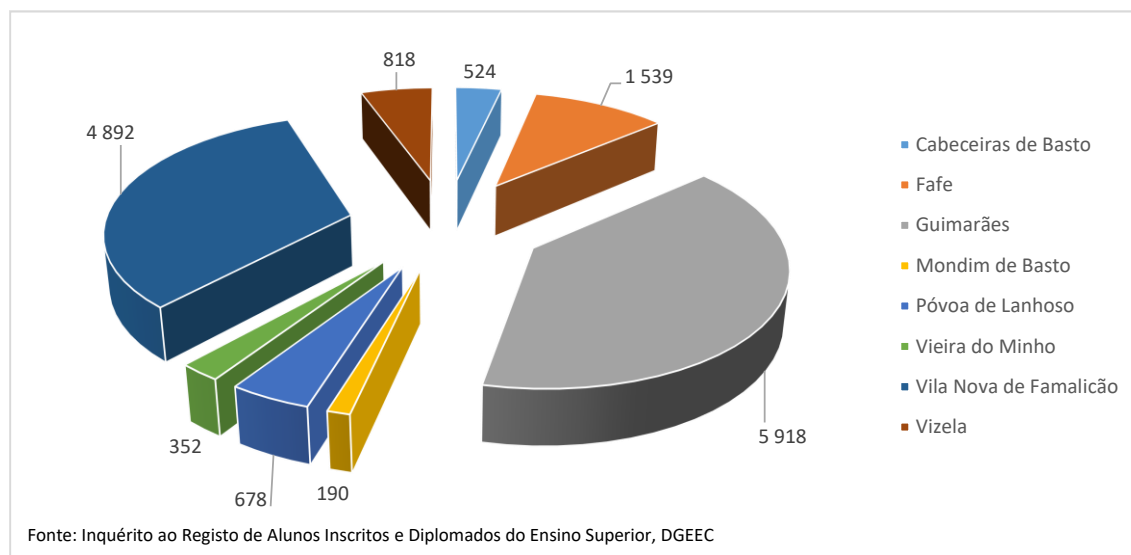


Figura 10 – Distribuição por nível de ensino dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público da CIM do Ave, em 2021



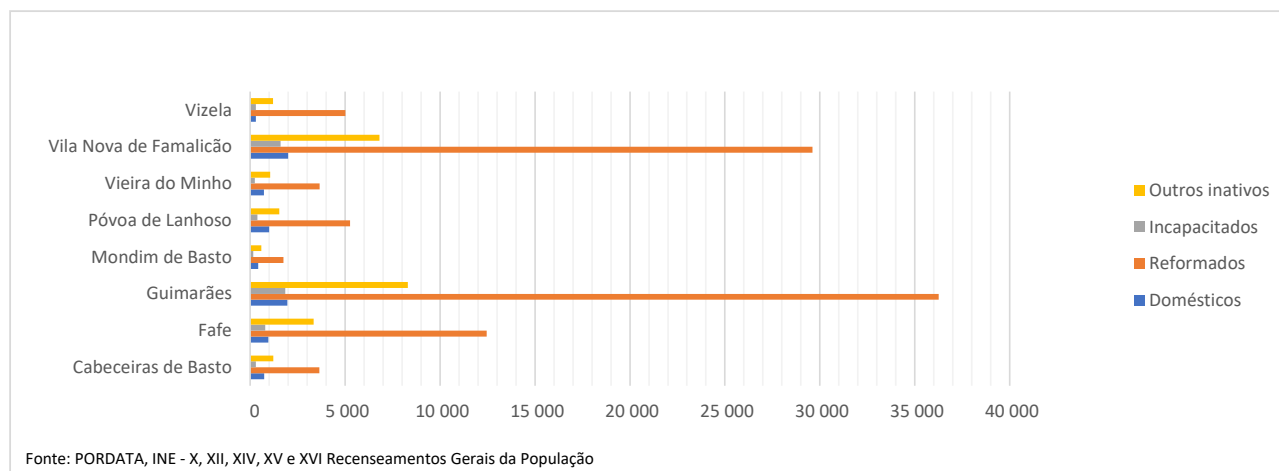
O número de **inscritos no ensino superior** no ano letivo de 2020/2021 residentes nos concelhos da CIM do Ave totalizam os 14.911 inscritos, com uma distribuição bastante assimétrica entre os 8 concelhos, na medida em que se concentram cerca de 72,5% deles nos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão.

Figura 11 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior residentes em Portugal, em 2020/2021, por município da residência permanente do aluno

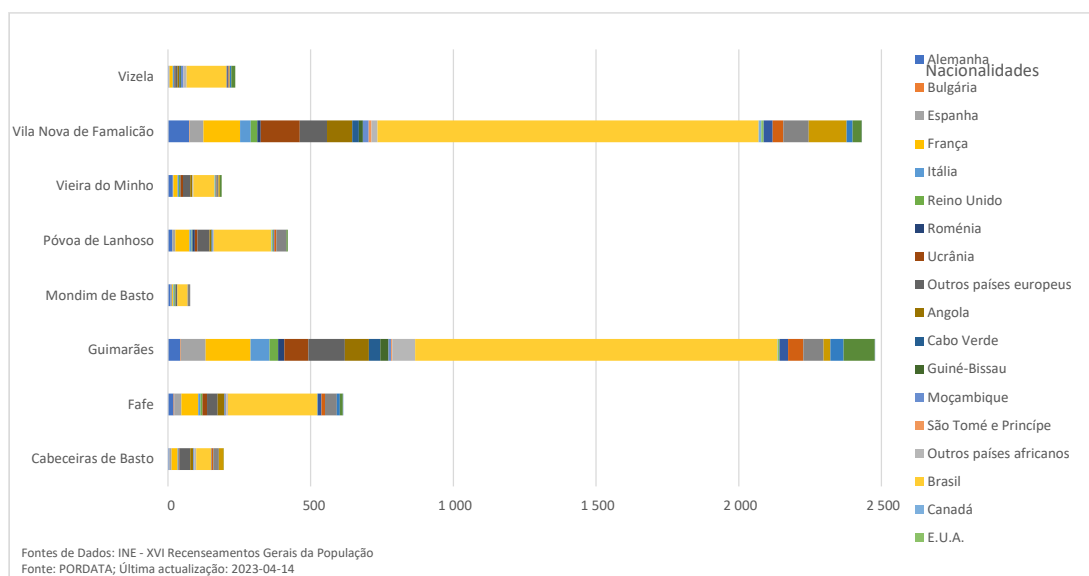


De acordo com a mesma fonte, os alunos inscritos em estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, residentes em Portugal em estabelecimento de ensino superior de municípios da CIM do Ave correspondiam, no ano letivo de 2020/2022, a um total de 1.882 alunos, 577 alunos em Fafe e 1.305 em Vila Nova de Famalicão. Esta informação não contabiliza os 20.136 alunos inscritos em estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, residentes em Portugal em estabelecimentos do ensino superior do município de Braga, incluindo a Universidade do Minho, e que frequentam as escolas sedeadas nos *campi* de Azurém e de Couros, em Guimarães.

Além do total dos 27.133 estudantes (com idade mínima de 15 anos) que a CIM do Ave possuía em 2021, os restantes segmentos de **população inativa** – Domésticos, Reformados, Incapacitados e Outros inativos – representavam ainda cerca de 83,3% do total de população inativa residente. A distribuição destes segmentos, no total da CIM do Ave e por Município, em igual momento temporal, confirma a elevada representatividade do segmento dos reformados, num total de 97.637 pessoas; do segmento de “outros inativos” (desempregados em sentido lato), com um total de 24.011 pessoas; e, por último, do segmento de incapacitados, com total de 5.598 pessoas.

Figura 12 – População inativa nos Municípios da CIM do Ave por condição perante o trabalho, em 2021


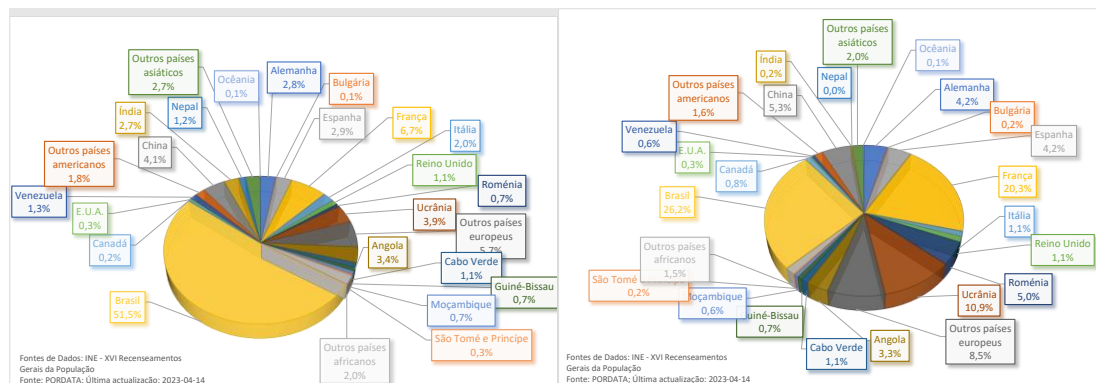
A **população residente estrangeira** na CIM do Ave, em 2021, totaliza as 6.643 pessoas, representando cerca de 1,6% do total da população residente.

Figura 13 – População residente estrangeira nos Municípios da CIM do Ave, por país de nacionalidade, em 2021


As comunidades estrangeiras são mais significativas nos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Fafe, que representam cerca de 83% do total da população estrangeira residente na CIM do Ave em 2021.

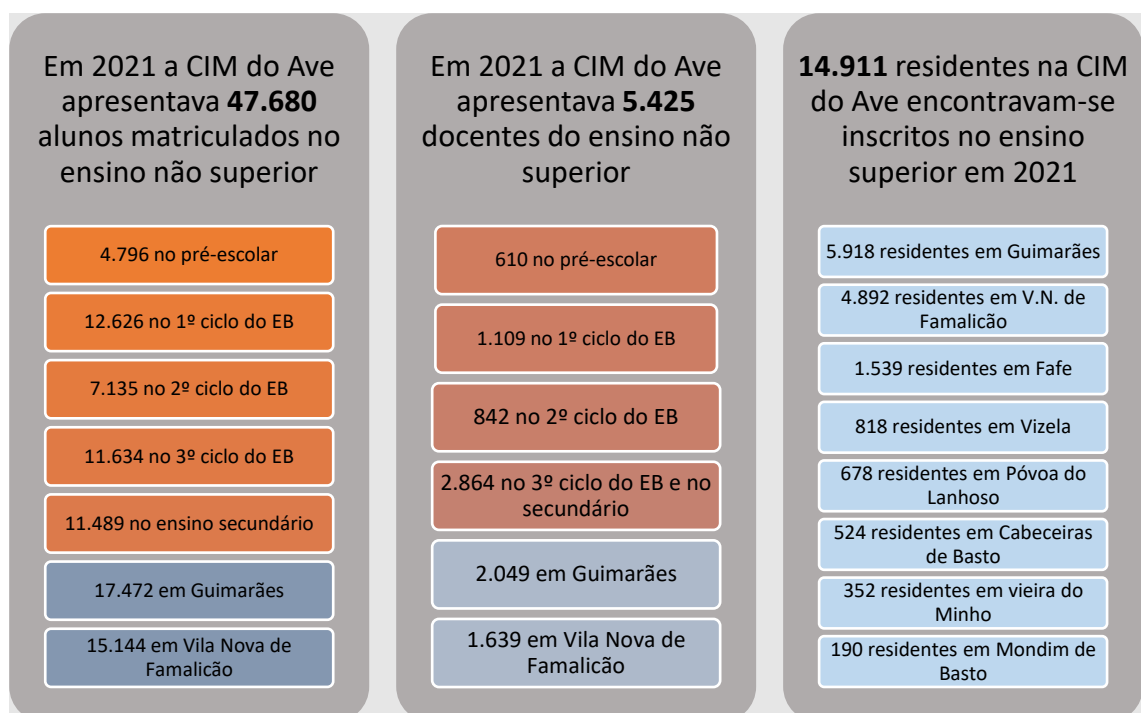
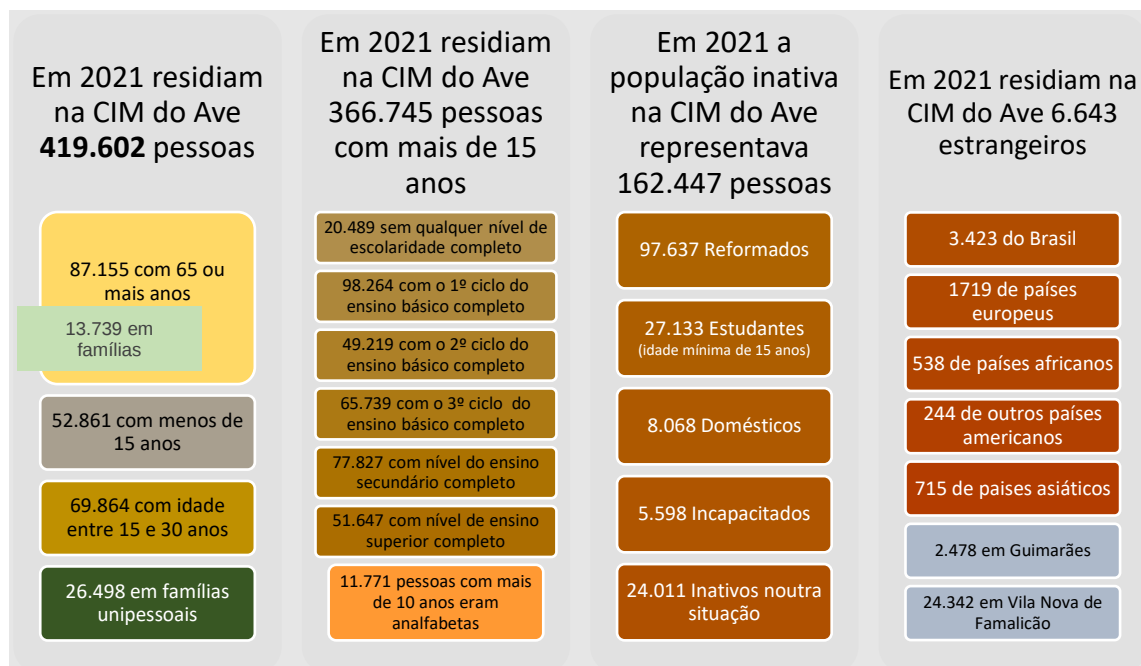
Acompanhando a tendência nacional, a nacionalidade brasileira é a comunidade estrangeira mais representativa em 2021, com valores mais elevados (superiores a 1000 pessoas, nos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão). Embora já o fosse em 2011, sofre, contudo, um aumento muito significativo nesta última década.

Figura 14 – População residente estrangeira na CIM do Ave, por país de nacionalidade, em 2011 e 2021



Relativamente às restantes comunidades estrangeiras, bastantes diversas, em 2021 ainda se pode salientar, embora com menor dimensão do que em 2011, a presença das comunidades francesa (principalmente em Guimarães e Vila Nova de Famalicão), chinesa e ucraniana (principalmente em Vila Nova de Famalicão). No caso de Vila Nova de Famalicão também é relativamente significativa a presença de uma comunidade indiana.

Apresenta-se, de seguida, uma síntese de dados quantitativos sobre a população residente, que se consideram de natureza relevante no quadro da reestruturação dos objetivos e instrumentos de política educativa e cultural:

Figura 15 – Síntese de indicadores estatísticos sobre População na CIM do Ave


4. CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES DE CULTURA, CRIATIVIDADE E EDUCAÇÃO NA CIM DO AVE

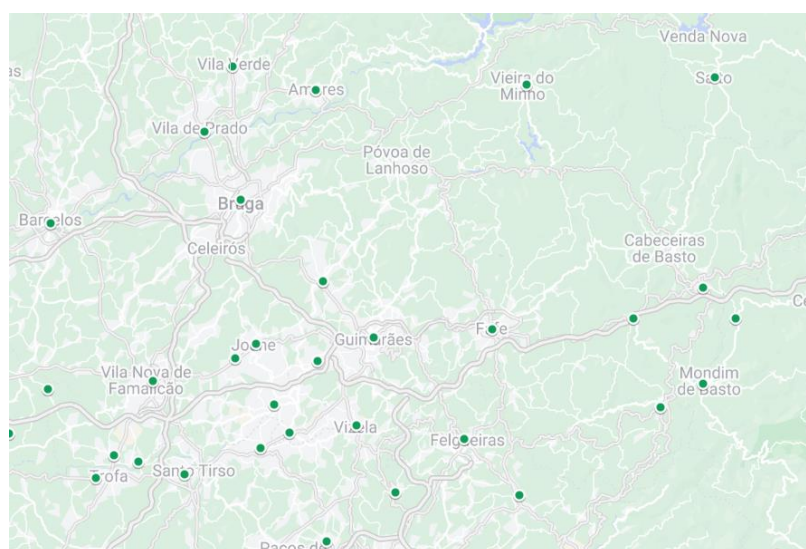
4.1. MAPEAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, RECURSOS E COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS: EDUCAÇÃO, CULTURA E CRIATIVIDADE

4.1.1 Caracterização da rede de equipamentos culturais do Ave

Atualmente, a NUTS III Ave possui uma rede relativamente ampla e diversificada de equipamentos culturais, pese embora se verifiquem desequilíbrios do ponto de vista da cobertura territorial e, consequentemente, do acesso aos serviços que estas prestam às populações residentes nestes concelhos, bem como a todos aqueles que neles trabalham e estudam, e ainda aos turistas e visitantes destes territórios.

Atualmente, todos os concelhos dispõem de Biblioteca Municipal, constatando-se que todas integram já a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). A RNBP é uma estrutura gerida e dinamizada pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, que assegura não só standards de qualidade elevados em matéria de prestação deste serviço público à comunidade, como promove a disseminação de um conjunto alargado de boas práticas, incluindo dentro da própria Rede, e assegura ainda a formação contínua dos técnicos bibliotecários. Com efeito, as Bibliotecas Municipais que integram atualmente a RNBP são as seguintes: Biblioteca Municipal de Cabeceiras de Basto – Dr. António Teixeira de Carvalho; Biblioteca Municipal de Fafe; Biblioteca Municipal Padre Alves Vieira, Vieira do Minho; Casa do Livro /Biblioteca Municipal da Póvoa de Lanhoso, Biblioteca Municipal Fundação Jorge Antunes, Vizela; Biblioteca Municipal de Mondim de Basto e Polo de Atei da Biblioteca Municipal de Mondim de Basto; Biblioteca Municipal Raúl Brandão, Polo das Taipas, Polo de Pevidém e Polo de Lordelo, Guimarães; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, Polo da Biblioteca de Riba de Ave, Polo da Biblioteca de Joane, Polo da Biblioteca de Pousada de Saramagos, Polo da Biblioteca de Lousado e Polo da Biblioteca de Ribeirão, Vila Nova de Famalicão.

Figura 16 – Bibliotecas Municipais na CIM do Ave que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas



Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1h78T3ibpMoi6AWFNB1dAwcyZSUCTswQc&ll=41.494174577169844%2C-8.209548376985921&z=10>

Os dois quadros seguintes, construídos a partir de informações fornecidas pelas autarquias, sistematizam algumas características das Bibliotecas Municipais do Ave, designadamente em termos de dinâmica de empréstimos e de recursos digitais e outros.

Tabela 1. Caracterização das Bibliotecas Municipais da CIM do Ave - repositório, catálogo e sistema de gestão

Biblioteca Municipal	Repositório Digital		Catálogo online	Sistema de Gestão		
	Sim/Não	Nº doc.		Sim/Não	Designação	Módulos
Cabeceiras de Bastos	Não	-	Não	Sim	Biblio.net	Administração e gestão de tarefas, Listagens e estatísticas, Inventário, Catalogação e pesquisa, circulação e empréstimo
Fafe	Não	-	Sim	Sim	GIB - Libware	Catalogação, Circulação. Periódicos, Relatórios e Estatísticas e Gestão de Postos Públicos
Guimarães	Não	-	Sim	Sim	GIB - Libware	Catalogação, Circulação. Periódicos, Relatórios e Estatísticas e Gestão de Postos Públicos
Mondim de Basto	Não	--	Não	Sim	Bibliobase	Catalogação, circulação e empréstimo, relatórios e estatística, periódicos.
Póvoa de Lanhoso	Não	-	Sim	Sim	Mind Prisma	Catalogação, Circulação e Empréstimo, Pesquisa, Administração, Relatório de Estatística
Vieira do Minho	Não	0	Não	Sim	Prisma	Catalogação, Circulação e Empréstimo, Pesquisa, Administração, Estatística
Vila Nova de Famalicão	Sim	10.054	Sim	Sim	GIB - Libware	Pesquisa OPAC, Catalogação, Aquisições, Administração, Gestão de Utentes, Tesauri / Autoridade, Controlo de Periódicos, Relatórios e estatísticas, Circulação e Empréstimo, Publicações (bibliotecas digitais), Controlo de Postos Públicos, Cliente e Servidor Z39.50
Vizela	Não	0	Não	Sim	Prisma	Catalogação, Empréstimos, Estatísticas

Fonte: Levantamento realizado pela CIM do Ave

Tabela 2. Caracterização das Bibliotecas Municipais da CIM do Ave – procura e recursos

Biblioteca Municipal	Utilizadores 2022		Empréstimos 2022	Presença Digital	Recursos tecnológicos		Regulamento
	Total	Ativos			Equipamentos	WI-FI	
Cabeceiras de Bastos	723	486	1472	Não	15 PC: 7 uso trabalhadores + 8 público	Sim	Sim
Fafe	10030	7300	4336	Não	15 PC + 1 portátil: 8 uso trabalhadores e 7 uso utilizadores	Sim	Sim
Guimarães	51589	4530	27211	Facebook, Instagram, Youtube e Twitter e Sítio (www.bmrpb.pt)	47 PC, 1 Tablet, 1 Autoempréstimo	Sim	Sim
Mondim de Basto	1127	868	774	Facebook, instagram e Tumblr	13 PCs	Sim	Não
Póvoa de Lanhoso	4904	782	853	Site Município; Facebook município; http://www.redebi-bibliotecas-pl.pt/	4	Sim	Sim
Vieira do Minho	1.884	114	1.043	Não	15 PC	Sim	Sim
Vila Nova de Famalicão	20.348	2.252	15.117	Sítio web, Facebook, Instagram	- 15 postos públicos + 2 computadores portáteis + 2 tablets, 2 E-readers + 1 mesa interativa + 1 ecrã interativo + 1 consola de jogos	Sim	Sim
Vizela	8049	548	4275	não	7	Sim	Sim

Fonte: Levantamento realizado pela CIM do Ave

Algumas destas bibliotecas municipais revelam um particular dinamismo, que é visível pelo conjunto de recursos e de informações disponibilizadas *online* sobre as variadas atividades e iniciativas que promovem ou acolhem. Refira-se, a título de exemplo, as páginas *web* particularmente completas da Biblioteca Municipal de Fafe (<https://fafeportal.bibliopolis.info>), da Biblioteca Municipal Raúl Brandão, em Guimarães (<https://www.bmrpb.pt/>) e da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão (<http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/>). O Serviço Educativo da Biblioteca Municipal Raul Brandão, por exemplo, desenvolve em toda a rede de leitura concelhia atividades para o público escolar através do projeto “Leituras Animadas” (Hora do Conto, Teatro de Fantoques, Visitas Guiadas, Oficinas Plásticas, Oficinas de Escrita Criativa, Encontro com Escritores, entre outras) e para as famílias através dos “Sábados Mágicos” (momentos de diversão, aprendizagem e partilha, partindo do livro e cruzando expressões artísticas, como o teatro, a dança, a música, a literatura e as artes plásticas). Existe uma forte e permanente articulação entre a Biblioteca Municipal e as Bibliotecas Escolares, reforçada por reuniões mensais com a Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares. As Bibliotecas Escolares colaboram na preparação, na organização e na divulgação das atividades de âmbito cultural e de promoção do livro e da leitura organizados pela Biblioteca Municipal e participam igualmente nessas iniciativas (embora sejam

reconhecidos constrangimentos associados ao transporte que limitam aquela participação). Por outro lado, a Biblioteca Municipal Raúl Brandão presta apoio às bibliotecas escolares, designadamente no domínio da catalogação e registo dos livros, bem como do empréstimo e oferta de livros.

A Rede Intermunicipal de Bibliotecas Municipais do Ave (RIBMAve) foi criada no início de 2023, respondendo ao estímulo que a DGLAB tem promovido junto das Comunidades Intermunicipais e das bibliotecas da RNBP e a um anseio já antigo destes Municípios. A RIBMAve, tal como a generalidade das bibliotecas do Ave, integra a RNBP. A DGLAB, por seu lado, dispõe de um Programa de apoios às Bibliotecas Municipais que se destina exclusivamente a estruturas que se encontrem organizadas em rede: *“O Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços (PADES) promovido pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) foi especialmente concebido para o apoio a projetos elaborados no âmbito das Redes Intermunicipais de Bibliotecas formalmente constituídas, fruto da implementação de uma nova estratégia de âmbito regional junto das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, procurando garantir uma maior articulação entre bibliotecas para a prestação de serviços em rede às populações.”*²³ Sublinha-se, neste contexto, a importância do PADES (analisado de seguida) para a evolução da RIBMAve.

O PADES inclui as seguintes linhas de ação: 1 (Bibliotecas Itinerantes), 2 (Coleção), 3 (Tecnologias de Informação e Comunicação), 4 (Formação profissional) e 5 (Promoção da Leitura e das Literacias), as três primeiras financiadas ao abrigo de Contratos Programa e as duas últimas ao abrigo de Acordos de Colaboração. As entidades beneficiárias são as Comunidades Intermunicipais, de acordo com os seguintes objetivos, tipologias de ação e destinatários (ver quadro seguinte):

²³ http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/ProgFinanciamento/Documents/PADES_2018.pdf

Tabela 3. Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas

Linhas de ação		Objetivos	Tipologias de ação	Destinatários
1 Bibliotecas Itinerantes		Contribuir para a disponibilização de um serviço de biblioteca pública nos municípios onde este é inexistente, ou alargá-lo a determinadas áreas de outros municípios, promovendo o trabalho em rede entre bibliotecas e a consequente partilha de recursos e serviços no âmbito das Redes Intermunicipais de Bibliotecas, das CIM e das Áreas Metropolitanas.	• Aquisição do veículo e respetiva transformação; • Coleção; • Informatização do serviço (hardware, software e comunicações).	Municípios sem serviço de biblioteca pública ou com insuficiente cobertura territorial por parte desse serviço
2 Coleção		Contribuir para a atualização e renovação das coleções em diferentes suportes; Assegurar a gestão coletiva das coleções.	• Obras de ficção e não ficção para adultos, jovens e crianças destinadas às bibliotecas municipais; • Outros recursos de informação; • Materiais para utilizadores com necessidades especiais.	Municípios com bibliotecas cujas coleções estejam desatualizadas e/ou que não integrem documentos em diferentes suportes.
3 Tecnologias de Informação e Comunicação		Apoiar a informatização das bibliotecas; Apoiar a criação de novos serviços com recurso às TIC	• Equipamento ativo; • Hardware; • Software; • Serviços.	Municípios com bibliotecas não informatizadas ou cujo equipamento e nível de serviços se revele insuficiente ou obsoleto face a necessidades atuais; Municípios com bibliotecas que pretendam desenvolver serviços inovadores e inclusivos através das TIC.
4 Formação profissional		Aumentar a qualificação dos técnicos das bibliotecas, promovendo a cooperação e o trabalho em rede	Cursos e ações de formação profissional na área das bibliotecas e documentação, ou outras áreas que concorram para uma melhor gestão e funcionamento das bibliotecas, preferencialmente em regime de formação à distância, de acordo com propostas a apresentar pelas Redes Intermunicipais de Bibliotecas e/ou pela DGLAB	Técnicos com formação específica na área de biblioteca e documentação ou outros de áreas afins a exercer funções em bibliotecas das Redes Intermunicipais de Bibliotecas
5 Promoção da Leitura e das Literacias		Promover os hábitos de leitura e as diferentes literacias, com destaque para a literacia digital	Atividades de promoção da leitura e das literacias e ações de formação destinadas aos diferentes segmentos de público	Utilizadores das Redes Intermunicipais de Bibliotecas e população em geral.

 Fonte: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/ProgFinanciamento/Documents/PADES_2018.pdf

Nesta primeira fase, as Bibliotecas Municipais dos 8 municípios têm-se centrado na criação de documentos normativos comuns para o seu funcionamento e gestão da cooperação: normas de funcionamento e normas de empréstimo interbibliotecas. Entretanto, relativamente a outros domínios, importa ainda conhecer, partilhar e concertar modos de funcionamento e de gestão em domínios em que cada uma das estruturas detém normas ou regulamentos distintos, como são os casos: das normas de gestão de utilizadores, com sistemas de gestão integrada diferentes entre as bibliotecas; do guia de tratamento documental; do Manual de procedimentos.

Para além da partilha de boas práticas, que constitui um dos objetivos e uma das vantagens da organização em rede, as Bibliotecas Municipais do Ave, procuram encontrar em conjunto, respostas para a maioria das suas limitações e problemas, designadamente em matéria de recursos humanos, de capacitação dos seus funcionários, especialmente no que se refere à literacia digital e de projetos de promoção da leitura e da literacia junto dos públicos, acedendo deste modo ao PADES.

No que toca à inserção em redes setoriais, importa referir que, além da Rede Intermunicipal de Bibliotecas Municipais do Ave, as bibliotecas de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão integram a Rede de Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da UNESCO, sendo igualmente “Antenas de Informação Europeia”, numa parceria com o Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA), estrutura de acolhimento do Centro Europe Direct Minho.

De igual modo, todos os concelhos da CIM do Ave dispõem de equipamentos de **Arquivo Municipal**. Nalguns destes concelhos, os arquivos municipais assumem uma presença *online* com algum dinamismo, designadamente através da disponibilização parcial de documentação que se encontra à sua guarda. É o caso, designadamente, do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães (<https://www.amap.pt/>), do Arquivo Municipal Alberto Sampaio (<https://www.arquivoalbertosampaio.org/>) e do Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso (<https://arquivo.mun-planhoso.pt/>). O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, através do respetivo Serviço Educativo realiza, ao longo do ano, várias atividades e oficinas (Genealogista por um dia, Copista por um dia, Descobre o primeiro foral português, Património em Família, ...) dirigidas à população, em particular crianças e jovens, com o propósito de incentivar a curiosidade intelectual sobre o património local e a sua história.

No caso dos Arquivos Municipais, existe também uma Rede Portuguesa de Arquivos, promovida pela DGLAB, a que os Municípios podem aderir, que tem por finalidade “a divulgação do património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de uma memória coletiva, base de uma identidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil”.²⁴ Atualmente fazem parte desta rede já alguns municípios, embora nenhum que pertença à CIM do Ave, bem como outras instituições, incluindo o Arquivo distrital de Braga. Universidade do Minho, favorecendo o acesso a documentação variado no Portal Português de Arquivos.²⁵

Atualmente no território da CIM do Ave existe uma panóplia rica e diversificada de **equipamentos museológicos, espaços interpretativos, galerias e outros equipamentos culturais vocacionados para a preservação e valorização de acervos e coleções, muito diversas, e para a realização de mostras e exposições** de diferentes tipos. Numa leitura global, é possível identificar uma clara preponderância de equipamentos dedicados a diferentes dimensões da história, da memória, da identidade e dos patrimónios culturais locais, de cariz tangível e, sobretudo, intangível. Embora em menor número, o território do Ave possui igualmente alguns

²⁴ <http://arquivos.pt/identificacao-institucional/objectivos-da-rpa/>

²⁵ <https://portal.arquivos.pt/directory>

museus, centros de arte e galerias vocacionados sobretudo para a mostra de diferentes expressões artísticas de cariz moderno e contemporâneo. Naturalmente que esta divisão não deve ser considerada de forma estanque até porque, nalguns casos, estes equipamentos museológicos compatibilizam uma abordagem às questões patrimoniais de cariz mais identitário com projetos e mostras artísticas de forte pendor contemporâneo (p.ex. CIAJG – Centro Internacional das Artes José Guimarães).

No que concerne aos equipamentos museológicos ligados à história, memória e património(s), sobretudo locais, podem referir-se os seguintes museus e centros interpretativos:

- Em **Cabeceiras de Basto**: a Casa do Tempo; o Museu das Terras de Basto, que inclui um Centro de Documentação e quatro Núcleos Museológicos - Núcleo Ferroviário de Arco de Baulhe; Núcleo de Arte Sacra; Casa da Lã; e a Casa do Pão.
- Em **Fafe**: o Museu das Migrações e das Comunidades; o Museu Hidroelétrico de Santa Rita; o Museu do Rali; o Museu de Imprensa de Fafe; o Museu da Educação; o Museu da Palha – Centro de Etnotecnologia e Design; o Museu de Aboim e do Povo de Aboim; e o Moinho da Casca de Carvalho de Aboim.
- Em **Guimarães**: a Casa da Memória de Guimarães; o Museu Arqueológico Martins Sarmento; o Museu da Cultura Castreja; o Museu de Alberto Sampaio; o Núcleo Arqueológico da Associação Comercial e Industrial de Guimarães; e o Museu Agrícola de Fermentões.
- Em **Mondim de Basto**: o Museu Municipal de Mondim de Basto e o Núcleo Museológico Azenha Casa da Igreja.
- Na **Póvoa de Lanhoso**: o Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso; o Centro Interpretativo Maria da Fonte; o Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos (Centro Ambiental da Póvoa de Lanhoso); a Sala de Interpretação da Filigrana (Casa da Botica); o Museu do Outro de Travassos; e o Museu da Confraria de Porto d’Ave.
- Em **Vieira do Minho**: o Centro Interpretativo do Lobo e Fojos; e o Museu da Mota Antiga.
- Em **Vila Nova de Famalicão**: a Casa de Camilo (incluindo o Centro de Estudos Camilianos); o Museu Bernardino Machado; o Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado; o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; o Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves; o Museu do Automóvel; o Museu da Guerra Colonial; a Casa-Museu Soledade Malvar; o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa; o Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe; o Museu Cívico e Religioso de Mouquim.
- Em **Vizela**: o Centro Etnográfico Grupo Folclórico de St^a Eulália; o Núcleo de Vizela do Museu do Combatente; o Museu dos Bombeiros Voluntários de Vizela; a Casa de Bonecas Delfina; o Museu da Associação Família Peixoto; e o Museu da Igreja Matriz de S. Miguel.

Relativamente aos museus, centros de arte e galerias vocacionados sobretudo para a mostra de expressões artísticas de cariz moderno e contemporâneo, podem destacar-se os seguintes:

- Em **Cabeceiras de Basto**: do espaço expositivo da Casa da Juventude, Artes, Ofícios e Gerações;
- Em **Guimarães**: das salas de exposições temporárias existentes no Palácio Vila Flor; do Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG); e do CAAA – Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura;
- Em **Vila Nova de Famalicão**: do Museu Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo; e da Galeria Municipal Ala da Frente e a Casa do Território, ainda que esta última com uma orientação programática diversa (enfoque nos temas socioeconómicos e urbanísticos).
- Na **Póvoa de Lanhoso**: da Galeria Municipal localizada no Theatro Club; e da sala de exposições temporárias do Centro Interpretativo Maria da Fonte.

Importa referir que alguns destes equipamentos museológicos se encontram inseridos nas principais redes setoriais de âmbito nacional, que são tuteladas pelo Ministério da Cultura, através da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e da Direção-Geral da Artes (DG Artes):

- a **Rede Portuguesa de Museus (RPM)**, a mais antiga e consolidada, sendo atualmente gerida pela DGPC, que estabelece standards de rigor e qualidade ao nível da conservação dos bens e na prestação dos serviços a investigadores e visitantes, além de fomentar a capacitação de técnicos e a cooperação e o trabalho em rede entre diferentes instituições museológicas do país;
- a **Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC)**, plataforma de equipamentos culturais bastante mais recente (2022), sendo gerida e dinamizada pela DG Artes, entidade que assegura a credenciação destes equipamentos e o lançamento de concursos a financiamento tendo em vista o objetivo da promoção de uma descentralização e desconcentração territorial do acesso a uma oferta qualificada de arte contemporânea, através nomeadamente da coprodução de exposições e outros projetos, bem como da circulação de obras por todo o país, incluindo a Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE).

No caso da primeira, a RPM, apenas Guimarães e Vila Nova de Famalicão têm equipamentos museológicos aderentes: respetivamente, o Museu de Alberto Sampaio e o Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG); e a Casa de Camilo, o Museu Bernardino Machado e o Museu Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo.

No caso da segunda, a RPAC, apenas Guimarães tem equipamentos aderentes: o CAAA – Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura e o Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG).

Finalmente, vale a pena destacar o caso de Vila Nova de Famalicão, concelho onde funciona, desde 2012, a Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (RMVNF)²⁶. Esta rede é composta por museus e coleções visitáveis do concelho, com diferentes tutelas (públicas e privadas) – a saber: a Casa de Camilo / Centro de Estudos Camilianos; o Museu Bernardino Machado; o Museu Fundação Cupertino de Miranda – Centro Português do Surrealismo; o Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado; o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; o Museu de Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves; o Museu do Automóvel; o Museu da Guerra Colonial; a Casa-Museu Soledade Malvar; o Museu de Arte Sacra da Capela da Lapa e o Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe. Esta rede é coordenada pelo Município, através do Serviço de Museus e Galerias da sua Divisão de Cultura, e tem permitido desenvolver um trabalho em rede, que facilita a cooperação e articulação entre as ofertas de programação disponibilizadas nas diferentes estruturas museológicas/interpretativas associadas à Rede, bem como a troca de boas-práticas e a capacitação/formação de recursos técnicos. Tem como missão, *constituir uma estrutura de cooperação, comunicação e apoio aos museus, que contribua para a compreensão e para o desenvolvimento sustentado do território*, que se declina nos seguintes objetivos: i) *Promover a cooperação para a utilização integrada e descentralizada de recursos humanos, materiais e financeiros*; ii) *Fomentar a adoção e desenvolvimento de padrões de rigor, qualidade e ética no exercício das práticas museológicas*; iii) *Potenciar a troca de experiências e conhecimentos entre profissionais dos museus*; iv) *Divulgar os museus e aproximar a respetiva oferta cultural aos diferentes públicos*; v) *Valorizar o diálogo e explorar conexões entre as coleções e o território, respeitando a identidade e a missão de cada museu*.²⁷

Ainda no plano sub-regional, vale a pena destacar a Rede de Museus e Monumentos do Ave (REMMO AVE), criada em 2014, e que agrega os museus municipais, a diocese de Braga e os principais museus privados da sub-região do Ave, constituindo-se enquanto plataforma de

²⁶ <https://www.famalicao.pt/apresentacao-rede-museus>

²⁷ idem

cooperação com grande potencial para uma ação coordena e em rede no território da CIM do Ave.²⁸

O território da CIM do Ave possui, paralelamente, um conjunto relativamente interessante de **auditórios, teatros, cineteatros e outro tipo de salas de espetáculo**, alguns deles bem apetrechados, geralmente oferecendo uma programação regular no campo do cinema e das artes performativas e inserindo-se nas principais redes setoriais, de âmbito regional, nacional e até internacional.

- Em **Cabeceiras de Basto**: o auditório da Casa da Juventude, Artes, Ofícios e Gerações;
- Em **Fafe**: o Teatro-Cinema de Fafe, onde se insere a Sala Manoel de Oliveira, o auditório da Casa Municipal de Cultura e o Multiusos de Fafe;
- Em **Guimarães**: o Centro Cultural Vila Flor, o Multiusos de Guimarães, o Centro de Criação de Candoso, a Black Box na Fábrica ASA, o Teatro Oficina/Espaço Oficina, e a Plataforma das Artes e da Criatividade [onde se integram diferentes tipologias de espaços, muitos deles com condições adequadas para a apresentação de projetos de cariz performativo e audiovisual, nomeadamente no Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG)], o Auditório da Universidade do Minho – Pólo de Guimarães, o Auditório Multifuncional de Couros, o auditório do Instituto de Design e o auditório do Laboratório da Paisagem;
- Em **Mondim de Basto**: o Favo das Artes - Casa da Cultura;
- Na **Póvoa de Lanhoso**: o Theatro Club;
- Em **Vieira do Minho**: o Auditório Municipal de Vieira do Minho; a Casa da Cultura de Vieira do Minho - Casa de Lamas; e o Pólo de Vieira do Minho do Conservatório de Música de Guimarães;
- Em **Vila Nova de Famalicão**: a Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, o Teatro Narciso Ferreira e o auditório ao ar-livre do Parque da Devesa;
- Em **Vizela**: o auditório do Espaço Multiusos de Vizela.

São, contudo, claras algumas assimetrias inter-concelhias, não sendo possível afirmar que em todos os concelhos do Ave existe uma programação regular, pese embora na sua maioria esta já seja uma realidade.

Como referido antes, alguns destes equipamentos estão já integrados em redes setoriais relevantes, destacando-se a integração do Teatro-Cinema de Fafe, do Centro Cultural Vila Flor (Guimarães) e da Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão na **Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)**, tutelada pelo Ministério da Cultura, através da DG Artes. A adesão a esta rede implicou um processo de acreditação exigente (nomeadamente pelas implicações em matéria de recursos humanos técnicos permanentes) que, uma vez concluído com sucesso, assegura a estes equipamentos o acesso a fontes de financiamento público dedicado à programação, à valorização e capacitação de equipas técnicas, através da formação, à partilha de boas práticas, etc.

Ao nível sub-regional, importa ainda mencionar que o Centro Cultural Vila Flor (Guimarães) e a Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão integram a **rede do Quadrilátero Cultural**, em parceria com o Teatro Gil Vicente, em Barcelos, e o Theatro Circo e o GNRation, em Braga. Entre outras dimensões do trabalho em rede, a inserção nesta Rede permite a partilha de um sistema de bilhética comum, com descontos associados.

O Centro Cultural Vila Flor integra ainda diversas outras redes nacionais e internacionais especializadas em domínios disciplinares particulares no campo das artes performativas e/ou da programação cultural, incluindo, entre outras, as seguintes: a rede Aerowaves, ligada à dança contemporânea emergente, envolvendo outros teatros, salas de espetáculos e centros culturais europeus; a Rede de Teatros com Programação Acessível, financiada pela Fundação “la Caixa”,

²⁸ <https://www.facebook.com/people/REMMO-AVE/100067105218172/>

onde participam outros teatros e cineteatros nacionais; e a rede RIZOMA, ligada às artes performativas, onde também participam outros teatros e salas de espetáculos nacionais.

O concelho de Guimarães, fruto em parte da recente realização do evento da Capital Europeia da Cultura em 2012, destaca-se no contexto do território da CIM do Ave pela existência de alguns **equipamentos culturais que são, total ou parcialmente, dedicados ao acolhimento, de forma temporária ou de forma mais permanente, de projetos de criação artística, mas também de projetos empresariais cuja atividade se insira no âmbito do Setor Cultural e Criativo**. É o caso da Plataforma das Artes e da Criatividade, que inclui espaços como os Ateliers Emergentes (espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de carácter temporário) e os Laboratórios Criativos (gabinetes de apoio empresarial destinados ao acolhimento e incubação de projetos relacionados com as indústrias criativas); e do Centro de Criação de Candoso, orientado para o acolhimento de residências artísticas (privilegiando-se a dança contemporânea, teatro e música), ambos geridos pela Régie-Cooperativa A Oficina. Fora da esfera de ação pública, também em Guimarães o CAAA – Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura, instituição cultural sem fins lucrativos, possui um Programa de Residências Artísticas, orientado para projetos de artistas/performers/arquitetos/curadores emergentes, do qual deverá resultar uma apresentação pública em forma de exposição, espetáculo, concerto, conferência, evento, etc. a apresentar no CAAA.

4.1.2 Os serviços educativos e de mediação no sistema cultural

Embora com alguns desequilíbrios em matéria de cobertura e dinamismo, o território da CIM do Ave dispõe atualmente de uma oferta relativamente alargada e diversificada de serviços educativos e de mediação cultural associados às principais instituições e estruturas culturais e artísticas, públicas e privadas presentes.

É sobretudo nos domínios das bibliotecas e dos equipamentos museológicos e dos espaços dedicados à interpretação do(s) património(s) que encontramos, uma oferta já bastante consolidada de serviços educativos e de mediação cultural. Ainda que de forma menos expressiva, também é possível identificar alguns equipamentos culturais ligados sobretudo à programação de artes performativas (música, teatro, dança, performance) que têm vindo igualmente a apostar no desenvolvimento de uma oferta específica no domínio da educação e da relação com a comunidade local, assim como o caso de algumas outras estruturas nomeadamente arquivos municipais.

Os sistemas culturais de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão mantêm alguma preeminência, a este nível, pela consistência, qualidade e dinamismo do trabalho que desenvolvem. Esta situação confirma algumas das disparidades que sublinhamos anteriormente, uma vez que estes concelhos possuem uma assinalável densidade de equipamentos culturais dentro dos diversos segmentos, sendo que, uma parte deles, integram atualmente algumas das principais redes setoriais (sub-regionais, nacionais e até internacionais), o que seguramente contribuiu para reforçar a adoção de boas-práticas de mediação. Por outro lado, tratando-se de concelhos com uma dimensão populacional muito mais expressiva que os restantes, o efeito de massa crítica favorece, naturalmente, o desenvolvimento e a escala da oferta cultural.

No caso dos concelhos de Mondim de Bastos, Vieira do Minho e Vizela a pesquisa realizada não permitiu encontrar referências a um trabalho sistemático desenvolvido por serviços educativos ou estruturas de mediação cultural, com características semelhantes aos dos concelhos anteriores, em espaços culturais localizados nestes territórios.

Em Fafe, verifica-se a existência de um Serviço Educativo do Museu da Imprensa, embora não se disponha de informações concretas sobre a atividade que desenvolve, que permitam uma análise de natureza mais qualitativa.

Em Cabeceiras de Basto, o Museu das Terras de Basto dispõe de um serviço educativo que promove visitas guiadas aos vários núcleos do museu, *workshops*, exposições temporárias, edição de livros e ainda o trabalho ao vivo na Casa da Lã. Estas iniciativas, nomeadamente dos *workshops*, têm envolvido alunos do ensino pré-escolar ao secundário, do ensino profissional e ainda do ensino superior (alunos da licenciatura em Artes Visuais da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho).

No concelho da Póvoa de Lanhoso, importa referir que o Município possui uma oferta centralizada de serviços educativos, cujas atividades são dirigidas sobretudo à comunidade escolar, abrangendo diferentes domínios: o património histórico-cultural do concelho, a sensibilização ambiental e artística, bem como o fomento da responsabilidade cívica junto das crianças e jovens em contexto escolar. Especificamente no domínio da cultura, no ano letivo 2022/23, os Serviços Educativos Municipais promoveram um conjunto de atividades pedagógicas dirigidas a estudantes dos diferentes níveis de ensino (do ensino básico ao ensino secundário), tendo como principais espaços de intervenção o Castelo de Lanhoso e o seu Núcleo Museológico, o Centro Interpretativo Maria da Fonte e Theatro Club.²⁹ Esta oferta de programação pedagógica centralmente coordenada pelos Serviços Educativos Municipais é desenvolvida em estreita articulação com outros serviços educativos específicos, sendo de salientar o caso do Castelo de Lanhoso, que dispõe de uma oferta já bastante estruturada.³⁰

Analisando agora de forma mais concreta os casos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão, é apresentada de seguida uma síntese para cada um destes dois Municípios.

Em Guimarães e no quadro das estruturas patrimoniais e museológicas tuteladas pelo Ministério da Cultura, através da DGPC, destaca-se a oferta de serviços educativos disponibilizados quer pelo Museu Alberto Sampaio, quer pelo Paço dos Duques. Em ambos os casos, a oferta de atividades educativas encontra-se orientada e disponível junto do público escolar, devidamente segmentada por nível de ensino (do pré-escolar ao ensino superior), tipologia de atividades (visitas, oficinas, teatro, recriações históricas, ...), etc. Além das atividades a realizar *in situ*, no caso do Museu Alberto Sampaio, inclui-se a disponibilização de “maletas pedagógicas” (possibilitando a requisição pelas escolas) e a oferta de atividades *online*.³¹ Para além das atividades dirigidas às escolas, o Paço dos Duques também dispõe de um programa de “Férias Escolares”, durante as pausas letivas de Natal, Carnaval, Páscoa e Verão, neste caso dirigido às famílias.

A Régie-Cooperativa A Oficina, entidade participada pelo Município e que é responsável pela gestão e programação de diferentes espaços e equipamentos culturais municipais do concelho - Centro Cultural Vila Flor, Centro de Criação de Candoso, Espaço Oficina, Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG), Palácio Vila Flor, Casa da Memória de Guimarães, Black Box na Fábrica ASA, Teatro Oficina, para além de vários eventos e festivais – constitui, desde há anos, uma referência nacional em matéria de serviços educativos e de mediação cultural. Efetivamente, recorde-se que os seus serviços educativos foram responsáveis, entre 2006 e 2014, pela edição regular do jornal LURA, uma publicação dedicada justamente à promoção da circulação de ideias, boas práticas e reflexão crítica sobre projetos e temas relacionados com as questões da intermediação e educação para as artes e a cultural.

²⁹ Programação dos Serviços Educativos Municipais da Póvoa de Lanhoso para o ano letivo 2022/23 disponível para consulta em <https://www.povoadelanhoso.pt/wp-content/uploads/2022/09/Atividades-Educativas-Cultura.pdf>

³⁰ Programação do Serviço Educativo do Castelo de Lanhoso para o ano letivo 2022/23 disponível para consulta em <https://www.povoadelanhoso.pt/wp-content/uploads/2017/07/Castelo-de-Lanhoso-Servi%C3%A7os-Educativos.pdf>

³¹ Cf. <https://www.museualbertosampaio.gov.pt/oferta-educativa/>

Atualmente, a Unidade de Educação e Mediação Cultural d'A Oficina promove uma oferta de projetos anuais que são dirigidos quer à comunidade, quer às escolas. Paralelamente, procura tirar partido da oferta de programação diferenciada que é promovida nos diferentes espaços que dinamiza (que, recorde-se, incluem museus e centros interpretativos, galerias e centros de arte moderna e contemporânea, salas de espetáculo) para promover um leque variado de atividades educativas, orientadas para diferentes segmentos de público-alvo (escolas, famílias, públicos especializados, etc.).

Destaca-se o **Programa Mais Três**, lançado há cerca de uma década e atualmente implementado em 59 escolas do pré-escolar e 1º ciclo, através das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC), e que abrange já cerca de 7 mil crianças (até 2018 abrangia, anualmente, pouco mais de 2 mil crianças). Trata-se de um programa de aprendizagem nas áreas das artes performativas - Teatro, Dança e Música - que envolve cerca de 85 técnicos dessas áreas que trabalham nas escolas do concelho e ao longo de todo o ano letivo.

Acrescentam-se ainda os projetos **Pergunta ao Tempo** e **Lições Iluminadas**. O primeiro é um projeto artístico de recolha de memórias, desenvolvido com os alunos do 4.º ano dos 14 agrupamentos de escolas do concelho e que conta já com sete edições. Um processo de investigação sobre o património cultural, material e imaterial, desenvolvido ao longo de todo o ano letivo proporciona uma relação de proximidade entre alunos, escola e comunidade local que termina numa exposição de trabalhos na Casa da Memória de Guimarães. O projeto “Lições Iluminadas”, desenvolvido no CIAJG, destinado a alunos do 3.º ano (uma turma de cada agrupamento), é um projeto artístico que procura colocar em diálogo o lugar da Escola com o lugar do Museu, para gerar novos espaços de pensamento e experiência. Envolve uma visita orientada ao CIAJG, oficinas e investigação patrimonial e termina com uma exposição (na edição 2022/2023 foi também feita uma publicação).

A Sociedade Martins Sarmento, sediada em Guimarães e com grande intervenção no contexto cultural, possui também um serviço educativo ativo, que desenvolve atividades no seu edifício sede, mas também em diferentes espaços ligados à atividade de investigação, salvaguarda e promoção do património arqueológico em território vimeense. As atividades são promovidas para além do Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, na Citânia de Briteiros e no Museu da Cultura Castreja.³²

Por último, ainda em Guimarães, o CAAA - Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura possui um serviço educativo cuja atividade se relaciona de forma estreita com a sua programação artística.

Em Vila Nova de Famalicão, a atividade de serviços educativos e estruturas análogas de mediação cultural apresenta um elevado grau de estruturação e consistência.

O Município assume aqui um duplo papel de estruturação desta oferta. Por um lado, através dos Serviços Educativos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão disponibiliza à comunidade em geral e às escolas em particular um leque alargado de atividades relacionadas com a história, a memória e o património do concelho. Anualmente é desenvolvido um Plano Atividades Educativas no qual se apresenta um conjunto vasto de ações e atividades, devidamente estruturadas por nível de ensino (do pré-escolar ao ensino secundário), no âmbito das quais os

³² O programa de atividades educativas encontra-se disponível para consulta em <https://msarmento.org/servico-educativo/>

Serviços Educativos do Município mobilizam diferentes espaços patrimoniais e equipamentos culturais do concelho, sendo que muitos deles são geridos por entidades privadas.³³

Por outro lado, importa referir que uma parte significativa das estruturas museológicas do concelho, incluindo as de iniciativa não municipal, dispõe de serviços educativos, cuja atividade se apresenta bastante bem estruturada. Neste domínio de mediação, o Município acolhe os benefícios da constituição, à escala municipal, da Rede de Museus, facilitando o trabalho de cooperação e de articulação das diferentes programações, incluindo neste plano educativo-pedagógico. Embora alguns dos museus que integram esta Rede não possuam propriamente um serviço educativo, vários deles têm esta oferta especializada, destacando-se em particular, pelo seu dinamismo e qualidade, o Serviço Educativo do Museu de Arte Moderna e Contemporânea da Fundação Cupertino de Miranda, o Serviço Educativo e Social do Museu da Cerâmica Artística da Fundação Castro Alves, o Serviço Educativo da Casa de Camilo, o Serviço Educativo do Museu Bernardino Machado e o Serviço Educativo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

Para além deste universo mais restrito associado aos museus, o concelho de Vila Nova de Famalicão dispõe ainda no Parque da Devesa de uma oferta de serviços educativos, neste caso mais orientados para abordar dimensões associadas ao património natural existente neste local, bem como as questões relacionadas com a preservação e valorização da natureza. O Gabinete de Arqueologia, localizado na Casa do Território, também no Parque da Devesa, realiza um trabalho regular de sensibilização para as questões do património arqueológico concelhio, com particular incidência nos públicos escolares.

Finalmente, referir que a Casa das Artes e a sua estrutura associada do Teatro Narciso Ferreira (Riba d'Ave) disponibilizam com alguma regularidade uma oferta de *workshops* e de espetáculos dirigidos à infância e juventude, entre outros segmentos.

4.1.3 Monumentos e sítios patrimoniais

O território da CIM do Ave é bastante rico do ponto de vista dos seus ativos histórico-patrimoniais, incluindo aqueles que assumem um cariz tangível, mas também intangível. Estes são bens e recursos de grande relevância do ponto de vista educativo e pedagógico, mas também enquanto matéria passível de ser mobilizada e trabalhada em conjunto com outros segmentos da população (p.ex. seniores). Neste subcapítulo referimos alguns dos espaços que, segundo uma seleção e caracterização cedida pela equipa da CIM do Ave, permitem atualmente a visita e interpretação *in situ* ou evidenciam um potencial para tal (mediante alguma intervenção).

No que toca a sítios arqueológicos, são atualmente visitáveis os seguintes: em Guimarães, a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso; em Mondim de Basto, o Castroeiro; e, na Póvoa de Lanhoso, o Castro de Lanhoso.

Têm potencial para também virem a ser visitáveis, embora careçam de intervenções de valorização e de interpretação, o Castro de S. Nicolau, em Cabeceiras de Basto, que embora muito abandonado, apresenta um acesso relativamente fácil, mantendo algum potencial de valorização; o Castro de Sto. Ovídeo, em Fafe, que pode, parcialmente, ser recuperado e tornado visitável; em Vieira do Minho, o Castelo de Cantelães; em Vila Nova de Famalicão, o Castro de Penices, o conjunto das Eiras, pela proximidade à cidade, e o Castro de S. Miguel de Calendário; e, em Vizela, quer o Castro da Senhora da Tocha, quer os vestígios romanos na cidade poderão ser passíveis de um projeto de valorização.

³³ O Plano Atividades Educativas para o Ano Letivo 2022/2023 encontra-se disponível para consulta em http://www.famalicaoeducativo.pt/apresentacao_servicos_educativos

Do ponto de vista do património construído, destacam-se ainda o conjunto de pontes inventariadas na Rota do Românico, a que juntamos a Ponte do Arco, em Serzedo (Guimarães), a ponte de Donim (Guimarães), a Ponte de Campelos (Guimarães), a ponte do Soeiro (Guimarães), a ponte de Negreiros (Guimarães), a ponte de Agra (Vieira do Minho), a ponte da Misarela (Vieira do Minho), a Ponte de Arco de Baulhe (Cabeceiras de Basto) e as pontes de Cavez - a grande sobre o Tâmega e a pequena sobre o rio Cavez (Cabeceiras de Basto). Na sua maioria, este património viário não se encontra interpretado, mas apresenta um potencial interessante para justificar um projeto de interpretação em torno da história da tecnologia de construção e do passado dos transportes e das vias de comunicação neste território.

Finalmente, encontra-se no território do Ave um extenso número de monumentos de cariz religioso (mosteiros, igrejas e capelas) que estão presentes em praticamente todas as freguesias. Na sua maioria estes espaços não ainda a ser devidamente potenciados do ponto de vista da sua interpretação, visita e fruição. Seria, pois, muito interessante trabalhar esse potencial, aumentando as condições para que sejam visitáveis, seja na vertente da segurança das instalações e na acessibilidade física, seja na vertente da comunicação e na acessibilidade intelectual, programando a visita para que não conflitue com as funções de culto que, em muitos casos, se mantêm.

4.1.4 Caracterização da rede de estabelecimentos escolares da CIM do Ave

As cartas educativas realizadas nas últimas décadas na região do Ave, enquanto instrumento de planeamento no setor da educação, assumem enorme relevância para o território ao nível do planeamento e da prospetiva de edifícios e equipamentos educativos que integram a rede escolar e são fundamentais para planear as relações intersectoriais da educação com o setor da cultura.

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do município.” (Artigo 5.º, DL 21/2019, de 30 de janeiro).

A carta educativa é o instrumento privilegiado para mapear os equipamentos na área da educação e formação nos municípios do Ave e pode contribuir para auxiliar o planeamento na área da educação e cultura a partir de dados atualizados. Identifica-se, porém, que apesar dos concelhos de Guimarães, de Póvoa do Lanhoso e de Vila Nova de Famalicão disporem de Cartas Educativas de 2.º Geração, a maioria dos municípios ainda não atualizou as Cartas Educativas de 1.º Geração.

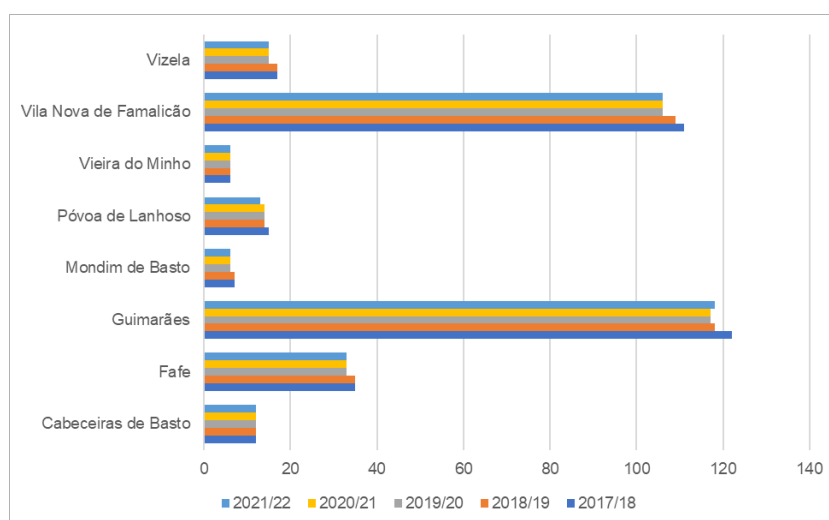
Tabela 4. Cartas Educativas por concelho da CIM do Ave e datas de monitorização/atualização

Municípios	Cartas Educativas
Cabeceiras de Basto	Carta Educativa (2006) + Monitorização 2016
Fafe	Carta Educativa (2006) + Monitorização 2010 e 2012
Guimarães	Carta Educativa (2006) + atualização 2012/13
Mondim de Basto	Carta Educativa (2004)
Póvoa de Lanhoso	Carta Educativa (2ª revisão, 2023)
Vieira do Minho	Carta Educativa (2006)
Vila Nova de Famalicão	Carta Educativa (2ª geração, 2020)
Vizela	Carta Educativa (2007)

Fonte: Construção própria

Assim, a partir da informação mais atualizada disponibilizada pela DGEEC/SIGO e IGEFE, procede-se, de seguida, à caracterização da rede de estabelecimentos de educação do Ave e da oferta de educação e formação em diferentes formas de expressão artística no território.

A evolução da rede de estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário, de natureza pública, para o período em análise, 2017/18 – 2021/22, o último ano disponibilizado pela DGEEC, regista uma ligeira diminuição de estabelecimentos de educação nos oito concelhos que compõem a sub-região do Ave. De salientar que apenas os concelhos de Cabeceiras de Basto e de Vieira do Minho mantêm os estabelecimentos no período de análise.

Figura 17 – Evolução da rede de estabelecimentos de educação, por concelho da CIM do Ave, ensino público, de 2017/18 a 2021/22

Fonte: DGEEC

Por sua vez, o IGEFE disponibiliza a rede escolar na região do Ave, mais especificamente a rede de oferta dos estabelecimentos de educação, de acordo com a Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro, que identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não-agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023. Para o último ano letivo, de 2022/23, regista-se uma descida significativa de estabelecimentos de natureza pública nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão. No entanto, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira

do Minho e Vizela são os concelhos que registam menos perdas no ensino público, no último ano letivo.

Tabela 5. Rede de estabelecimentos de educação, por concelho da CIM do Ave, no ensino público e privado, em 2022/23

Concelho	Público	Privado	Total
Cabeceiras de Basto	10	3	13
Fafe	22	13	35
Guimarães	76	45	121
Mondim de Basto	5	1	6
Póvoa de Lanhoso	11	3	14
Vieira do Minho	5	2	7
Vila Nova de Famalicão	68	46	114
Vizela	14	4	18
Total	211	117	328

Fonte: IGEFE

4.1.5 Caracterização da oferta de educação e formação no ensino Básico e Secundário, no setor cultural e artístico

Considerando as relações intersectoriais entre cultura e educação no território do Ave, analisa-se, de seguida, a oferta formativa específica no setor cultural e das artes dirigidas aos jovens. Incluem-se, nesta análise, as diferentes possibilidades de escolha em áreas de educação e formação relacionadas com o ensino artístico especializado, as artes do espetáculo, as artes visuais, audiovisual e produção multimédia, património cultural, nos diferentes ciclos de ensino não superior.

a) Ensino Básico

No 1.º ciclo do ensino básico (do 1.º ao 4.º ano de escolaridade), a oferta de Cursos Artísticos Especializados de Iniciação em Música e Iniciação em Dança são todos ministrados no ensino privado. Na área da Música (nível básico e nível secundário) os Cursos Artísticos Especializados podem ser frequentados em regime integrado, articulado e supletivo e nas áreas da Dança e do Teatro em regime integrado e articulado.³⁴

Em 2022/23 existiam 47 turmas em funcionamento e 289 alunos matriculados em estabelecimentos dos concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela. A maioria das turmas estão em funcionamento no concelho de Guimarães, mais concretamente no Conservatório de Guimarães, com 29 turmas e 185 alunos matriculados.

³⁴ Regime integrado - os alunos frequentam todas as componentes do currículo no mesmo estabelecimento de ensino;

Regime articulado - a lecionação das disciplinas das componentes do ensino artístico especializado é assegurada por uma escola do ensino artístico especializado e as restantes componentes por uma escola de ensino geral;

Regime supletivo - a frequência é restrita à componente de formação artística especializada dos planos de estudo dos cursos básicos da Música ou às componentes de formação científica e técnica artística nos cursos secundários da Música.

Tabela 6. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Artísticos Especializados, em Iniciações em Música e Dança (1.º Ciclo), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Escola	Nº de Turmas	Nº de alunos
Cabeceiras de Basto	Academia de Música Cabeceiras de Basto	1	9
Fafe	Academia de Música de José Atalaya	11	29
Guimarães	Conservatório de Guimarães	29	185
Vila Nova de Famalicão	ARTEDUCA - Conservatório de Música de Vila Nova de Famalicão	2	33
	Conservatório de Dança de Vila Nova de Famalicão	2	13
Vizela	Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense	2	20
Total		47	289

Fonte: DGEEC/SIGO

Por sua vez, os Cursos Artísticos Especializados de nível básico (2.º e 3.º ciclos) visam assegurar aos alunos uma formação geral e uma formação artística especializada nas áreas da Dança, da Música ou do Teatro. Na sub-região do Ave, no 2.º ciclo do ensino básico (5.º e 6.º ano de escolaridade), no ano letivo de 2022/23, os Cursos Artísticos Especializados são significativamente superiores, em termos de número de turmas e número de alunos, relativamente ao Curso Básico de Música do 1.º CEB, com um total de 49,5 turmas e 880 alunos. A oferta aumentou, sobretudo, no concelho de Vila Nova de Famalicão, que apresenta um total de 15,5 turmas e 274 alunos, todos matriculados em escolas do ensino público, e no concelho de Guimarães que, em igual período, contou com 17 turmas em funcionamento e 254 alunos matriculados.

Já o Curso Básico de Dança do 2.º ciclo apenas funcionou no concelho de Vila Nova de Famalicão em 8 estabelecimentos de ensino, a maioria do ensino público e apenas 1 estabelecimento de natureza privada. No total abriram 9,5 turmas, embora o número de alunos matriculados seja superior ao apresentado no quadro seguinte, uma vez que não existe informação disponível para alguns estabelecimentos de ensino.

Por último, no caso do Curso Básico de Teatro do 2.º CEB e no ano letivo de 2022/23, apenas ministrado em 4 estabelecimentos dos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão, registando um total de 7 turmas.

Sublinha-se, entretanto, que o concelho de Cabeceiras de Basto não apresenta oferta nesta modalidade de ensino no 2.º CEB, apesar de apresentar oferta no 1.º CEB; enquanto os concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, que não apresentaram oferta no 1.º CEB, nesta modalidade de ensino, apresentaram no 2º CEB, 2 turmas com 43 alunos matriculados, no primeiro caso e 1 turma com 9 alunos matriculados no segundo caso.

Tabela 7. Turmas e alunos matriculados em Cursos Básicos de Música, de Dança e de Teatro - 2.º Ciclo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Estabelecimento	Nº de Turmas	Nº de alunos
Curso Básico de Música - 2.º ciclo			
Fafe	Academia de Música de José Atalaya	4	62
	Escola Básica Prof. Carlos Teixeira	1	56
Guimarães	Escola Básica das Taipas, Caldas das Taipas	2	39
	Escola Básica Professor João de Meira	2	42
	Conservatório de Guimarães	12	162
	Escola Básica D. Afonso Henriques, Creixomil	1	11
Póvoa de Lanhoso	Escola Básica Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso	2	43
Vieira do Minho	Academia de Música Valentim Moreira de Sá - Pólo de Vieira do Minho	1	9
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica Júlio Brandão	7,5	234
	Agrupamento de Escolas D. Sancho I	1	7
	Escola Básica Dr. Nuno Simões, Calendário	1	14
	Escola Básica de Ribeirão	2	17
	Escola Básica D. Maria II, Gavião	3	nd
	Escola Básica de Gondifelos	1	2
Vizela	Escola Básica e Secundária de S. Bento	4	47
	Escola Básica de Caldas de Vizela	3	84
	Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense	2	51
Total		49,5	880
Curso Básico de Dança - 2.º Ciclo			
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica de Pedome	1	nd
	Escola Básica Júlio Brandão	1,5	15
	Conservatório de Dança de Vila Nova de Famalicão	1	nd
	Escola Básica de Vale do Este, Arnoso - Santa Maria	1	nd
	Escola Básica de Ribeirão	2	10
	Escola Básica Dr. Nuno Simões, Calendário	1	1
	Escola Básica D. Maria II, Gavião	1	nd
	Escola Básica de Gondifelos	1	nd
	Total	9,5	26
Curso Básico de Teatro - 2.º Ciclo			
Guimarães	Escola Básica e Secundária Arqueólogo Mário Cardoso, Ponte	1	nd
	Escola Básica D. Afonso Henriques, Creixomil	1	nd
	Conservatório de Guimarães	4	19
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica de Ribeirão	1	3
Total		7	22

Fonte: DGEEC/SIGO

À semelhança do 2.º CEB, também o curso Básico de Música no 3.º CEB funcionou no ano letivo de 2022/23 com um número de turmas superior aos outros dois cursos de Dança e de Teatro. No total abriram 68 turmas no Curso Básico de Música nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela. No Curso Básico de Dança, funcionaram apenas 4,5 turmas no concelho de Vila Nova de Famalicão. Por último, o Curso Básico de Teatro, funcionou no 3.º CEB apenas com 1 turma na Escola Básica de Ribeirão em Vila Nova de Famalicão.

Tabela 8. Turmas e alunos matriculados em Curso Básico de Música, Dança e Teatro - 3.º Ciclo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Estabelecimento	Nº de Turmas	Nº de alunos
Curso Básico de Música - 3.º ciclo			
Cabeceiras de Basto	Academia de Música Cabeceiras de Basto	1	14
Fafe	Academia de Música de José Atalaya	4	75
	Escola Básica Prof. Carlos Teixeira	1	50
Guimarães	Escola Básica das Taipas, Caldas das Taipas	1	22
	Escola Básica Professor João de Meira	1	8
	Conservatório de Guimarães	11	117
	Escola Básica das Taipas, Caldas das Taipas	1	14
	Conservatório de Guimarães	6	70
	Escola Básica Professor João de Meira	2	46
	Escola Básica Egas Moniz	1	nd
Póvoa de Lanhoso	Escola Básica Gonçalo Sampaio	1	23
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica Júlio Brandão	9,5	222
	Escola Básica de Ribeirão	3	44
	ARTEDUCA - Conservatório de Música de Vila Nova de Famalicão	6	90
	Escola Básica de Vale do Este, Arnoso - Santa Maria	1	nd
	Escola Básica D. Maria II, Gavião	4	nd
	Escola Básica de Pedome	1	nd
Vizela	Escola Básica e Secundária de S. Bento	8	43
	Escola Secundária de Caldas de Vizela	2,5	49
	Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense	2	25
	Escola Básica de Caldas de Vizela	1	3
Total		68	915
Curso Básico de Dança - 3.º Ciclo			
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica Júlio Brandão	1,5	11
	Conservatório de Dança de Vila Nova de Famalicão	1	nd
	Escola Básica D. Maria II, Gavião	1	nd
	Escola Básica de Vale do Este, Arnoso - Santa Maria	1	nd
Total		4,5	11
Curso Básico de Teatro - 3.º Ciclo			
Vila Nova de Famalicão	Escola Básica de Ribeirão	1	nd
Total		1	nd

Fonte: DGEEC/SIGO

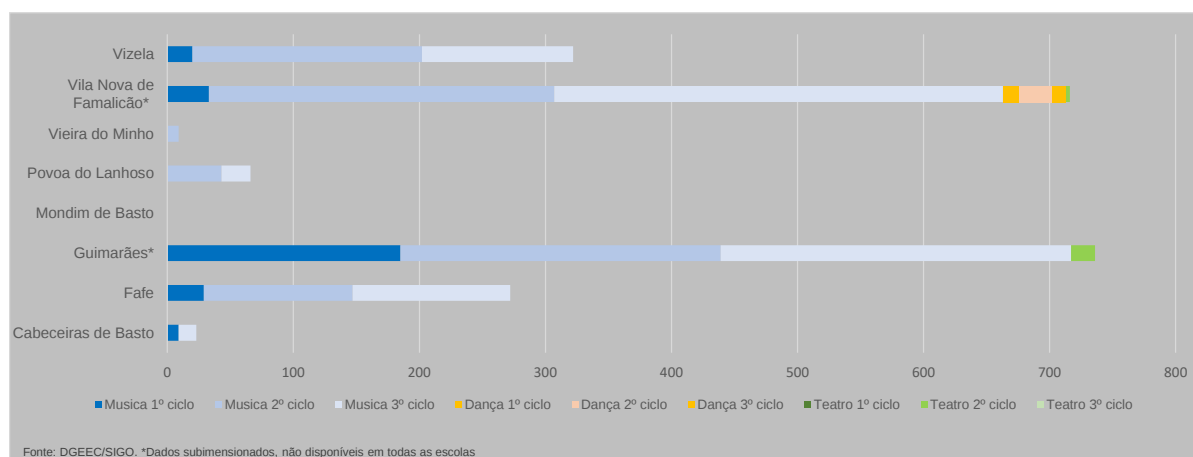
Os cursos básicos de Dança, de Música e de Teatro, conferem nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e correspondente nível do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) – Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

Na tipologia de Cursos de Educação e Formação - CEF, de nível 2 de qualificação, não existe em funcionamento no ano letivo de 2022/23 nenhum curso que nas áreas de educação e formação em análise que se enquadrem no setor da cultura. No entanto, os Cursos de Educação e Formação, CEF de nível 2 de qualificação têm atualmente homologada de 1 turma na AEF 213 - Audiovisuais e Produção dos Media, de tipo 3, que está prevista iniciar, no ano letivo 2023/24, o curso de Operador/a de Fotografia, na Escola Profissional CISAVE - Associação Comercial e Industrial de Guimarães, um estabelecimento de natureza privada no concelho de Guimarães.

Em suma, relativamente à oferta educativa dos cursos do Ensino Artístico especializado do Ensino Básico na CIM do Ave conclui-se o seguinte:

- A Música é a área artística que mais alunos do ensino Básico atrai: os números de turmas e de alunos nos Cursos de Iniciação (1º ciclo) e Básico (2º e 3º ciclos) de Música são superiores em todos os ciclos relativamente aos números nos cursos correspondentes de Dança e de Teatro;
- Os Cursos de Iniciação (1º ciclo) ou Básico (2º e 3º ciclos) de Música são oferecidos em todos os concelhos da CIM do Ave exceto em Mondim de Basto, concelho que não apresentou qualquer turma em 2022/2023;
- No 1.º CEB, a oferta destes cursos artísticos especializados é apenas assegurada por estabelecimentos de natureza privada, enquanto nos 2º e 3º ciclos a oferta é assegurada por estabelecimentos de natureza pública e privada;
- A oferta destes cursos artísticos especializados concentra-se, em número e diversidade, nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão; estes dois concelhos concentram respetivamente 34,3% e 33,4% do total de alunos no conjunto dos três ciclos (apesar de não dispormos da totalidade de informação sobre número de alunos).

Figura 18 – Alunos matriculados nos Cursos Artísticos Especializados em Iniciação em Música e em Dança (1.º Ciclo) e Básicos de Música, Dança e Teatro (2º e 3º ciclos), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23



b) Ensino Secundário

No Ensino Secundário, nas diferentes modalidades de ensino: Cursos Profissionais (AEF 212 – Artes do Espetáculo), no Ensino Artístico Especializado e nos Cursos Científico-Humanísticos – Artes Visuais) a oferta concentra-se também nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão. O concelho de Fafe não apresenta oferta nos Cursos Profissionais de dupla certificação, ou seja, cursos em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional nesta área específica relacionada com as artes.

Nos Cursos Profissionais das Artes do Espetáculo, apenas o concelho de Vila Nova de Famalicão tem esta oferta específica no curso de Instrumentista de Sopro e Percussão (3 turmas e 44 alunos matriculados) e no curso de Intérprete /Ator/Atriz (3 turmas e 61 alunos matriculados), no ano letivo de 2022/2023.

Tabela 9. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Profissionais – AEF 212 Artes do Espetáculo, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Qualificação	N.º de turmas				N.º de alunos			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Vila Nova de Famalicão	Instrumentista de Sopro e de Percussão	1	1	1	3	13	16	15	44
	Intérprete/Ator/Atriz	1	1	1	3	21	20	20	61
Total		2	2	2	6	34	36	35	105

Fonte: DGEEC/SIGO

Os Cursos Artísticos Especializados do ensino secundário têm a duração de três anos, e estão organizados nas seguintes componentes de formação:

- Formação Geral – estruturada em disciplinas comuns a todos os cursos, visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
- Formação Científica – estruturada em duas a quatro disciplinas, visa proporcionar uma formação científica consistente no domínio do respetivo curso;
- Formação Técnica Artística – estruturada em duas a cinco disciplinas, visa a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens, conhecimentos, aptidões e competências técnicas e artísticas necessárias ao perfil profissional visado;
- Formação em Contexto de Trabalho (áreas das Artes Visuais e dos Audiovisuais e da Dança) – é realizada preferencialmente em empresas ou outras organizações, ou através da simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.
- Estes cursos culminam com a apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto designado por Prova de Aptidão Artística (PAA), na qual são demonstrados os conhecimentos e capacidades técnico-artísticas adquiridas e desenvolvidos ao longo da formação. (ANQEP)

Os cursos secundários artísticos, nas áreas das Artes Visuais e dos Audiovisuais, bem como da Dança, conferem o nível 4 do QNQ/QEQ. Os cursos secundários de Música conferem o nível 3 do QNQ/QEQ.

O Ensino Secundário nos Cursos do Ensino Artístico Especializado (Música e Dança), existe nos concelhos de Fafe e de Guimarães: 9 turmas no Curso Secundário de Música – Variante Instrumento, 1 turma no Curso Secundário de Canto e 2 turmas no Curso Secundário de Dança (1 turma em Guimarães e 1 turma em Vila Nova de Famalicão).

Tabela 10. Turmas e alunos matriculados nos Ensino Secundário nos Cursos do Ensino Artístico Especializado (Música e Dança), por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

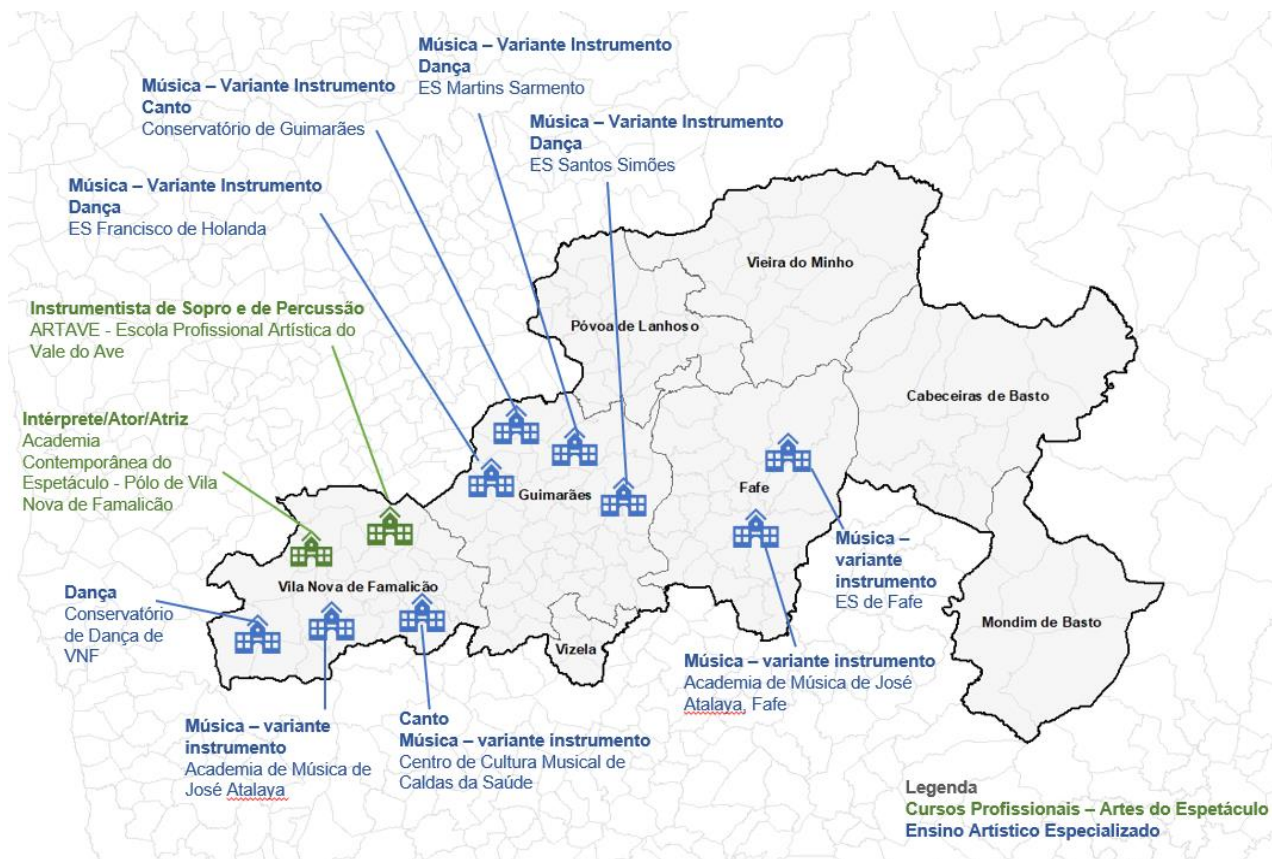
Concelho	Qualificação	N.º de turmas				Nº de alunos			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Curso Secundário de Música - Variante Instrumento									
Fafe	Academia de Música de José Atalaya	1	1	1	3	5	3	6	14
	Escola Secundária de Fafe	0,5	0,5	nd	1	6	3	7	16
Guimarães	Conservatório de Guimarães	1	1	1	3	19	8	2	29
	Holanda	0,5	0,5	1	2	15	nd	nd	15
	Escola Básica e Secundária Santos Simões	-	-	0,5	0,5			nd	nd
	Total	3	3	3,5	9,5	45	14	15	74
Curso Secundário de Canto									
Guimarães	Conservatório de Guimarães	1			1	2			2
	Total	1			1	2			2
Curso Secundário de Dança									
Guimarães	Escola Secundária Francisco de Holar	1			1	nd			nd
Vila Nova de Famalicão	Conservatório de Dança de Vila Nova de Famalicão		1		1		nd		nd
	Total	1	1		2	nd	nd		nd

Fonte: DGEEC/SIGO

A partir da figura seguinte pode observar-se a distribuição dos cursos no ensino secundário nos Cursos Profissionais (AEF 212 – Artes do Espetáculo) e nos cursos de Ensino Artístico e Especializado no território do Ave no ano letivo mais recente de 2022/23, por concelho. Conforme se poderá ver, os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Póvoa do Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela não apresentam para nenhum ano do ensino secundário qualquer oferta no setor das artes.

A concentração da oferta formativa no setor das artes e espetáculos ocorre, assim, em dois concelhos da CIM do Ave, isto é, 9 estabelecimentos de ensino nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães, o que evidencia o desequilíbrio da oferta no território da CIM do Ave nestes dois tipos de cursos (Profissional e Artísticos Especializados).

Figura 19 – Rede de Estabelecimentos escolares com oferta de cursos do Ensino Secundário – Cursos Profissionais e Ensino Artístico Especializado, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23



Fonte: DGEEC/SIGO

No entanto, o ensino secundário conta ainda com a oferta dos cursos gerais, na modalidade dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), no campo das Artes Visuais. Estes Cursos estão vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior (universitário ou politécnico).

Segundo os dados da DGEEC, em 2021/22, no ensino público, a rede de estabelecimentos e n.º de alunos matriculados dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), em Artes Visuais, por concelho, contava com um total de 48 Estabelecimentos e 541 Alunos matriculados nos diferentes anos do ensino secundário, em 4 concelhos: Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Nesta matriz das Artes Visuais, Vizela apresenta uma oferta única nos CCH uma vez que não apresenta nenhuma oferta quer nos Cursos Profissionais na área de educação e formação das Artes do Espetáculo, nem nos Cursos Artísticos Especializados.

Tabela 11. Rede de estabelecimentos e alunos matriculados dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), em Artes Visuais, por concelho da CIM do Ave, ensino público, em 2021/22

Concelho	N.º de estabelecimentos				Nº de alunos			
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Fafe	2	2	2	6	28	29	22	79
Guimarães	8	8	8	24	133	75	90	298
Vila Nova de Famalicão	4	4	4	12	56	40	47	143
Vizela	4	-	2	6	19	-	2	21
Total	18	14	16	48	236	144	161	541

Fonte: DGEEC

Em 2022/23, a CIM do Ave regista no ensino secundário dos CCH em Artes Visuais no ensino público e privado, quase menos 100 alunos matriculados comparativamente ao ano letivo de 2021/22 que considerava apenas os alunos do ensino público. A oferta destes cursos mantém-se nos 4 concelhos já referidos e apresenta um total de 19,5 turmas. Mais uma vez se verifica que nos concelhos que se localizam na parte mais oriental deste território – Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto –, a oferta nos CCH nas Artes Visuais é inexistente.

Tabela 12. Turmas e alunos matriculados dos Cursos Científicos-Humanísticos (CCH), em Artes Visuais, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Escola	N.º de turmas				N.º de alunos			
		10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Fafe	Secundária de Fafe	1	1	1	3	41	24	30	95
Guimarães	Secundária de Caldas das Taipas	1	1	1	3	39	33	12	84
	Básica e Secundária Santos Simões	0,5	0,5	0,5	1,5	9	18	11	38
	Secundária Martins Sarmento	-	2	1	3	-	46	22	68
	Secundária Francisco de Holanda	-	1	1	2	-	25	25	50
	Secundária Padre Benjamim Salgado	1	1	1	3	16	22	12	50
Vila Nova de Famalicão	Secundária Camilo Castelo Branco	-	1	1	2	-	17	22	39
Vizela	Básica e Secundária de S. Bento	0,5	0,5	0,5	1,5	9	8	0	17
	Secundária de Caldas de Vizela	-	0,5	-	0,5	-	11	-	11
Total		4	8,5	7	19,5	114	204	134	452

Fonte: DGEEC/SIGO

Importa ainda sinalizar uma oferta específica de formação certificada no campo das artes no concelho de Vila Nova de Famalicão, para a qual não existem dados relativos à oferta, mas assume relevância no setor das artes e da educação nesta sub-região: o INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo, um polo internacional dedicado exclusivamente às artes do circo.

“O Instituto tem como missão formar artistas capazes de uma abordagem pluridisciplinar que assegure o surgimento e a afirmação de novas estéticas e levar o circo a todos os públicos, assim como a difusão e a implementação do circo contemporâneo em Portugal proporcionando uma nova oferta e enriquecendo o panorama cultural vigente.” O INAC oferece o Curso Profissional em Artes do Circo e é membro da FEDEC - Federação Europeia De Escolas de Circo Profissionais.

Por último, importa destacar, no ensino secundário, nos Cursos Profissionais no ano letivo de 2023/24, conta com 3 novas turmas no 1.º ano dos cursos profissionais na AEF 212 das Artes e do Espetáculo, nomeadamente: Instrumentista de Sopro e de Percussão, Intérprete/Ator/Atriz e um novo curso de Intérprete de Dança Contemporânea.

Tabela 13. Turmas e cursos homologados nos Cursos Profissionais – na AEF 212 - Artes do Espetáculo, por concelho da CIM do Ave, para 2023/24

Concelho	Entidade Formadora	Curso/Qualificação	Nº Turmas
Vila Nova de Famalicão	Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Sede)	Instrumentista de Sopro e de Percussão	1
	Academia Contemporânea do Espetáculo - Pólo de Vila Nova de Famalicão	Intérprete/Ator/Atriz	1
	Academia Contemporânea do Espetáculo - Pólo de Vila Nova de Famalicão	Intérprete de Dança Contemporânea	1
	Total		3

Fonte: DGEEC/SIGO

Em síntese, relativamente à oferta de cursos nas áreas de educação e formação relacionadas com as artes ao nível do ensino secundário na CIM do Ave, conclui-se que:

- a rede de estabelecimentos com oferta de cursos concentra-se igualmente nos dois concelhos da CIM do Ave de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães;
- os Cursos Profissionais de nível 4 do CNQ em 2022/23, na CIM do Ave, abrangem apenas duas das qualificações que constam do Catálogo Nacional de Qualificações na AEF 212 – Artes do Espetáculo, Intérprete/Ator/Atriz e Instrumentista de Sopro e de Percussão, ambas em funcionamento exclusivamente no concelho de Vila Nova de Famalicão, encontrando-se homologada para 2023/2024 a qualificação de Intérprete da Dança Contemporânea, no mesmo concelho.

c) Cursos profissionais e vias profissionalizantes: ensino básico, secundário e pós-secundário

Conforme já referido na caracterização da oferta de educação e formação no ensino secundário, no setor das artes, no território da CIM do Ave, existe uma oferta de cursos profissionais de nível 4 na AEF 212 – Artes do Espetáculo, mais concretamente 2 qualificações: Instrumentista de Sopro e de Percussão e a de Intérprete/Ator/Atriz, no ano letivo de 2022/23, apenas no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Naqueles que podem ser os cursos com um forte potencial cruzamento com o sistema cultural, isto é, áreas de educação e formação que apostem na qualificação profissional de técnicos no setor da cultura com possibilidade de garantir aos serviços e às entidades empregadoras do setor cultural e criativo da região do Ave, para além das qualificações profissionais da AEF 212 Artes do Espetáculo, sublinha-se a oferta de qualificações da AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, que funcionaram no ano letivo de 2022/23 na CIM do Ave.

Tabela 14. Turmas e alunos matriculados nos Cursos Profissionais (N4), na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, por concelho da CIM do Ave, em 2022/23

Concelho	Qualificação	N.º de turmas				Nº de alunos			
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Total
Mondim de Basto	Técnico/a de Multimédia			0,5	0,5			10	10
Guimarães	Técnico/a de Audiovisuais		0,5	0,5	1		12	12	24
	Técnico/a de Multimédia	0,5		1	1,5	16		16	32
Póvoa de Lanhoso	Técnico/a de Multimédia		0,5	0,5	1		8	14	22
	Técnico/a de Audiovisuais	0,5			0,5	10			10
Vila Nova de Famalicão	Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica	0,5	0,5	0,5	1,5	10	12	12	34
	Técnico/a de Audiovisuais	1	1	1	3	21	18	22	61
	Técnico/a de Multimédia	1	1	0,5	2,5	18	17	9	44
Vizela	Técnico/a de Multimédia		1	1	2	21	17		38
Total		3,5	4,5	5,5	13,5	96	84	95	275

Fonte: DGEEC/SIGO

Identificados os cursos profissionais que funcionaram nos últimos 3 anos na sub-região do Ave, nas AEF de Artes do Espetáculo e de Audiovisuais e Produção dos Media, sinalizam-se outras possibilidades de qualificações que podem contribuir para a qualificação do setor da cultura. Apesar da oferta formativa disponível nas áreas de educação e formação ser mais vasta e cobrir um conjunto de qualificações disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações (em revisão), a CIM do Ave não conta na sua oferta formativa de nível 4 ou 5 com um conjunto de qualificações que podem contribuir igualmente para valorização da cultura e do património cultural, capacitando os jovens com competências que os habilitam a trabalhar nos museus, galerias, bibliotecas e arquivos e ao exercício de atividades de natureza artística e criativa.

Indicam-se de seguida o conjunto de qualificações do CNQ que não apresentaram, em 2022/2023, oferta de cursos nas escolas da CIM do Ave:

- i. Na AEF 212 (Artes do Espetáculo) - Intérprete de Dança Contemporânea;
- ii. Na AEF 213 (Audiovisuais e Produção dos Media) – Técnico/a de Fotografia, Técnico/Técnica de Som, Técnico/a de Vídeo, Técnico de Animação 2D e 3D, Técnico de Desenho Digital 3D, Técnico/a Especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia;
- iii. Na AEF 225 (História e Arqueologia) - os Técnicos/as de Museografia e Gestão do Património;

- iv. Na AEF 322 (Biblioteconomia, Arquivo e Documentação BAD) – os Técnicos/as de Biblioteca, Arquivo e Documentação e os Técnicos/as de Informação e Documentação, aptos o exercício de profissões neste setor da cultura.

Por último, segundo os dados da rede homologada para os Municípios da CIM do Ave, prevê-se a abertura no ano letivo de 2023/24 de 5 turmas na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media dos cursos profissionais.

Tabela 15. Rede homologada no 1.º ano dos Cursos Profissionais (N4) na CIM do Ave, na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, para 2023/24

Concelho	Curso/Qualificação	Nº Turmas
Fafe	Técnico/a de Multimédia	0,5
Guimarães	Técnico/a de Multimédia	1,5
Póvoa de Lanhoso	Técnico/a de Multimédia	0,5
	Técnico/a de Audiovisuais	0,5
Vila Nova de Famalicão	Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica	0,5
	Técnico/a de Multimédia	1
Vizela	Técnico/a de Multimédia	0,5
Total		5

Fonte: DGEEC/SIGO

Noutros cursos profissionalizantes, nomeadamente nos Cursos de Educação e Formação para jovens (CEF), apesar de não ter aberto nos últimos três anos letivos nenhum curso direcionado para a área das artes, prevê-se a abertura de um curso CEF na AEF 213 – Audiovisuais e Produção dos Media, 1 turma de CEF tipo 3, no curso de Operador/a de Fotografia, num estabelecimento de ensino privado em Guimarães, ou seja, um novo curso de oferta única neste setor de atividade.

Nos cursos do Ensino Artístico Especializado está prevista abertura de 1 turma de Básico de Instrumentista de Sopro, nível 2, na Escola Profissional Artística do Vale do Ave (Sede) em Vila Nova de Famalicão.

Figura 20 – Previsão para 2023/24 dos Cursos Profissionais, CEF e EAE Básico, nos concelhos da CIM do Ave

Vila Nova de Famalicão			Guimarães	Fafe
Curso Profissional (N4) de Instrumentista de Sopros e de Percussão	Curso Profissional (N4) de Intérprete de Dança Contemporânea	EAE Básico (N2) Instrumentista de Sopros		Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Multimédia
			Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Multimédia	Póvoa de Lanhoso
		Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica		Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Multimédia
Curso Profissional (N4) de Intérprete/Ator/Atriz	Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Audiovisuais	Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Multimédia	Curso CEF (N2) Operador/a de Fotografia	Vizela
				Curso Profissional (N4) de Técnico/a de Multimédia

■ Fafe ■ Guimarães ■ Póvoa de Lanhoso ■ Vila Nova de Famalicão ■ Vizela

Fonte: DGEEC/SIGO

4.1.6 Competências e orgânicas, municipais e intermunicipais, nos setores da educação e cultura

As áreas da Cultura e da Educação têm enquadramentos e posicionamentos distintos na estrutura orgânica dos oito municípios do Ave.

Nos municípios de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela, os pelouros Educação e Cultura estão entregues a dois vereadores distintos, sendo que, no executivo de Vizela, é o Presidente que assume o pelouro da Cultura. As duas áreas enquadram-se em departamentos ou divisões autónomas, tuteladas pelos dois pelouros. Nos municípios de Guimarães e Vizela, a área das Bibliotecas e Arquivos está associada ao Pelouro da Educação. Refira-se ainda que na auscultação efetuada no quadro deste Plano, o vereador da Educação de Vila Nova de Famalicão sublinhou que, embora atribuídas a distintos vereadores, as duas áreas são trabalhadas conjuntamente.

Nos municípios de Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho os pelouros da Educação e da Cultura estão entregues ao mesmo vereador, sendo as tarefas de planeamento e de execução das políticas públicas para estes dois setores autonomizadas em dois departamentos/divisões/unidades distintos.

Todos os municípios da CIM do Ave contam com um Conselho Municipal de Educação, um órgão de consulta que assegura a participação das comunidades educativas na política educativa, conforme legalmente estabelecido. Pelo contrário, apenas o Município de Vila Nova de Famalicão dispõe de um Conselho Municipal de Cultura, que reúne responsáveis políticos e técnicos do Município e representantes dos principais agentes culturais do concelho. Ao nível da CIM do Ave, estão instituídos o Conselho Intermunicipal de Educação e o Conselho Intermunicipal de Cultura, que integram os Vereadores responsáveis por cada um daqueles pelouros.

No que respeita a instrumentos de planeamento nas áreas da educação e da cultura, o panorama dos Municípios do Ave é bastante heterogéneo. Em termos de Cartas Educativas, apenas os municípios de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão dispõem de Cartas Educativas de 2ª geração. Os restantes municípios não têm este instrumento atualizado, o que coloca dificuldades a um diagnóstico e planeamento atempados e integrados do conjunto da rede de oferta educativa no território do Ave. Ainda ao nível da Educação, alguns municípios dispõem de outros planos, como o Plano Educativo Municipal 2015-2017, de Cabeceiras de Basto (esta já desatualizado), ou o Plano Estratégico Educativo Municipal 2017-2025, de Vila Nova de Famalicão.

No que respeita à área da cultura, nenhum dos Municípios dispõe de um instrumento de planeamento específico, embora existam no site do Município referências ao Plano Estratégico Municipal para a Cultura de Guimarães, que estará em elaboração. No caso dos Planos Locais de Leitura, atualmente apenas os Municípios de Vila Nova de Famalicão e Póvoa do Lanhoso dispõem de um plano.

Figura 21 – Planos de iniciativa municipal nos setores da Educação e da Cultura



Em matéria de cooperação, importa ainda relevar a participação de cinco Municípios do Ave na Rede de Cidades Educadoras. Os Municípios de Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela estão associados a esta rede³⁵, traduzindo o seu compromisso com os princípios da Carta das Cidades Educadoras³⁶.

De acordo com o preâmbulo da Carta, “na Cidade Educadora, a educação transcende as paredes da escola”, constituindo-se como “uma ferramenta de transformação social”, assente na

³⁵ <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/>

³⁶ <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2023/02/Carta-das-cidades-educadoras-pt.pdf>

“educação ao longo de toda a vida que atravessa as diferentes esferas da vida dos cidadãos e cidadãs”. Os 20 princípios inscritos na Carta constituem, assim, o roteiro dos governos locais subscritores “para construir cidades que educam ao longo da vida, amigáveis, acessíveis, dinâmicas, sustentáveis, saudáveis, inclusivas, participativas, justas, criativas...”. Um dos princípios estabelecidos é precisamente o do Acesso à cultura: “A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico”.

Atualmente, Vila Nova de Famalicão integra (com outros 6 municípios do país) a comissão coordenadora da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Vila Nova de Famalicão, em 2020, e Guimarães, em 2022, foram finalistas do Educating Cities' Award, um prémio bienal que tem o objetivo de “dar reconhecimento e visibilidade internacional ao trabalho realizado pelas Cidades Educadoras, bem como de destacar boas práticas que possam ser fonte de inspiração para outras cidades na construção de ambientes mais educadores”. Entre as experiências reconhecidas como boas práticas estão o “EnvolvAr-te - Circo por Todos”, em que Em Vila Nova de Famalicão, um programa de artes circenses dirigido a pessoas com diversidade funcional, e “O Ave para Todos em Guimarães”, um projeto de participação cidadã na conservação e valorização do rio Ave.

O quadro das competências das autarquias locais no domínio da educação desenvolveu-se através de sucessivos quadros legais que, progressivamente, ampliaram o âmbito de intervenção das autarquias.

A recente alteração legislativa, no que respeita à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, veio alargar as responsabilidades de gestão das autarquias em termos de investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares a todo o ensino básico e ensino secundário e ainda em termos pedagógicos, que antes estavam essencialmente a cargo da Administração Central e Regional.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, redefine a base comum de competências do poder local, abrangendo o ensino secundário, que atualmente se integra na escolaridade obrigatória, e prevê intervenções específicas das entidades intermunicipais, designadamente no planeamento da rede educativa e dos transportes escolares. Inclui ainda nas competências das autarquias e das comunidades intermunicipais, na vertente do planeamento – as componentes da carta educativa, dos transportes escolares e do planeamento plurianual da rede de oferta de educação; na vertente do investimento e da gestão - os apoios e complementos educativos, o pessoal não docente, o funcionamento de edifícios escolares e a segurança escolar. O início de aplicação geral das novas regras consumou-se em 1 de abril de 2022. Este diploma não explicita a intervenção dos municípios e das entidades intermunicipais em dimensões mais políticas que enquadrem iniciativas como os PIICIE/PIPSE ou os planos municipais de educação. No entanto, estabelece, por exemplo, que “a carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo” (n.º 3 do artigo 7.º). Na prática, os métodos e os conteúdos das decisões sobre o planeamento da rede e da oferta educativa, a arquitetura escolar ou a eficiência energética, entre muitas outras, não são neutros nas suas implicações educativas e organizacionais³⁷.

³⁷ Boletim de Informação dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, n.º 25, dezembro de 2022, CCDD-Norte.

Destaca-se ainda, de acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que, no âmbito das competências de gestão, as câmaras municipais são responsáveis por promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- a) Atividades de animação e apoio à família, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;
- b) Componente de apoio à família, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e/ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

No que diz respeito à organização e funcionamento, o mesmo diploma legal prevê que a planificação das atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular, seja desenvolvida conjuntamente pelas câmaras municipais e pelos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não-agrupadas, considerando as necessidades dos alunos e das famílias, a formação e o perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território. Já no que respeita à supervisão pedagógica e à avaliação das atividades de apoio à família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular, as mesmas caberão ao conselho pedagógico de cada agrupamento de escolas ou escola não-agrupada.

Sublinha-se, finalmente, que a relação entre o poder local e as escolas assume, no contexto atual, um desafio maior na medida em que o alargamento das competências municipais e intermunicipais deve assegurar a autonomia institucional das escolas, de modo a cumprir-se a missão da escola em cada contexto e de acordo com as suas potencialidades e necessidades.

No âmbito do mesmo processo em curso, desde 2019, de transferência de competências do estado central para as autarquias e para as comunidades intermunicipais, o setor da cultura, a par do da educação, é um dos que tem sido abrangido. Destacam-se, a este nível, a transferência de competências ao nível do património cultural classificado considerado de âmbito local, bem como de parte dos museus (excetuando os museus nacionais). Esta transferência abrange as dimensões da gestão, incluindo os recursos humanos afetos àqueles bens patrimoniais e equipamentos museológicos.

De acordo com Lista de Imóveis Classificados que constam do anexo I do Decreto-Lei 22/2019, de 30 de janeiro, no território do Ave não há transferência de competências a este nível da Administração Central para a Local. De igual modo, analisando igualmente a Lista de Museus que constam do anexo I do Decreto-Lei 22/2019, de 30 de janeiro, também se verifica que no Ave não há transferência de competências a este nível da Administração Central para a Local.

Finalmente, referir que, à luz deste mesmo processo de transferência de competências para os Municípios no domínio da cultura, passa a constituir uma competência das Autarquias Locais assegurar o controlo e fiscalização de espetáculos de natureza artística, devendo os serviços municipais receber as comunicações prévias deste tipo de espetáculos e assegurar a realização da sua fiscalização.

4.2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA EDUCATIVA

O presente subcapítulo pretende analisar as principais medidas de política voltadas para a promoção do sucesso educativo, para a redução do abandono escolar e para a empregabilidade dos jovens, algumas delas com uma dimensão territorializada, na perspetiva do modo como a intervenção dos Municípios e da CIM do Ave pode aprofundar interdependências, vantagens e sinergias com o sistema cultural.

Na Tabela 18 apresentada adiante, no final deste subcapítulo, são sistematizadas as potenciais interações existentes entre a educação e o sistema cultural na promoção do sucesso escolar e educativo, bem como as principais sinergias e interdependências que podem ser potenciadas.

4.2.1 Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP

O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada atualmente em 146 agrupamentos de escolas/escolas não-agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

O programa TEIP foi criado, em Portugal, em 1996, abrangendo numa primeira fase 35 agrupamentos de escolas, em áreas de exclusão social da Grande Lisboa e do Grande Porto. A partir de 2006, desenvolveu-se o segundo programa (TEIP2), tendo-se produzido nova regulamentação e incluído, num primeiro momento, outros 24 agrupamentos de diversos pontos do país, alargado em 2009 a outros 49 agrupamentos, num total de 105 unidades de gestão. Na sequência da implementação do Programa TEIP2 alargou-se a medida no sentido de reforçar a autonomia das escolas que, estando integradas em contextos particularmente desafiantes, tiveram possibilidades acrescidas para a implementação de projetos próprios, fortemente alicerçados em evidências e no conhecimento que detêm sobre as realidades locais.

O despacho normativo n.º 20/2012, definiu normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de 3ª geração, bem como as regras de elaboração dos contrato-programa a estabelecer entre os estabelecimentos de educação e o Ministério da Educação orientados para a promoção e o apoio ao desenvolvimento de projetos educativos que, neste contexto, visem a melhoria da qualidade educativa, a promoção do sucesso escolar, a transição para a vida ativa, bem como a integração comunitária.

A criação do terceiro programa TEIP 3 permitiu uma maior concentração em torno das ações que as escolas identificaram como promotoras da aprendizagem e do sucesso educativo, de modo a assegurar maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e maior eficácia nos resultados alcançados. O Programa TEIP 3 manteve os seguintes elementos-chave: i) os eixos de intervenção definidos como prioritários para todas as escolas TEIP; ii) o desenho de Planos de Melhoria, alinhados com os eixos do Programa e plasmados no Projeto Educativo de cada escola, considerando as especificidades do contexto social local.

O “Plano Plurianual de Melhoria” (PPM) previsto no Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro é o instrumento de planeamento privilegiado do Programa TEIP 3, desenhado para um período de três anos e elaborado de acordo com os eixos de intervenção do Programa e os Projetos Educativos das escolas. O PPM assume um papel fundamental na prossecução de objetivos prioritários do programa TEIP³⁸, como:

³⁸ DGE, Linhas Orientadoras, 2018-21

- i) Garantir a inclusão de todos os alunos;
- ii) Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem;
- iii) Operacionalizar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade;
- iv) Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada;
- v) Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos.

Na elaboração dos PPM são contempladas as intervenções de vários parceiros, nomeadamente, associações de pais, autarquias locais, serviços desconcentrados do Estado, incluindo centros de emprego e de formação profissional, centros de saúde, serviços de ação social, empresas, comissões de proteção de menores, instituições de solidariedade e associações culturais, recreativas e desportivas, entre outras. Cabe à Direção Geral de Educação (DGE) assegurar a coordenação do Programa no âmbito das suas atribuições.

Atualmente, o Programa (TEIP 4) desenvolve-se em 146 Unidades Orgânicas, distribuídas pelas 5 Direções de Serviços da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e por NUTSII, o que representa cerca de 18% do total dos agrupamentos de escolas/escolas não-agrupadas do continente.

Na CIM do Ave integraram o Programa TEIP 4, na sua fase 2, que se iniciou em 2009/10, os Agrupamentos de Escola do Vale de São Torcato, em Guimarães, e de D. Sancho I e de Pedome, ambos em Vila Nova de Famalicão. Já na fase 3, no decurso de 2009/10, integrou o TEIP 4, o Agrupamento de Escola Arquiteto Fernando Távora em Guimarães.

Contudo, não foram identificadas Escolas agrupadas e não-agrupadas que integrassem o Programa TEIP de 3.ª Geração na CIM do Ave.

Tabela 16. Agrupamentos de Escolas TEIP, na CIM do AVE

Concelho	Nome do Agrupamento de Escolas
Guimarães	Agrupamento de Escolas do Vale de São Torcato
Guimarães	Agrupamento de Escolas Arquiteto Fernando Távora
Vila Nova de Famalicão	Agrupamento de Escolas D. Sancho I
Vila Nova de Famalicão	Agrupamento de Escolas de Pedome

Fonte: DGE/ME

4.2.2 PIICIE e a nova geração de PIPSE

No anterior período de programação 2014-2021, os Planos Inovadores e Integrados de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) surgiram como uma ação complementar e distinta face às medidas e aos projetos incluídos nos programas de responsabilidade direta da administração educativa. Neste contexto, mobilizaram-se mais recursos para a educação, considerando que a promoção de uma escolaridade prolongada e de qualidade para todas as crianças e jovens é uma missão de toda a comunidade, envolvendo diversos agentes, com destaque para os Municípios e as Comunidades Intermunicipais, favorecendo o estabelecimento de articulações com várias áreas da atividade municipal, nomeadamente a ação social e a cultura.

Nesta medida, o Plano Integrado e Inovador para o Combate ao Insucesso Escolar do Ave (PIICIE do Ave) apresenta-se como o resultado do trabalho realizado pelo Conselho Intermunicipal de

Educação na definição de uma estratégia educativa intermunicipal de promoção do sucesso escolar, complementar aos Planos Educativos de cada Município.

O PIICIE do Ave centrou o seu objetivo na promoção do sucesso escolar através de metodologias pedagógicas inovadoras, aplicadas em sala de aula, sobretudo no 1º ciclo do ensino básico e nos primeiros anos deste ciclo, numa estratégia de intervenção precoce/prevenção do insucesso escolar. O Plano agregou 22 projetos dos quais 9 intermunicipais e 13 municipais.

Os projetos intermunicipais desenvolvidos pela CIM do Ave foram:

- **Litteratus** - trabalhou com os alunos do 1º ciclo de ensino a melhoria dos níveis de compreensão da leitura, através do desenvolvimento dos processos inerentes à leitura e à escrita, como ferramenta de conhecimento;
- **Hypatiamat** – potenciou a aprendizagem da matemática nos alunos do 1º ciclo de ensino, através da utilização das novas tecnologias;
- **Escolas Empreendedoras In.Ave** – promoveu o sucesso escolar através da ativação das *soft skills* fundamentais para a criação de propostas de valor, disseminando a cultura empreendedora e dotando os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário de ferramentas essenciais para serem bem-sucedidos na vida pessoal, social e profissional;
- **Ter Ideias para Mudar o Mundo** - educação para o empreendedorismo, direcionada para alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, onde se pretendeu desenvolver valores e competências em áreas como cidadania, voluntariado, trabalho de projeto, solidariedade ou educação ambiental;
- **Plataforma Mais Cidadania** - promoveu e desenvolveu conhecimentos, competências e valores de cidadania, cultura e património, que ajudam as crianças a desempenhar um papel ativo na comunidade;
- **Educação Parental** – capacitação das famílias para ambientes familiares marcados por interações positivas e promotores de desenvolvimento dos seus filhos e desenvolvimento de parcerias positivas com as escolas;
- **Salas de Aula do Futuro** - assegurou 3 elementos-chave: o Espaço, a Pedagogia e a Tecnologia, otimizados para facilitar a inovação das metodologias nos processos de ensino e aprendizagem, aumentando a motivação dos alunos na aquisição dos conhecimentos.
- **Curtir Ciência** - visou despertar o interesse pela cultura científica e pelas atividades laboratoriais, nos alunos do 2.º e 3.º ciclos do EB, facilitando o processo de ensino;

A CIM do Ave foi responsável pelo “**Acompanhamento do PIICIE do Ave**”, através do qual coordenou, dinamizou, acompanhou, comunicou e monitorizou de forma transversal todas as atividades do plano.

O desenvolvimento destes projetos aportou contributos relevantes ao território em matéria de sucesso escolar, não apenas ao nível da melhoria dos resultados escolares, mas também ao nível das sinergias, parcerias e trabalho em rede que permitiu reforçar, envolvendo um leque diversificado de parceiros, dos quais se destacam as escolas, associações de pais, técnicos municipais, entre outros.

Neste novo período de programação (2021-2027), às preocupações do insucesso escolar e da redução do abandono preconizadas pelos PIICIE, juntam-se preocupações relacionadas com a qualidade do sucesso escolar e com o bem-estar dos alunos na escola, realçando a ideia de sucesso educativo, nomeadamente através da criação de ambientes de aprendizagem saudáveis, da promoção de saúde física e mental, da adoção de estilos de vida saudáveis, do bem-estar físico e emocional e da prevenção da intimidação e da violência na escola.

Nesta medida, os (novos) PIPSE – Planos Integrados de Promoção do Sucesso Escolar pretendem mobilizar mais recursos da comunidade para a educação, em particular para a

promoção do sucesso escolar para todos, para o bem-estar físico e mental dos alunos e outros agentes da comunidade educativa, através da criação de ambientes de aprendizagens saudáveis e da promoção da saúde física e mental e para um enriquecimento da vida escolar das crianças e dos jovens, com envolvimento dos municípios, das escolas, dos encarregados de educação e famílias e de outras entidades da comunidade.

Com vista a concretizar estas preocupações, para os PIPSE foram definidas as seguintes tipologias de intervenção:

A. Ações prioritárias junto de públicos-alvo específicos

- reforço do acompanhamento próximo e personalizado das crianças e dos jovens, assegurando respostas em áreas como: dispositivos de alerta e intervenção precoce, promoção da saúde e do bem-estar físico e psíquico, respostas técnicas a problemas da fala e da linguagem, desenvolvimento das competências pessoais e sociais, orientação escolar e vocacional.

B. Ações prioritárias em escolas ou em níveis de ensino específico

- promoção de ações específicas de desenvolvimento curricular;
- desenvolvimento das competências digitais;
- envolvimento das famílias na vida escolar e aconselhamento parental;
- estabelecimento de pontes com o mundo do trabalho.

C. Ações prioritárias transversais

- promoção de instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal (p.ex. cartas educativas intermunicipais);
- capacitação dos técnicos que realizam os projetos, bem como de outros elementos da comunidade educativa, para reforço de redes locais e transferência de conhecimento;
- coordenação geral, monitorização e avaliação dos projetos intermunicipais e dos seus projetos, incluindo o intercâmbio de experiências e a partilha de boas práticas.

As tipologias de intervenção definidas para os PIPSE permitem antever algumas interseções entre a educação e o sistema cultural, sobretudo, e de forma mais direta, ao nível das ações específicas de desenvolvimento curricular, onde as artes plásticas, artes performativas, a leitura e a escrita, entre outras, podem configurar ofertas de desenvolvimento curricular a considerar pelos municípios e pela CIM do Ave.

Trata-se de um domínio em que a CIM do Ave já tem alguma experiência, uma vez que, no âmbito do Programa “Cultura para todos”, foi considerado pertinente o desenvolvimento de um projeto artístico e cultural dirigido ao público escolar, complementar ao PIICIE do Ave, garantindo, por um lado, a igualdade de oportunidades para todos os alunos e, por outro lado, o estímulo a atividades de promoção do património cultural local, em contexto escolar. O projeto “Cultura para todos no Ave” incidiu na promoção das artes e no desenvolvimento artístico dos alunos, em duas dimensões:

- Uma dimensão de **expressão artística**, através da dinamização de oficinas de experimentação de peças de cerâmica artística, dirigidas aos alunos do 5º ano de escolaridade, tendo por principal parceiro a Fundação Castro Alves. O projeto envolveu 1.504 alunos, de 4 Municípios e 12 Agrupamentos de Escolas. Realizaram-se 75 *workshops* de modelagem tridimensional, através da produção de um azulejo em barro, em 2 fases distintas - a 1ª em contexto escolar e a 2ª em contexto museológico (mediante a visita ao Museu / Escola de Cerâmica Artística). O trabalho culminou numa exposição de azulejos, que ficou patente no Museu da Fundação Castro Alves.
- Uma outra de **expressão dramática**, através da dinamização de oficinas de teatro (que exploraram as temáticas da violência e do *bullying*), dirigidas aos alunos do 10º e 11º anos de escolaridade, tendo por principal parceiro a ANTI - Associação de Narrativa e

Teatro de Intervenção. O projeto envolveu 1.543 alunos, de 5 Municípios e 7 Agrupamentos de Escolas, tendo-se desenvolvido 28 oficinas de teatro, 24 ações contínuas e 72 ações pontuais, que culminaram num processo de criação/apresentação de um espetáculo final, em contexto de residência artística, após a realização de visitas ao Teatro Jordão.

4.2.3 Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar PNPSE

O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) foi criado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 de 24 de março.

A Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar (EM-PNPSE) assume como ideia matricial a de que a condição natural da escola é o sucesso escolar de todos os alunos. A EM-PNPSE assenta a sua visão nos seguintes pressupostos:

- Cada Escola detém conhecimento único na identificação das suas potencialidades e fragilidades por forma a assumir a liderança na criação e implementação de planos de ação estratégica (PAE) para melhoria da sua prática educativa.
- A conceção e implementação do PAE para melhoria da prática educativa pela Escola beneficia, tendo em vista a sua máxima eficácia, do envolvimento de um largo número de parceiros da comunidade educativa, de entre os quais se destacam os centros de formação de associação de escolas, as associações locais recreativas, culturais, científicas e desportivas, os municípios, os organismos e instituições económicas locais e regionais considerados relevantes, instituições de ensino superior.
- Os processos de monitorização da implementação do PAE de cada Escola beneficiam de uma contínua prática de avaliação interna já instalada, que deve ser continuamente reforçada com informações atualizadas sobre os principais indicadores de sucesso, de qualidade do sucesso e de equidade educativa, com informações a nível nacional, intermunicipal e municipal, de forma que cada Escola aprofunde os mecanismos de autorregulação que lhe permitem atingir as metas de sucesso claramente definidas. T3

As dinâmicas de promoção de sucesso escolar referem-se a exemplos de medidas implementadas por escolas no âmbito dos seus planos de desenvolvimento, pessoal, social e comunitário. Apresentam-se, de seguida, dois exemplos de medidas desenvolvidos na CIM do Ave, dirigidos aos alunos do ensino básico e secundário, um no domínio das artes e outro no domínio da leitura:

i) Agrupamento Escolar de Ínfias, Vizela | fevereiro de 2021

- **Designação das medidas:** "Estímulo à inteligência socio emocional e desenvolvimento pessoal" e "Tea, Art & Celebrity".
- **Destinatários:** alunos do ensino básico e secundário
- **Técnico(s) especializado(s):** Psicóloga, Socióloga e Artista residente
- **Enquadramento:** permanente interligação e trabalho conjunto das duas medidas do Agrupamento de Escolas: "Estímulo à inteligência socio emocional e desenvolvimento pessoal" e "Tea, Art & Celebrity", com um grande enfoque nas artes como atividades integradoras. Desenvolvimento de ações/atividades variadas focadas no indivíduo e no grupo, estimulando situações que impliquem dinâmicas da turma, reflexão tendo em vista a consensualização de necessidades/ regras transmitidas trabalhadas em diferentes sessões posteriores. Estimulação da confiança pessoal, de respeito e valorização do outro para melhorar o ambiente escolar.

ii) Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, Guimarães | julho de 2022

Consciência Fonológica para a aprendizagem da leitura e da escrita

- **Designação da medida:** "Transição para o 1º ciclo e prevenção "
- **Destinatários:** crianças em transição para o 1º ciclo e alunos do 1.º ano de escolaridade
- **Técnico(s) especializado(s):** Terapeuta da fala, psicóloga e serviço social
- **Enquadramento:** Nesta idade é fundamental que as competências de consciência fonológica estejam bem desenvolvidas, para que a aprendizagem da leitura e da escrita decorra sem dificuldades. A terapeuta da fala fez uma apresentação da temática, abordando as principais etapas da consciência fonológica e recorrendo a atividades práticas onde contou com a colaboração dos alunos. Após abordado todo o conteúdo teórico, foi feita uma atividade mais estimulante com toda a turma, adaptando um jogo tradicional (jogo das cadeiras) para a competência que se queria trabalhar (discriminação auditiva). Por fim, realizou-se um momento de leitura partilhada do livro "O Piratinha salva o Tagarela" – uma história infantil que contém vários desafios de consciência fonológica ao longo da narrativa.

Segundo o *Estudo da análise das fragilidades e das ações estratégicas declaradas pelos 50 Agrupamentos de Escolas que mais reduziram as taxas de retenção nos 2.º, 5.º e 7.º anos, entre 2016 e 2018*, no âmbito do PNPSE, as Escolas da CIM do Ave conseguiram reduzir as suas taxas de retenção de modo muito significativo nestes anos de escolaridade do ensino básico. A sua posição, no conjunto das 50 escolas a nível nacional, por ano de escolaridade, melhorou consequentemente, conforme se pode observar nas tabelas seguintes.

Tabela 17. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 2.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave

Ordem	Agrupamento de Escolas	Retenção 2014-2016	Retenção 2016-2018	VAR % Retenção
31	A Escolas Santos Simões, Guimarães	3,1%	0,5%	-84,7%
37	A Escolas de Ínfias, Vizela	5,1%	0,9%	-82,1%
38	A Escolas de Póvoa de Lanhoso	7,0%	1,3%	-81,6%

Fonte: Coleção Estudos PNPSE

Tabela 18. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 5.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave

Ordem	Agrupamento de Escolas	Retenção 2014-2016	Retenção 2016-2018	VAR % Retenção
25	A Escolas de Mondim de Basto	6,2%	0,0%	-100,0%
30	A Escolas Gil Vicente, Guimarães	6,2%	0,0%	-100,0%

Fonte: Coleção Estudos PNPSE

Tabela 19. Escolas PNPSE que mais reduziram as taxas de retenção no 7.º ano de escolaridade, entre 2016 e 2018, no âmbito do PNPSE, no Ave

Ordem	Agrupamento de Escolas	Retenção 2014-2016	Retenção 2016-2018	VAR Retenção
9	A Escolas de Briteiros, Guimarães	13,6%	0,0%	-100,0%
32	A Escolas Prof. Carlos Teixeira, Fafe	5,9%	1,4%	-76,0%
45	A Escolas de Mondim de Basto	17,6%	4,9%	-72,4%
50	A Escolas Professor Abel Salazar, Guimarães	22,4%	6,5%	-71,0%

Fonte: Coleção Estudos PNPSE

As principais conclusões do Estudo anteriormente citado referem:

- O efeito que a atribuição de docentes adicionais às Escolas gerou em termos de redução da retenção, estimando-se, no conjunto destas 50 Escolas, tanto no 2.º ano, quanto no 5.º e nos 7.º anos, que o aumento de 1% em recursos docentes no âmbito do PNPSE provocou uma redução de 13% na retenção de alunos, ou seja, uma variação percentual 13 vezes superior ao esforço acrescido despendido em recursos docentes.
- A ação estratégica focada nas Escolas é um excelente mecanismo de fomento de políticas educativas *bottom-up*, quando agrega à conceção de medidas tendentes a minorar as fragilidades um compromisso de vinculação com os resultados a alcançar, através do acréscimo de recursos adicionais, intencionalmente solicitados e atribuídos.

4.2.4 Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

Embora com carácter diferentes dos três instrumentos anteriores, e de acordo com a Direção Geral da Educação (DGE), os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) em contexto escolar são um importante recurso da escola que contribui para a melhoria do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce, a melhoria do ajustamento entre as competências dos jovens e as necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente para a atratividade do ensino profissional.

Estes serviços atuam de forma integrada e em forte articulação com a comunidade educativa, nomeadamente docentes e não docentes, pais e encarregados de educação, outros agentes educativos do meio envolvente. Desenvolvem a sua atividade nos domínios do apoio psicopedagógico a alunos e professores, do desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e da orientação ao longo da vida.

Os Serviços de Psicologia e Orientação desempenham um importante papel quer na deteção precoce de problemas de saúde, que podem ter impacto ao nível do desempenho escolar, quer em questões relacionadas com a motivação, a autoestima, autonomia, gestão de emoções e comportamentos, quer, ainda, ao nível da capacitação das famílias.

Têm um papel, igualmente importante, ao nível da orientação de jovens e respetivas famílias nos processos de informação relativamente às ofertas formativas existentes e ao mercado de trabalho, ajudando a compreender as profissões.

Foi criada uma Rede de Psicólogos da CIM do Ave que dinamiza o projeto **Educação para a Carreira**. Este projeto tem como principal objetivo dinamizar os Serviços de Psicologia e Orientação para uma planificação conjunta e concertada das ações de Educação para a Carreira/Intervenção Vocacional, nomeadamente através da capacitação e envolvimento dos agentes da rede, realizadas nos diferentes estabelecimentos de ensino. Além disso, tem também como missão promover a psicologia em contexto escolar e a intervenção vocacional como estratégias de combate ao abandono escolar, à promoção do sucesso educativo, da qualificação e da inclusão social.

4.2.5 Formação de docentes e outros agentes

A formação de docentes e de outras agentes de ensino é também um instrumento essencial da política educativa. A política de formação de docentes pretende dotar os recursos humanos, nas escolas públicas, de competências para os desafios que se colocam ao sistema de ensino, que se deseja mais inovador e com práticas pedagógicas diferenciadas em contexto de sala de aula, tendo os Centros de Formação de Professores (CFAE) um papel muito relevante nesta dinâmica.

Os resultados da “Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens” revela que “de uma maneira geral, foram reportados bons níveis de satisfação com as formações de docentes, que permitiram, entre outras coisas, a aquisição de competências em domínios pedagógicos e curriculares, mais inovadores e mais impactantes para combater o insucesso escolar”. Segundo o processo de inquirição aos docentes e outros agentes que frequentaram ações de formação, realizado no âmbito da “Avaliação Intercalar do Programa Operacional Capital Humano” cerca de *74% dos inquiridos indica que frequentaram formação contínua na área das tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar, 62% na área da docência, ou seja, áreas do conhecimento, que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino e 47% em prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula*. Nesta avaliação, não se encontram referências específicas a formações mais relacionadas com a promoção da leitura, da utilização das artes nas práticas de sala de aula, verificando-se que a formação teve particular incidência em questões mais transversais. Convém, ainda, referir que as orientações em termos de domínios de formação são condicionadas pela abertura de avisos do POCH que seleciona as competências a desenvolver relativamente às necessidades auscultadas no terreno com vista à melhoria da qualidade do sistema educativo.

Através de uma análise complementar às páginas *web* dos Centros de Formação de Professores, verifica-se que a larga maioria da oferta formativa se encontra relacionada com a aquisição de competências digitais e aprendizagens específicas de algumas disciplinas, como é o caso da matemática, por exemplo.

Concluindo, e atendendo aos instrumentos de política educativa mencionados anteriormente, alguns dos quais com caráter territorial, indicam-se, na tabela seguinte, as potenciais interações entre a educação e o sistema cultural, nomeadamente em benefício do sucesso escolar e da qualidade educativa. Alinham-se, igualmente, as principais interdependências e sinergias que podem ser desenvolvidas entre os dois setores e que apontam para uma crescente integração das estratégias, das políticas e da ação e intervenção setorial e territorial.

Tabela 20. Interações entre programas e medidas de política da educação e o sistema cultural

Instrumentos	Potenciais linhas de interação entre a educação e o sistema cultural nos programas de promoção do sucesso educativo
TEIP	- Potencial de incremento da diferenciação de acordo com as necessidades e características das escolas e os respetivos contextos, nomeadamente do ponto de vista das identidades e especificidades culturais; - Possibilidade de acesso a recursos e apoios adicionais para a concretização de diferentes ações de melhoria e recrutamento de mais professores e técnicos especializados na intervenção social e cultural; - Mobilização de novas abordagens didáticas e pedagógicas, e reinvenção de processos organizacionais, nomeadamente com ligações ao sistema cultural; - Promoção da criação de redes de parceiros; - Criação de ambientes educativos integradores e alargados (no contexto da escola e da comunidade); - Integração de atividades de ocupação de tempos livres e de trabalho escolar, com envolvimento dos alunos, como são exemplos, a ludoteca, onde se faz culinária, dança, costura, jogos, pinturas livres, conversas, etc. - Possibilidade das Escolas investirem no “Plano Plurianual de Melhoria” (PPM) enquanto instrumento de planeamento privilegiado do Programa TEIP, com a possibilidade de integração de medidas/atividades com enfoque no sistema cultural e criativo; - Reforçar as articulações com outras medidas/programas de promoção do sucesso educativo, como por exemplo o PIPSE; PNPSE, entre outros.
PIPSE	- Possibilidade de desenvolvimento de oferta de atividades extracurriculares/complementares orientadas para a promoção da leitura, das artes plásticas, das artes performativas, entre outras; - Estimular o interesse pela cultura e as atividades culturais e criativas; - Promoção do acesso à cultura e de práticas culturais nas crianças, nos jovens e nas famílias; - Recurso às artes, nas suas mais diversas expressões, para a aquisição de competências e de aprendizagens, incluindo noutras áreas; - Utilização das estruturas e dos equipamentos culturais (museus, bibliotecas, teatros, cinemas,) como espaços de aprendizagem e recursos pedagógicos; - Realização de projetos multidisciplinares que estimulem o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade; - Organização e gestão de clubes literários, de cinema, de teatro, de fotografia, etc. - Utilização de novas abordagens pedagógicas em sala de aula envolvendo artes performativas, como por exemplo, o teatro ou a dança; - Mobilização de recursos pedagógicos, em suporte audiovisual e multimédia, para as práticas de sala de aula; - Cooperação e partilha de recursos (humanos e materiais) para o desenvolvimento de projetos ligados às artes; - Envolver os agentes locais, públicos e privados, de diversas áreas e da comunidade; - Robustecer o trabalho em rede e capitalização das experiências de trabalho já existentes no território; - Possibilidade de reforçar as fontes de financiamento, mobilizando outras linhas de apoio, como o “Cultura para Todos” ou Portugal Inovação Social; - Reforçar as articulações com outras medidas promovidas no âmbito do Plano Nacional das Artes, do Plano Nacional de Leitura e do Plano Nacional do Cinema; - Apostar nos intercâmbios com outras escolas e/ou entidades do território tendo em vista a disseminação e replicação de boas práticas de projetos no domínio cultural e criativo.

Potenciais linhas de interação entre a educação e o sistema cultural nos programas de promoção do sucesso educativo	
Instrumentos	
PNPSE	- Partilha de recursos (humanos e materiais) entre os setores educativo, cultural e criativo; - Intensificar as sinergias, articulações e complementaridades com o PIPSE; - Reforço das articulações com os Plano Nacional das Artes, Plano Nacional de Leitura e Plano Nacional do Cinema; - Aposta no desenvolvimento de projetos relacionados com as artes, nas suas diversas expressões, que promovam o desenvolvimento de competências transversais que potenciam o sucesso educativo; - Potenciar a utilização de novas práticas pedagógica em sala de aula através do recurso às artes; - Promover a igualdade de oportunidades no acesso às práticas culturais e criativas, como instrumento de integração dos alunos, nomeadamente de alunos de outras nacionalidades - Potenciar a criação de escolas interculturais e promotoras de cidadania.
Serviços de Psicologia e Orientação SPO	- Incrementar o conhecimento de profissões relacionadas com o setor cultural e criativo através de visitas a entidades/empresas; convites para sessões de esclarecimento/informação na escola de pessoas que desempenham estas profissões, ... - Divulgar a oferta formativa existente no território no setor cultural e criativo, com vista a despertar o interesse relativamente às profissões associadas a este setor; - Estabelecer pontes entre as escolas e as empresas/entidades/equipamentos onde possam ser desenvolvidas atividades relacionadas com o setor cultural e criativo.
Formação de docentes e outros agentes	- Incentivar o uso de novas metodologias/abordagens pedagógicas que envolvam as artes nas suas diversas expressões; - Incentivar a mobilização do cinema, do teatro, da pintura, do património cultural e natural, entre outros, como recursos pedagógicos; - Incentivar práticas culturais dos docentes e não docentes; - Incentivar a exploração de estruturas e equipamentos culturais como complemento ao contexto de sala de aula; - Promoção de ações de formação para docentes que tenham enfoque na utilização de práticas e recursos pedagógicos inovadores, que visem a utilização da linguagem artística; - Envolvimento de agentes do setor cultural e criativo nas atividades desenvolvidas nas escolas.

4.2.6 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

A **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)** constitui-se como um documento de referência implementado pela primeira vez no ano letivo de 2017/2018, nas escolas públicas e privadas que integravam o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais.

A ENEC integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

A Educação para a Cidadania propõe os seguintes **objetivos**:

- Decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais.
- Está integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade.
- Assenta em práticas educativas que promovem a inclusão.
- Apoia-se no desenvolvimento profissional contínuo dos e das docentes.

- Envolve alunos e alunas em metodologias ativas e oferece oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.
- Está integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar.
- Promove o bem-estar e a saúde individual e coletiva.
- Envolve o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades.
- Está alinhada com as especificidades de alunos/as e as prioridades da comunidade educativa.
- Apoia-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

A proposta apresentada tem em conta três **princípios**:

- Conceção não abstrata de cidadania;
- Identificação de domínios essenciais em toda a escolaridade;
- Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia).

Por sua vez, a abordagem da educação para a cidadania propõe que se atenda a três **eixos**:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos);
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo);
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos).

4.2.7 Programa de Educação Estética e Artística

O **Programa de Educação Estética e Artística (PEEA)**, está integrado no Plano Nacional das Artes (PNA) para o horizonte temporal 2019-2029 por determinação do Ministério da Educação, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro. O PEEA da iniciativa da Direção-Geral da Educação, pretende enriquecer as experiências de educação, propondo metodologias inovadoras de aprendizagem nas áreas de Artes Visuais, Dança, Expressão Dramática/Teatro e Música.

Neste contexto, acompanha os educadores e professores, de forma continuada, através de planos sequenciados, com formação docente, iniciativas com parceiros culturais, projetos de ações educativas e realização de eventos no âmbito da Educação Artística – a fim de ser construída uma rede de conhecimentos e recursos, de acordo com cada contexto escolar.

Considerando as parcerias estabelecidas com agrupamentos de escolas, centros de formação de associação de escolas, instituições culturais e autarquias, o PEEA propõe um plano de iniciativas conjuntas e mutuamente enriquecedoras, no território nacional, para o desenvolvimento profissional e uma atitude docente mais autónoma, respondendo à necessidade de transformar e reajustar as práticas educativas na escola de hoje.

Para além da Equipa de Educação Artística, estrutura central, o PEEA conta ainda com um grupo de Embaixadores Regionais e Locais que junto das escolas estabelecem uma relação de proximidade. Esta rede de professores realiza ações sequenciadas que reconhecem a Arte como forma de conhecimento e valorizam as culturas locais e globais para a construção de uma marca de identidade.

A finalidades do Programa são:

- a) Elevar a missão da Educação Artística e o nível de literacia artística para que as artes estejam no quotidiano da escola, fortalecendo o pensamento autónomo, complexo, multidisciplinar, de forma criativa e crítica.
- b) Valorizar uma Educação Artística com maior dimensão para todos, implementando modelos de uma pedagogia libertadora, criativa, divergente; qualificando não só os seus agentes, mas também toda a comunidade, contribuindo, assim, para dinâmicas sociais mais enriquecedoras.

- c) Criar percursos de descoberta, de inovação, acreditando que na escola e através da escola a Arte é um agente de difusão de saberes e a referência de uma comunidade.
- d) Assegurar que os professores são o centro da mudança, são os que têm e encontram as estratégias, os que permitem tomadas de ação e revelam a Arte como um dos pilares da cultura e da sociedade atual.

O PEEA estabelece os seguintes objetivos:

- a) Acompanhar professores, de forma continuada, através de formações com planos sequenciados, a fim de ser construída uma rede de conhecimentos e recursos, de acordo com cada contexto escolar.
- b) Estabelecer parcerias com escolas, centros de formação de associação de escolas, instituições culturais e autarquias.
- c) Implementar um plano de ações no território nacional para o desenvolvimento profissional e uma atitude docente mais autónoma, respondendo à necessidade de transformar e reajustar as práticas educativas na escola de hoje.
- d) Realizar ações sequenciadas que valorizam as culturas locais e globais para a construção de uma marca de identidade.

Neste enquadramento a equipa realiza o Programa de Educação Estética e Artística nas áreas de Artes Visuais, Dança, Expressão Dramática/Teatro e Música e intervém a nível nacional com uma estratégia integrada em diferentes domínios, como na formação, nomeadamente:

Ações de curta duração

- Sensibilização à Educação Artística (3 a 6h);
- A Natureza das Coisas: Árvores (3h), Azul na Natureza (3h); Geometria na Natureza (3h);
- Educação Artística – Recursos Educativos em: Artes Visuais (6h); Dança (6h), Expressão Dramática-Teatro (6h), Música (6h);
- Projeta-me | Caixa de Imagens do Mundo. Um recurso educativo do Programa de Educação Estética e Artística. (3h).

Desenhadas de acordo com as necessidades dos territórios, no âmbito da Educação Artística. (3/6h)

Oficina de formação

- Educação Artística – Uma Abordagem Curricular (25h+25h).

Formação que pretende enriquecer as experiências de educação, propondo metodologias criativas de aprendizagem nas áreas de Artes Visuais, Dança, Expressão Dramática/Teatro e Música. Neste sentido, mobilizam-se conhecimentos e desenvolvem-se estratégias para as atividades artísticas, em sala de aula, explorando os processos de fruição, interpretação e experimentação com o objetivo de melhorar as práticas pedagógicas nas quatro vertentes da Educação Artística.

Cursos de formação

- Educação Artística: Artes Visuais e Recursos Educativos (12h); Dança e Recursos Educativos (12h); Expressão Dramática/Teatro e Recursos Educativos (12h); Música e Recursos Educativos (12h); Estratégias de Intervenção Cultural em Contexto Escolar (25h); Recursos Educativos em Artes Visuais (25h); Recursos Educativos em Dança (25h); Recursos Educativos em Expressão Dramática/Teatro (25h); Recursos Educativos em Música (25h).

Cursos que apresentam um conjunto de recursos educativos para dinamizar práticas pedagógicas que estimulam a apreciação, o experimentar, o saber fazer e a satisfação com a capacidade de compreender e comunicar o mundo envolvente. Para este propósito, apresenta-se uma série de referentes, de conteúdos e de processos criativos, através de atividades específicas, com o objetivo de aumentar as competências profissionais e pessoais, na área das Artes Visuais / Dança / Expressão Dramática-Teatro / Música.

Cursos de formação para formadores

- Educação Artística: Recursos Educativos em Artes Visuais para Formadores (12h); Recursos Educativos em Dança para Formadores (12h); Recursos Educativos em Música para Formadores (12h); Recursos Educativos em Expressão Dramática/Teatro para Formadores (12h); Uma Abordagem Curricular em Artes Visuais (25h)*; Uma Abordagem Curricular em Dança (25h)*; Uma Abordagem Curricular em Expressão Dramática/Teatro (25h)*; Uma Abordagem Curricular em Música (25h)*.

Projetos desenvolvidos no âmbito do PEEA:

- **A Natureza das Coisas - Caixa de imagens do mundo** - é um conjunto de ações para a aprendizagem, cujas tarefas são idealizadas a partir da descoberta do mundo natural. É mediante a experiência direta como natural e o apelo ao saber sensitivo e conceptual, próprio das áreas da Educação Artística, que se pretende alcançar a compreensão do mundo e dos seus fenómenos. Deste modo, observar, compreender, organizar, classificar objetos e padrões da natureza indicam estratégias para atingir as Aprendizagens Essenciais, nas diferentes componentes do currículo, do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico. O contacto com a Natureza e os seus fenómenos é importante para que as crianças aprendam a cuidar do meio envolvente. Para as crianças, neste particular momento em que a vida ao ar livre tem tantas atividades suspensas, colocar a Natureza nas suas vidas é urgente. A Natureza evoca em todos nós a capacidade de nos maravilharmos, de descobrir e aprender, de aguçar os sentidos e alimentar a nossa vida com imagens belas.
- **Canta-Me Histórias - Caixa de imagens do mundo** - é um recurso educativo da área artística da Música. Encontra-se organizado numa caixa, onde estão cinco caixas, cada uma delas comportando uma história, instrumentos musicais, objetos sonoros/cénicos, adereços, entre outros, que a partir da Música e articulando com as outras áreas artísticas (artes visuais, dança e expressão dramática/teatro), desenvolve atividades que exploram as competências da Educação Artística, enquadradas nos domínios das Orientações Curriculares e das Aprendizagens Essenciais. Cada uma das 5 caixas/histórias tem uma metodologia de trabalho distinta das restantes, apresentada num guião de trabalho, procurando assim indicar caminhos e possibilidades para cada educador de infância ou docente que se queira apropriar deste recurso. O cantar histórias, o entoar lendas, o interpretar narrativas locais ou imaginadas pelos alunos, servem como veículo condutor de conhecimentos.
- **Concertos Comentados – Metropolitana** em parceria com a Orquestra Académica Metropolitana, tem como objetivo proporcionar o contacto com um repertório musical específico. Os concertos são acompanhados e comentados pelo musicólogo Rui Campos Leitão que, além de acolher e orientar os alunos e professores, procura desvendar o processo individual de trabalho de um músico instrumentista e da sua relação com o todo da orquestra.
- **Concertos Pedagógicos** - sob a forma de concertos comentados, a parceria com a Orquestra Clássica do Sul, contempla um programa especialmente escolhido para a infância, e pretende revelar algumas curiosidades sobre a Música Clássica. Assim, à medida que os alunos são convidados a apreciar compositores como Beethoven, Schubert ou Debussy, paralelamente, são evocados alguns aspetos relevantes de estrutura e de composição musical, permitindo-lhes encontrar um sentido de apreciação e um despertar de curiosidades, o que muito pode contribuir para o seu domínio artístico e para o seu perfil de interesses.
- **Dia do Todd** - na Música existem muitas áreas do saber e as relações com a matemática, as ciências, as humanidades, as línguas e as artes visuais podem revelar muitas descobertas. Todd Sheldrick, trompista da Orquestra Clássica do Sul, proporciona momentos musicais nas escolas das regiões do Alentejo e Algarve, muito enriquecedores e instigadores para a aprendizagem, com a exploração e audição de peças musicais através da trompa e de instrumentos não convencionais.

- **O Artista vai à escola** - artistas e criadores promovem experiências artísticas, em interação com os alunos, nas escolas, em ambiente informal. Explicam as suas opções, interpretam e comentam sonoridades, coreografias ou textos. Estas iniciativas podem decorrer presencialmente, ou adaptar-se à atual situação sanitária por intermédio de plataforma de videoconferência. Os alunos participam em tempo real, e em contexto de sala de aulas acompanhados pelo(s) professor(es), num encontro que procura encurtar distâncias.
- **O Museu vai à escola** - visa promover a articulação ente Agrupamentos Escolares, Instituições Museológicas e Autarquias, incentivando a construção de ações conjuntas, mutuamente enriquecedoras. Este projeto quer levar os museus às escolas, possibilitando aos alunos o acesso a experiências artísticas e a manifestações culturais, desenvolvendo a consciência da necessária salvaguardado património. O projeto desenvolve-se conjugando visitas aos museus envolvidos, orientadas pelos serviços educativos destas instituições (presenciais ou virtuais), e um conjunto de propostas de atividade a desenvolver em contexto de sala de aula.
- **PARTE - Projetos Arte e Território** - de âmbito transdisciplinar, associam a Arte a aspetos locais de valorização do património natural e histórico-cultural que culminam com uma apresentação à comunidade. Têm como objetivo desenvolver as literacias através de processos para uma maior compreensão do mundo. Partindo de diferentes suportes, que incluem a paisagem e o modo como habitamos o território, pretende-se estimular as aprendizagens através da fruição, a experimentação e a criação em diferentes domínios das linguagens artísticas.
- **Projeta-me - Caixa de imagens do mundo** - recurso pedagógico assente no conceito de caixa, para desenvolver atividades que exploram os domínios da Educação Artística na infância. É através de materiais e de propostas de atividades que se estimula a invenção de imagens visuais, musicais e do movimento do corpo. Os diferentes sistemas expressivos permitem contextualizar e vivenciar conhecimentos, ampliar competências e aprofundar conexões que remetem para a realidade do mundo envolvente da criança. Projeta-me é um conjunto de recursos organizado numa caixa, com transparências e objetos. As transparências com imagens diversas, impressas em folha de acetato, são para recorte e uso em retroprojektor. Estas imagens apelam à projeção — pela luz, transparência, ampliação, escala, cor, movimento, forma, textura, sobreposição, oposição — e procuram a representação de significados e narrativas. Pretende-se que as imagens, projetadas com transparências, agreguem a projeção e a produção de sons com objetos, e simultaneamente envolvam movimentos do corpo e performances, para inventar e navegar no espaço envolvente.
- **R-A | Residências Artísticas** - uma iniciativa interministerial, entre as áreas da Educação e da Cultura, destinada aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico. Contam com a participação ativa das autarquias parceiras e decorrem em contexto escolar. As escolas recebem um artista, durante uma semana, numa das suas turmas. Músicos, bailarinos, atores e artistas visuais, oriundos de distintas instituições, propiciam aos alunos e professores envolvidos, experiências culturais e educativas marcantes. A iniciativa culmina numa apresentação pública que permite não só uma visão do processo artístico, mas também o fortalecimento de laços entre a comunidade.

4.2.8 Programa de Recuperação de Aprendizagens

O **Plano 21|23 Escolas**³⁹ foi um plano de recuperações de aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário como resposta à crise pandémica do início de 2020, com impactos nas escolas e nas aprendizagens dos alunos, indissociáveis, entre outros aspetos, da necessidade de adotar medidas de confinamento nos momentos mais críticos. Para além das respostas de emergência implementadas

³⁹ Resolução de Conselho de Ministros n. 80-B/2023, de 18 de julho.

durante a crise pandémica, foi ainda aprovado⁴⁰ o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens, que vigorou nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023.

O Plano assumiu uma abordagem multidimensional aos impactos da pandemia nas escolas e nos alunos, incluindo um conjunto muito diversificado de medidas, na sua natureza e objetivos, assumindo que esses impactos prejudicaram não só a aprendizagem dos conteúdos curriculares propriamente ditos, e das competências que lhes estão associadas, mas também o bem-estar emocional, social e mental dos alunos. O Plano está estruturado em três eixos de atuação com os seguintes objetivos:

- a) **Eixo 1: ensinar e aprender** — visa adotar medidas para que as Escolas disponham de meios pedagógicos para um desenvolvimento curricular mais flexível, assente numa maior capacidade de gestão autónoma e contextualizada, centrando-se em estratégias de eficácia demonstrada, na atividade escolar e comunitária e no apoio aos alunos, sobretudo nos anos de escolaridade e desenvolvimento de competências mais afetados pelo contexto pandémico;
- b) **Eixo 2: apoiar as comunidades educativas** — visa capacitar as Escolas com recursos e meios para o desenvolvimento de medidas de natureza extraordinária no âmbito do Plano, permitindo reforçar a capacidade de resposta dos agentes educativos e das comunidades, numa ação dirigida para a melhoria das aprendizagens, para a inclusão e para o envolvimento comunitário;
- c) **Eixo 3: conhecer e avaliar** — visa o desenvolvimento de indicadores e instrumentos precisos destinados à monitorização do Plano, promovendo a divulgação de estratégias eficazes, estudos de eficiência, a partilha de práticas e a reavaliação das medidas adotadas a nível central, bem como em cada escola.

O Plano desenvolve-se em domínios de atuação, correspondentes a áreas de incidência prioritária, e em ações específicas, que constituem o portefólio de medidas propostas às comunidades educativas, por um lado, e os meios e recursos disponibilizados, por outro lado.

O foco da ação deste Plano centra-se numa efetiva melhoria das aprendizagens, orientadas para o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e nas Aprendizagens Essenciais das diferentes disciplinas.

O Plano 21|23 Escola+ apresenta, assim, como objetivos estratégicos:

- A recuperação das competências mais comprometidas;
- A diversificação das estratégias de ensino;
- O investimento no bem-estar social e emocional;
- A confiança no sistema educativo;
- O envolvimento de toda a comunidade educativa;
- A capacitação, através do reforço de recursos e meios;
- A monitorização, através da avaliação do impacto e eficiência das medidas e recursos.

Numa lógica de consolidação e recuperação dos défices de aprendizagem que subsistem, e considerando os resultados disponíveis dos processos de monitorização e avaliação do Plano 21|23 Escola+, bem como o conhecimento, experiência e aprendizagens adquiridos com a sua implementação, o **Plano 23|24 Escola+** disponibiliza às escolas um conjunto de ações específicas a desenvolver no ano letivo de 2023/2024, através da construção e execução dos seus próprios planos de recuperação de aprendizagens.

No que se refere à Implementação dos planos de recuperação de aprendizagens, o atual Plano 23|24 Escola+ estrutura-se nos seguintes domínios:

⁴⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de junho.

- a) Domínio 1 - Leitura e escrita;
- b) Domínio 2 - Autonomia curricular;
- c) Domínio 3 - Recursos educativos;
- d) Domínio 4 - Família;
- e) Domínio 5 - Avaliação e diagnóstico;
- f) Domínio 6 - Inclusão e bem-estar;
- g) Domínio 7 - Apoiar as comunidades educativas.

Tendo em vista a preparação e implementação dos seus planos, as escolas procedem à identificação prévia dos principais domínios em que subsiste a necessidade de recuperação de aprendizagens, produzindo para o efeito um diagnóstico que envolva os órgãos de gestão e pedagógicos, docentes, técnicos especializados, outros profissionais, alunos e seus encarregados de educação. No desenvolvimento dos seus planos, as escolas devem mobilizar o conjunto de recursos, tecnológicos e digitais, resultantes dos investimentos anteriormente realizados e em curso, e que contribuíram para a execução do Plano 21|23 Escola+, fomentando também por esta via a inovação das práticas pedagógicas.

A título de exemplo, na região do Ave, o Agrupamento de Escolas de Abação, Guimarães, implementou diversas atividades que se enquadram no “Eixo 1: Ensinar e aprender”, através de diversos projetos, nomeadamente: Dez minutos a Ler (aplicação em todas as turmas com a participação de todas as disciplinas); Comunidade de leitores/Comunidade de leitores digitais; Viajante das palavras; Biblioteca bate à porta; Publicidade à leitura; Leituras em família, OLE 9.º ano; DOPE (8.º e 9.º ano); Leitura de todos para todos; Incentivo à participação e colaboração das bibliotecas públicas e outras organizações nas atividades de leitura orientada. Procederam ainda a aquisições de livros por forma a melhorar o acervo com as obras mais recentes. Ao longo do ano dinamizaram a ida dos alunos do 1.ºCiclo à Escola EB 2,3 Abação para participarem em diversas atividades como por exemplo os laboratórios abertos; Concursos de leitura e escrita. Antes do final de cada ano letivo proporcionaram a ida dos alunos do 4.º ano à escola EB2,3 de Abação, onde os alunos conheceram todos os espaços da escola, assistiram a algumas aulas, almoçaram na cantina e realizaram algumas atividades no Pavilhão.

As artes e as humanidades revelam-se instrumento fundamental no processo de recuperação e mitigação dos efeitos da pandemia, tendo a Escola proporcionado aos alunos: visitas de estudo de caráter cultural, nomeadamente à Plataforma das Artes, Casa da Memória, Citânia de Briteiros, Paço dos Duques, Museu Alberto Sampaio; a participação dos alunos em concursos internos e externos onde pudessem expressar as suas dimensões artísticas, por exemplo, desenvolvimento de logótipos, fotografias, decoração de materiais, escrita de contos, música, entre outros.

Promoveram ainda eleições para a Associação de Estudantes, disponibilizaram a Rádio Escola aos alunos, participaram no projeto Parlamento dos Jovens, no Projeto do Clube Europeu, na Academia de Líderes UBUNTO, no Projeto Inspira o teu Professor, no Projeto de Mentoria e no Projeto + Contigo (em parceria com o PESS e a saúde escolar, para promoção da saúde mental).

4.3. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA CULTURAL

4.3.1 Plano Nacional das Artes

Instituído em 2019⁴¹, o Plano Nacional das Artes (PNA) é uma estrutura de missão co-tutelada pelas áreas governativas da Cultura e da Educação e que tem como principais objetivos “tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, em particular às crianças e aos jovens, através da comunidade educativa, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Pretende incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente, trabalhando em articulação com os planos, programas e redes pré-existentes”. O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo PNA tem o horizonte temporal de uma década (2019-2029), sendo que está prevista uma avaliação intercalar dos objetivos e medidas propostas no seu Plano de Ação Estratégica⁴² no final do primeiro quinquénio (2024). Este referencial de atuação estratégica apresenta um conjunto alargado de medidas, que se estruturam em três eixos de intervenção:

- o da Política Cultural (Eixo A), que pretende genericamente contribuir para o reforço do papel transversal da cultura e das artes no desenho políticas públicas, sensibilizando os diferentes setores sociais, económicos e educativos para a assunção de um compromisso cultural e, simultaneamente, reforçar quer a consciência de artistas e instituições culturais da importância e impacto da dimensão educativa da sua atividade, mas também reforçar junto dos agentes educativos de relevância a inclusão das artes e da cultura em contextos de educação e formação, formais e não formais. Entre outras medidas propostas neste eixo de ação, inclui-se a elaboração e implementação de Planos Estratégicos Municipais Cultura – Educação.
- o da Capacitação (Eixo B), que visa garantir que todos os cidadãos têm acesso às artes, particularmente em contexto escolar, desafiando escolas de diferentes níveis de ensino a integrar as diversas expressões artísticas enquanto recurso pedagógico, criativo e transversal na abordagem aos conteúdos das diferentes disciplinas, incluindo através de parcerias e colaborações com artistas e com agentes e instituições culturais presentes nos seus territórios. Entre outras medidas propostas neste eixo de ação, incluem os programas como o da Academia PNA, que atualmente realiza diversas ações de formação credenciadas dirigidas a professores, e também a criação e disponibilização gratuita *online* de um conjunto bastante alargado de recursos educativos, dirigidos a alunos e professores dos diferentes graus de ensino – do pré-escolar ao ensino secundário.⁴³
- e, por fim, o da Educação e Acesso (Eixo C), centrado no reforço das ligações entre os agrupamentos escolares e as escolas não-agrupadas com os contextos territoriais, sociais e culturais em que se inserem, seja através de uma ligação a diferentes agentes e instituições, seja trabalhando ao nível dos currículos e dos conteúdos educativos aspetos como o território, a comunidade, os patrimónios e as culturas locais. Entre outras medidas propostas neste eixo de intervenção, encontram-se duas das mais emblemáticas do Plano: o Projeto Cultural de Escola (PCE), que será abordada adiante, e Projeto Artista Residente (PAR).

A adesão a este Plano implica uma manifestação de vontade de adesão por parte do Diretor de Escola ou de Agrupamento de Escola, desenvolvendo uma proposta específica de Projeto Cultural de Escola (PCE), o qual deverá estar alinhado com os objetivos, princípios e missão do PNA. Uma vez aceite, é nomeado um Coordenador do PCE e é constituída uma Comissão Consultiva, que integra os vários intervenientes da comunidade escolar (docentes; pessoal não docente; alunos; pais) e os parceiros culturais e financeiros do PCE (associações culturais; autarquias; artistas e coletivos; empresas; entre outros). Trata-se de um órgão consultivo que deve reunir com a periodicidade de três vezes ao ano. A equipa do PNA garante a todas as escolas e coordenadores do PCE acompanhamento e regular monitorização da implementação dos respetivos PCE.

⁴¹ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro que aprova as linhas orientadoras para o PNA.

⁴² Disponível para consulta *online* em www.pna.gov.pt

⁴³ Conteúdos disponíveis em www.pna.gov.pt/recursos-educativos

Atualmente, alguns Agrupamentos de Escola (AE) e escolas não-agrupadas da NUTS III Ave encontram-se já a trabalhar com o PNA, nomeadamente nos concelhos de Guimarães, Vizela e Vila Nova de Famalicão, tendo alguns professores beneficiado de formação no âmbito da Academia PNA. Contudo, nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto e Vieira do Minho não foram identificados agrupamentos e escolas não-agrupadas que aderiram ao PNA.

Tabela 21 – Agrupamentos escolares e escolas não-agrupadas da CIM do Ave associadas ao PNA

Agrupamentos escolares e escolas não-agrupadas associadas ao PNA	Concelho
AE D. Afonso Henriques	Guimarães
AE de Pevidém	Guimarães
AE Arqueólogo Mário Cardoso (Caldas das Taipas)	Guimarães
AE Taipas, Caldelas	Guimarães
AE de S. Bento (Infias)	Vizela
AE D. Sancho I	Vila Nova de Famalicão
AE D. Maria II	Vila Nova de Famalicão
Colégio Machado Ruivo	Vila Nova de Famalicão
Escola Básica de Ribeirão	Vila Nova de Famalicão
AE Gondifelos	Vila Nova de Famalicão
AE Padre Benjamim Salgado (Joane)	Vila Nova de Famalicão
AE Pedome	Vila Nova de Famalicão

Fonte: PNA

O Agrupamento de Escolas de S. Bento, em Vizela, desenvolveu o respetivo PCE e três docentes receberam formação no âmbito do PNA. No primeiro ano (2022/2023), o PCE privilegiou o Teatro, tirando partido da presença de um artista residente dedicado a essa área artística. O trabalho desenvolvido, designadamente pelo artista residente, tem sido avaliado muito positivamente quer pelo agrupamento, quer pela autarquia, quer ainda pela tutela (DGE) que o reconhece como exemplar de boas práticas para a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens. No entanto, como referem outros professores que têm trabalhado no âmbito do PNA no território do Ave, há limitações ao nível dos recursos financeiros, designadamente para assegurar a presença de um artista residente, limitando significativamente o alcance deste instrumento.

4.3.2 Plano Nacional de Leitura

O Plano Nacional de Leitura, uma iniciativa da DGLAB lançada em 2006 e relançada em 2027 (PNL 2027)⁴⁴, tem por objetivos principais: Facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento; Aumentar os hábitos e os índices de leitura da população; Melhorar as competências e os níveis de literacia dos portugueses; Promover o prazer e o gosto pela leitura; Desenvolver a formação leitora; Consciencializar a sociedade do valor e da importância da leitura; Estimular uma cultura e um ambiente económico-social favoráveis à multiplicação das práticas e dos contextos sociais de leitura; Potenciar a presença e a projeção mediática da leitura nos meios escritos, impressos e digitais, em presença e na Internet; Associar a leitura às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias digitais, de acordo com uma nova ecologia que se faz de múltiplas literacias; Usar a leitura para combater a desinformação, o preconceito e a ignorância.

No quadro dos seus objetivos e instrumentos de política pública, promove e operacionaliza diversos projetos e iniciativas, em parceria com um amplo conjunto de entidades distribuídas pelo território nacional, incluindo Municípios, Escolas, Rede de bibliotecas Escolares (RBE), Bibliotecas Públicas, Centros Qualifica e Universidades Seniores, que abrangem também o território da CIM do Ave.

Entre as diversas intervenções que o PNL abrange, apresentamos de seguida elementos mais específicos nos Municípios das CIM do Ave sobre os Planos Locais de Leitura, a Rede de Escolas aLeR+2027, o projeto Leitura em Família e o projeto Ler + Qualifica. Relativamente ao projeto Ler Maior, uma parceria com as Universidades Seniores, foram feitas referências no capítulo em que se abordou a intervenção das Universidades Seniores.

Os **Planos Locais de Leitura** (PLL) decorrem de uma parceria entre o PNL e as autarquias, tendo em vista o reforço da política pública de leitura a nível nacional e local, através da participação da sociedade e das comunidades locais em projetos de promoção da leitura e da escrita. Nos municípios do Ave, de acordo com informação do *site* do PNL, existem já PLL em Vila Nova de Famalicão e em Póvoa do Lanhoso (sobre este PLL não foi encontrada qualquer outra referência, nem mesmo nos sites do Município/Biblioteca Municipal)⁴⁵. Estes planos são importantes instrumentos de operacionalização do PNL, quer junto dos públicos escolares, quer junto da primeira infância, dos adultos, dos seniores, das famílias e da comunidade em geral.

Ao fomentarem a descentralização das iniciativas de promoção da leitura e escrita e entendendo estas como instrumentos de desenvolvimento pessoal, os PLL podem assumir um papel relevante no quadro das políticas de desenvolvimento sociocultural dos territórios. Por outro lado, as ações desenvolvidas no âmbito dos PLL podem contribuir para a promoção da cultura, das memórias e da identidade local. Neste contexto, e também pelas possibilidades acrescidas de alargar a rede de parceiros, potenciar os recursos e ampliar as sinergias, os PLL podem beneficiar de uma articulação ao nível da comunidade intermunicipal.

A **Rede de Escolas aLeR+ 2027**, que decorre de uma parceria entre o PNL2027 e a RBE, visa “apoiar as escolas que desenvolvem de forma consolidada um ambiente integral de leitura, centrado na melhoria da compreensão leitora e no prazer de ler e escrever”, tendo como objetivos específicos: Aprofundar uma cultura de leitura na comunidade escolar e educativa - alunos, docentes e não-docentes, famílias, amigos, ...; Incentivar a leitura e a escrita independentes e por prazer; Promover a leitura e a escrita em distintos contextos, formatos e suportes; Consolidar a transversalidade da leitura, numa perspetiva de integração curricular integrada; Mobilizar parcerias locais, nacionais e/ou internacionais, com entidades diversificadas, externas às escolas. Ler mais e melhor de forma regular e proficiente.

As escolas que pretendem integrar esta rede devem apresentar uma candidatura que testemunhe a centralidade da leitura e da escrita (tendo por base ações realizadas nos últimos 2 anos) e que reflita as orientações gerais do Programa, nomeadamente: integração de vários níveis de escolaridade e diferentes

⁴⁵ Nos *sites* dos respetivos municípios, foram encontradas referências ao PLL de Guimarães e ao Plano Municipal de Leitura de Vizela, embora os documentos não estejam disponíveis nem se conheçam detalhes sobre o conteúdo destes planos e da sua implementação.

áreas curriculares, numa perspetiva de transversalidade da leitura nas aprendizagens; inclusão da prática regular da leitura por prazer em ambientes formais, não-formais e informais; integração de tecnologias e ambientes digitais em atividades de leitura, escrita e outras literacias, em diferentes contextos, formatos e suportes; utilização de livros e materiais de leitura pelos alunos, adequados à sua competência leitora, com vista à progressão e melhoria dessa competência; recurso a atividades de socialização e divulgação da leitura e da escrita - clubes, grupos e comunidades de leitura, presenciais e *online*, iniciativas públicas e mediáticas, eventos, ...; envolvimento das famílias na prática da leitura e escrita e na sua valorização social desde a Educação Pré-Escolar até ao final da escolaridade; articulação das iniciativas com outros Agrupamentos/ Escolas não-agrupadas, com a comunidade local, a autarquia, a biblioteca municipal e com outros parceiros - empresas, associações, clubes,

Esta rede envolve diversas escolas dos concelhos do Ave, contemplando iniciativas de natureza muito variada, dirigidas a alunos de vários níveis de ensino, envolvendo diversas disciplinas e mobilizando os professores, as famílias e a comunidade em geral.

Tabela 22 – Projetos de escolas dos municípios do Ave e exemplos de atividades desenvolvidas no âmbito da Rede de Escolas aLeR+ 2027

Projeto	Escola	Concelho	Exemplos de atividades
Viajar e sentir a leitura	EB Prof. Carlos Teixeira	Fafe	Concurso de poesia concelhio "O Poeta em Mim" Sessões de histórias dirigidas a alunos que beneficiam de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (com o grupo de Educação Especial) Leitura/exploração de livros que abordem temáticas científicas e realização de atividades experimentais (com a equipa Ciência Viva) Capacitação de professores para a conceção/planificação de atividades que despertem o gosto pela leitura e pela escrita trabalhando as emoções.
Ler para Cres...Ser+	EB Professor Abel Salazar	Guimarães	Murais digitais Gravação de leituras individuais e coletivas Promoção de leitura no recreio Afixação de poemas nas janelas da escola
Abação abraça a Leitura	AE de Abação	Guimarães	Comunidade de Leitores Digitais, envolvendo alunos, professores, assistentes operacionais e encarregados de educação (através de Padlet e presencialmente, no final de cada período).
Ser+Aprender+a Ler+	AE Gonçalo Sampaio	Póvoa do Lanhoso	Criação de pequenas bibliotecas de sala de aula Realização de visitas regulares às bibliotecas escolares, para leituras, atividades e requisições domiciliárias Gravação de leituras pela voz de alunos, professores, funcionários e encarregados de educação Leituras surpresa na sala de aula pelos encarregados de educação
Ver e Ler	AE Camilo Castelo Branco	Vila Nova de Famalicão	Sensibilização para o valor estético do texto poético, exposição de trabalhos de "ilustração" de poemas e leitura expressiva de poemas (em articulação com o PNA).
Faz-te ao livro	ES de Caldas de Vizela	Vizela	Atividades de treino da escrita e da compreensão leitora. Promoção de momentos de calma e silêncio que facilitem o apelo dos livros e da leitura. Atualização das coleções de livros. Oficinas de leitura e escrita

Fonte: Rede de Escolas aLeR+ 2027

Em 2021, o PNL2027 propôs a criação de **Clubes de Leitura nas Escolas**, enquanto espaços de partilha e socialização, a partir da leitura de um mesmo livro, possibilitando a troca de ideias e experiências e o desenvolvimento do sentido crítico. Este projeto possibilita às escolas cujas candidaturas sejam aceites

um apoio financeiro para a aquisição de livros de forma a atualizarem o respetivo acervo. Para além das sessões realizadas em cada escola, o projeto promoveu já alguns encontros com escritores (face ao confinamento, na altura em que foram lançados os Clubes de Leitura nas Escolas, muitos destes eventos aconteceram *online*).

Nas escolas do Ave, designadamente nos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Fafe, têm sido apoiados alguns clubes de leitura (um ou dois por ano), sendo que no ano letivo 2023/2024 haverá três escolas integradas neste projeto.

Também o projeto **Leitura em Família** conta com o envolvimento de diversas escolas do Ave. Trata-se de um projeto que parte do reconhecimento de que “a escola e a família têm uma responsabilidade acrescida sobre a forma como, em conjunto, podem potenciar a aquisição da competência leitora e fazer de cada criança um leitor para a vida”, incentivando a prática diária da leitura, na escola e em família, com crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo (“Leitura em Vai e Vem” e “Já Sei Ler”, respetivamente). Para tal, são disponibilizadas às famílias sugestões de atividades para realizar com as crianças desses níveis de ensino.

Tabela 23 – Escolas dos municípios do Ave apoiadas em 2023 no âmbito do projeto Leitura em Família

Escola	Concelho
Escola Básica das Taipas	Guimarães
Escola Básica Arqueólogo Mário Cardoso	Guimarães
Escola Básica Gil Vicente	Guimarães
Escola Básica do Vale de São Torcato	Guimarães
Escola Básica de Briteiros	Guimarães
Escola Básica e Secundária Santos Simões	Guimarães
Escola Básica Gonçalo Sampaio	Póvoa de Lanhoso
Escola Secundária Padre Benjamim Salgado	Vila Nova de Famalicão

Fonte: Leitura em Família

Nota: Outras escolas, nomeadamente nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe e Vila Nova de Famalicão, já tiveram, no passado, o apoio deste programa, embora não o tenham no presente ano.

Os **Planos de Ação para a Leitura** (PAL) constituem uma proposta do PNL, lançada em 2023, para responder às dificuldades específicas de cada contexto educativo, relativamente às literacias e aos hábitos de leitura, apoiando “a definição e implementação de programas de promoção da literacia e da leitura sustentados na avaliação específica da realidade” de cada escola ou agrupamento. O PAL desenvolve-se em três fases, correspondentes a três anos: na primeira fase, diagnóstico e desenho da intervenção; na segunda fase, implementação do plano; e na terceira fase, monitorização e avaliação de resultados e desenho de um plano para o futuro. O acompanhamento e apoio por parte do PNL pode contemplar formação de professores, sugestões para aquisição de fundo documental específico, planeamento de estratégias de intervenção e oficinas experimentais de mediação leitora.

O projeto piloto integra 15 agrupamentos de escolas, que contarão com financiamento para a conceção e implementação do respetivo plano de intervenção 2023-2026. Entre os agrupamentos selecionados está o Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, em Guimarães.

Por seu lado, vários Centros Qualifica do Ave estão integrados no projeto **Ler + Qualifica**, lançado pelo PNL2027 e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), que se dirige “à população adulta que frequenta processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), percursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) ou Formações Modulares (CB, FM e PFOL), com o objetivo de desenvolver e reforçar hábitos de leitura e escrita, desenvolver a literacia funcional e instrumental dos adultos, mas também a literacia literária”.

Tabela 24 – Centros Qualifica dos municípios do Ave envolvidos na Rede Ler + Qualifica

Centros Qualifica	Concelho
Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto	Fafe
Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda	Guimarães
Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso
Agrupamento de Escolas Caldas de Vizela	Vizela

Fonte: Ler+ Qualifica

O projeto **Ler Maior**, também visando a população adulta, é promovido pelo PNL2027 e pela Associação Rede de Universidades de Terceira Idade (RUTIS). A Universidade Sénior Teófilo Braga, em Guimarães, como antes foi referido, está envolvida neste projeto.

Ainda no âmbito do PNL, e mobilizando a rede já consolidada nas escolas e nas bibliotecas, prevê-se o lançamento em 2024 de um **Plano Nacional para a Literacia Mediática**, visando promover o “combate à desinformação à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos” e ao “défice no acesso, consulta e leitura de conteúdos informativos de imprensa”⁴⁶. Entre outras medidas que este Plano se propõe abordar, incluem-se tópicos como a liberdade de imprensa, o serviço público de media, a integração da educação para os media nos curricula do ensino básico e secundário, o estímulo à criação de recursos educativos para lá da educação formal, o reforço da confiança nas instituições ou, ainda, o fomento de competências de literacia mediática e de regras de conduta que contraponham fenómenos como o dito discurso de ódio. Não são conhecidas iniciativas específicas neste domínio desenvolvidas nos municípios do Ave.

4.3.3 Plano Nacional de Cinema

O Plano Nacional de Cinema (PNC) foi criado em 2013 e enquadrado no Plano Nacional das Artes em 2019. Este plano visa “criar junto do público escolar as condições para que possa desenvolver-se o gosto pelo cinema, valorizando-o enquanto forma de arte, e promover um programa de literacia para o cinema e de divulgação de obras cinematográficas nacionais”⁴⁷, sendo promovido pelas áreas governativas da Cultura e da Educação, e operacionalizado pela Direção-Geral da Educação (DGE), pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e pela Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema (CP-MC).

Quase duas dezenas de escolas/agrupamentos escolares do Ave, distribuídas por cinco concelhos, estão inscritas no PNC no ano letivo 2022/2023, havendo manifestações de interesse de outros municípios em

⁴⁶ Cf. Comunicado de Imprensa do Conselho de Ministros de 2 de novembro de 2023 - <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=584>

⁴⁷ Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro.

se associar a este plano (p.e. Fafe, que prevê ter ações implementadas no próximo ano letivo, e Póvoa do Lanhoso).

A inscrição garante o acesso gratuito à Plataforma Digital de filmes PNC que “integra uma coleção de filmes portugueses e internacionais e/ou coproduzidos por Portugal e/ou em Língua portuguesa”, dirigidos a vários níveis de ensino. Estão também disponíveis dossiers pedagógicos, elaborados por “investigadores, académicos, críticos, programadores ou outras pessoas com experiência de escrita sobre cinema e, preferencialmente, de pedagogia” que visam facilitar “a discussão do filme em contexto de sala de aula ou de visionamento em sala de cinema”, constituindo um elemento de apoio ao trabalho dos professores. Não obstante, os dossiers disponibilizados até ao momento cobrem apenas uma pequena parte dos filmes que integram a plataforma PNC.

Tabela 25 – Escolas e Agrupamentos escolares dos municípios do Ave inscritos no PNC no ano letivo 2022/2023

Escolas e Agrupamentos escolares	Concelho
Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto	Celorico de Basto
Escola Profissional de Fermil	Celorico de Basto
Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso	Guimarães
Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques	Guimarães
Agrupamento de Escolas das Taipas	Guimarães
Agrupamento de Escolas de Pevidém	Guimarães
Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda	Guimarães
Agrupamento de Escolas Gil Vicente	Guimarães
Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar	Guimarães
Agrupamento de Escolas Santos Simões	Guimarães
Escola Secundária de Caldas das Taipas	Guimarães
Escola Secundária Martins Sarmiento	Guimarães
Agrupamento de Escolas Vieira Araújo	Vieira do Minho
Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco	Vila Nova de Famalicão
Agrupamento de Escolas D. Maria II	Vila Nova de Famalicão
Agrupamento de Escolas de Ribeirão	Vila Nova de Famalicão
Agrupamento de Escolas de Gondifelos	Vila Nova de Famalicão
Agrupamento de Escolas de Caldas de Vizela	Vizela

Fonte: Plano Nacional do Cinema

O PNC contempla igualmente uma componente de **formação de professores**, dirigida a docentes de todos os níveis de ensino, mas que, neste momento, se encontra suspensa⁴⁸. Estando acreditadas e sendo de frequência gratuita, estas ações foram importantes para a sensibilização dos professores para a mobilização do cinema enquanto recurso pedagógico e para a qualificação das suas intervenções. A situação atual compromete o alargamento e consolidação do PNC, que acaba por se limitar à disponibilização de um conjunto de filmes e de um reduzido número de dossiês pedagógicos.

Para além das escolas, o PNC colabora com entidades com intervenção ao nível da divulgação, investigação, ensino, produção, distribuição e exibição de cinema e mantém parcerias com instituições culturais e educativas na área do cinema e do audiovisual.

Foi neste contexto que se estabeleceu a parceria com o Close-Up - Observatório de Cinema, atualmente na sua 7ª edição, um evento promovido pelo Município e pela Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, em parceria com diversas entidades ligadas à 7ª Arte, e que contempla um conjunto de atividades que decorrem ao longo de todo o ano escolar, e que são fundamentalmente dirigidas para a formação de novos públicos para o cinema, culminando numa Mostra de Cinema, que se pretende que seja o “ponto alto e intenso da programação”.⁴⁹

⁴⁸ Não estão disponíveis informações sobre a participação de docentes dos estabelecimentos de ensino do Ave nestas ações.

⁴⁹ Cf. <https://www.closeup.pt/sobre>

4.4. ENSINO SUPERIOR E PRÁTICAS CULTURAIS DAS COMUNIDADES ACADÉMICAS

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um importante papel no quadro das políticas educativa e cultural, constituindo-se como agentes estruturantes da geração, fomento e qualificação da oferta de atividades artísticas e culturais e, simultaneamente, contribuindo para a extensão, diversificação e evolução das práticas e consumos artísticos e culturais. Enquanto instituições que concentram avultados recursos e competências nos domínios das ciências, das artes e da tecnologia, as IES são veículos importantes do território no que respeita ao desenvolvimento cultural e social das pessoas.

Para além da função principal que garantem em matéria da oferta educativa, seja da oferta de cursos conferentes de grau, seja de outra oferta formativa não conferente de grau, que é essencial no desenvolvimento global de competências da população, numa ótica da aprendizagem ao longo da vida, as IES cumprem o seu papel enquanto espaços ou parceiros de promoção da reflexão e debate, de formação de pensamento crítico, de alavanca da criatividade e incubador de iniciativas de expressão artística, incluindo nas esferas de cruzamento entre artes, ciência e tecnologia.⁵⁰

Mais recentemente, tem-se colocado um desafio, objeto de intenso debate, sobre o papel que as IES podem e devem assumir no desenvolvimento das práticas culturais da comunidade académica. Este debate não deixa de ser um reflexo de que, em muitas destas comunidades, a diversidade e a qualidade dos consumos culturais se mantêm relativamente circunscritas, num segmento reduzido da comunidade académica, mas também limitados na sua variedade. Trabalhos mais recentes que analisam as práticas culturais dos alunos do ensino superior têm confirmado algumas ideias⁵¹:

- Os alunos do ensino superior, apesar do seu capital educacional e do contexto em que estão inseridos, mantêm práticas culturais relativamente restritas, dependentes dos *mass media* – predominam consumos de música, ouvidos através de plataformas digitais e em concertos, e de cinema e audiovisual, com enorme consumo de séries, com um peso significativo de produtos e suportes de natureza comercial, e práticas conviviais;
- Não é evidente, na maioria dos casos, uma distinção entre os hábitos e as práticas culturais dos estudantes do ensino superior e outros segmentos da população jovem;
- As instituições de ensino superior têm um potencial significativo para aumentarem a motivação e desenvolverem o interesse dos estudantes pela cultura, traduzindo-se em práticas culturais diferentes das que são habituais, incluindo através de estratégias e de medidas de “ensino cultural”;
- Por sua vez, a relação dos estudantes com outras ofertas culturais fora do espaço ou ambiente académico, nomeadamente de outros agentes artísticos e culturais da cidade, continua a ser muito baixa, assim como é muito débil a relação de jovens estudantes com agentes artísticos e culturais fora do meio académico;

⁵⁰ Várias referências podem ser trabalhadas no quadro das propostas que têm sido feitas, a nível dos países e em fóruns internacionais. Uma das referências é a seguinte: Ethis, Emmanuel (presidée). *De la Culture à l'Université. 128 Propositions*. Rapport remis à Valérie Pécresse, Ministre de l'enseignement supérieur et de la Recherche. Armand Colin. 2010.

⁵¹ Algumas conclusões retiradas da análise de trabalhos académicos que analisam as práticas culturais de estudantes em algumas universidades portuguesas:

Banha, José Luis F. (2005). *Os Jovens e a Cultura. Práticas Culturais dos Estudantes de sociologia da Universidade de Évora*. Dissertação de Mestrado em sociologia. Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/15804>

Bernardo, Joana M. (2009). *Os Não- Públicos da Cultura*. Relatório de Estágio de Mestrado realizado na Culturgest. Mestrado em Ciências da Cultura. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1763>

Martins, António M., Arrozei, Jorge C., Gonçalves, M. Manuela B. (1999). *Práticas Sócio-culturais e Escolares dos Estudantes Universitários: estudo de caso*. Departamento de Ciências da Educação. Aveiro file:///C:/Users/Elisa%20P%C3%A9rez%20Babo/Desktop/1999_Pr%C3%A1ticas%20Socioculturais%20e%20Escolares.pdf

Queilhas, Anabela M. (2019). *Práticas culturais e forma de acesso à cultura da comunidade estudantil da Universidade da Beira Interior*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Culturais. Versão final. Covilhã https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/10102/1/7102_15180.pdf

- As formas de difusão e informação e os suportes em que são disseminadas representam um fator significativo no nível de adesão dos estudantes às ofertas culturais.

As principais entidades do ensino superior, público e privado, que oferecem formação nos concelhos da CIM do Ave são a Universidade do Minho – *Campi* de Azurém e de Couros e Polo em Vila Nova de Famalicão, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) – Polo de Guimarães e Polo de Vila Nova de Famalicão, a Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, a Escola Superior de Saúde do Vale do Ave, que pertence à CESPU, também em Vila Nova de Famalicão, e o IESF - Instituto de Estudos Superiores de Fafe.⁵²

Algumas destas IES constituem atualmente intervenientes muito relevantes na formação de artistas e profissionais da cultura, na dinamização do tecido cultural e artístico do território, enquanto parceiros das autarquias, das empresas e de outros organismos e entidades intervenientes no setor, e com potencial para promoverem uma intensificação e evolução qualitativa das práticas e consumos culturais no seio da comunidade académica e junto da comunidade em geral.

No caso da Universidade do Minho, com uma presença partilhada entre Braga e Guimarães, para além do seu polo em Vila Nova de Famalicão ligado à investigação e formação, sublinhamos a presença da Escola de Arquitetura, Arte e Design, com uma oferta de cursos que se repartem pelos campi de Azurém e de Couros, e da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, no campus de Gualtar, mas com o curso de licenciatura de Teatro em Guimarães.

O *campus* de Couros, inserido no centro da cidade, numa área que é atualmente objeto de proposta para extensão da área do Centro Histórico inscrita na Lista do Património Mundial, detém uma oferta significativa de estruturas que promovem, de forma muito relevante, as interações entre cultura e educação. O Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) – Associação para a Regeneração Económica, onde são lecionados a Licenciatura em Design de Produto e o Mestrado em Design de Produtos e Serviços, pela Escola de Arquitectura, Arte e Design, centra a sua atividade na interface entre a universidade e as empresas nos campos da investigação e da inovação em design e na formação. Dispõe de espaços dedicados à formação, à investigação e prestação de serviços especializados – Laboratório e Oficina de Design de Produto –, à promoção de exposições e um espaço exterior vocacionado para eventos. Outra das estruturas sedeadas neste campus é a Biblioteca *Campus* de Couros, com um amplo fundo bibliográfico especializados nas áreas das artes, do design e do teatro, que se destina primordialmente aos estudantes destas áreas.

Por sua vez, o Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (CEEUM), integrado também na Escola de Arquitectura, Arte e Design, sediado no *campus* de Azurém, desenvolve, desde 2009 (iniciou a sua atividade em projetos integrados no âmbito de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012), projetos em colaboração com instituições e entidades externas à Universidade, no campo da arquitetura ou de projetos interdisciplinares que pressupõem a transferência de conhecimento para a sociedade. Dentro ainda da extensão e de ligação à sociedade a Escola de Arquitectura, Arte e Design tem estabelecido protocolos de colaboração com algumas autarquias, no domínio da arquitetura e do urbanismo (caso do Município de Fafe) ou outros protocolos com instituições similares, nacionais ou estrangeiras para a cooperação científica e cultural.

Ainda no *campus* de Azurém, localizado na zona nordeste da cidade na proximidade do Castelo de Guimarães, a Escola de Arquitectura, Arte e Design possui a biblioteca Nuno Portas, com extenso fundo bibliográfico nas áreas do urbanismo e arquitetura, o Laboratório de Construção e Tecnologia, o Museu/Galerias, onde se aposta na divulgação de exposições, mostras e instalações, nomeadamente relacionadas com o desenho e com a arquitetura e auditórios, que são frequentemente palco de eventos científicos ou culturais.

⁵² Não foram identificados quaisquer estudos ou análises sobre as práticas culturais dos estudantes destas instituições de ensino superior.

Referir ainda que a Escola de Arquitetura, Arte e Design, para além dos cursos que conferem grau, nos domínios da arquitetura, artes visuais e design, oferece alguns cursos que não conferem grau (formação especializada ou cursos à distância e livres) nas áreas da cenografia, pintura, desenho e design, património e construção.

A reabilitação recente do Teatro Jordão, inaugurado em 2021 e localizado no centro histórico de Guimarães, veio abrir mais um espaço de formação para a Universidade do Minho, que através de um protocolo com a Câmara Municipal de Guimarães, instalou os cursos de Licenciatura de Teatro e de Artes Visuais. Este polo da Universidade do Minho beneficia das instalações deste novo equipamento reabilitado, onde se encontra também instalada a Escola de Música da Academia Valentim Moreira de Sá.

A Escola de Engenharia, instalada igualmente no *campus* de Azurém, reúne, para além das áreas de formação, 9 centros de investigação que se concentram nas áreas das ciências, engenharias e tecnologias, fundamentalmente com três grandes domínios: design, engenharia de materiais e de processos; biotecnologias, bioengenharia e biomateriais; e sistemas de informação, eletrónica, informática e engenharia industrial. Dentro das Unidades de interface, sublinha-se o papel que o Centro de Computação Gráfica tem cumprido em termos da investigação aplicada, transferências de conhecimento e tecnologia e apoio à inovação, nomeadamente, em setores relacionados com as artes e cultura, como são a indústria de *software*, TIC e *media*, e o património digital, cultura e turismo.

Dentro das atividades que a Universidade promove no domínio do apoio à educação, envolvendo também o Centro de Computação Gráfica, sublinha-se, por outro lado, a promoção e o desenvolvimento da Rede de Casas do Conhecimento, que conta atualmente com 13 espaços, dois deles instalados nos *campi* de Azurém e de Gualtar. Com o propósito global de “sensibilizar e envolver as comunidades locais em desafios como a participação, aprendizagem, criatividade e experimentação tecnológica”, tendo em vista o seu desenvolvimento e o fomento do empreendedorismo, esta rede de estruturas tem-se baseado na colaboração entre a Universidade do Minho e algumas autarquias, incluindo Fafe e Vieira do Minho, no caso do território da CIM do Ave. Entre os vários projetos que a Rede de Casas do Conhecimento vem promovendo, inclui-se a Comunidade de Leitores (6ª edição em 2022), assumindo interesse especial na promoção da leitura junto da comunidade académica e das comunidades locais. Importa igualmente sublinhar o papel que esta rede tem vindo a assumir em matéria de qualificação cidadã e de promoção de literacias.

A Universidade do Minho promove e acolhe no seu seio uma significativa diversidade de grupos culturais, organizados pelos estudantes, nas áreas da música, dança e teatro, que representam um dos mais importantes veículos de estímulo e de fomento de práticas ativas artísticas e culturais junto da comunidade académica.

Ainda nas formações artísticas, a Orquestra da Universidade do Minho, criada em 2006 como Orquestra de Câmara do Minho e que, em 2011, obteve o estatuto de Orquestra Académica, constitui hoje um dos *ex-libris* da produção e difusão artística na área da música, mobilizando a equipa académica do Departamento de Música de Braga, docentes e alunos, e mantendo presença em diversos espaços de disseminação cultural.

Apesar da informação ainda insuficiente, há dimensões novas da abordagem à cultura que estão a acontecer em algumas escolas, com metodologias de ensino também inovadoras, nomeadamente, de reconhecimento de atividades extracurriculares, no contexto das Tunas e outros coletivos associados à Associação Académica.

No caso das restantes IES sedeadas no território da CIM do Ave, a oferta de estruturas vocacionadas para atividades culturais inseridas na comunidade académica é, em geral, reduzida. Apesar disso, na generalidade, estas instituições apoiam as dinâmicas estudantis de organização de grupos vocacionados para práticas artísticas, como é o caso mais generalizado das tunas académicas. Também não é evidente, nestas outras instituições, uma orientação acentuada ou regular para a colaboração com o tecido cultural e artístico local ou, dentro desse domínio, com as autarquias locais. Haverá, por certo, algumas atividades desta natureza que poderão ser potenciadas no futuro.

Em matéria de áreas de formação, identificam-se, dentro destas outras IES do Ave, algumas apostas em matérias relacionadas com as indústrias culturais e criativas. A presença destas áreas de formação superior no contexto da CIM do Ave torna-se, em geral, fator favorável para a fixação de profissionais da cultura e para o empreendedorismo cultural e criativo.

O IPCA mantém uma presença na CIM do Ave através dos seus dois polos, em Guimarães e em Vila Nova de Famalicão, onde predomina uma oferta de cursos técnicos de especialização profissional (CTesP) em áreas como o design, a ilustração e artes gráficas, as tecnologias digitais e a gestão e marketing. O excelente posicionamento que o IPCA adquiriu no domínio do entretenimento digital, cuja oferta formativa funciona na sede da instituição, em Barcelos, não se tem vindo a estender a estes dois polos, quer em termos de formação, quer em termos de investigação. A relação com o seu centro de investigação dedicado aos jogos digitais – Digital Games Lab (o 1º a nível nacional), poderia formatar algumas mais valias com impacto no setor das indústrias culturais e criativas. Para além disso, a parceria que o IPCA mantém com a Universidade de Aveiro e a Universidade do Porto, no âmbito do Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura – ID+, reforça ainda o seu potencial de alavanca do setor cultural nas áreas do design, arte, media e cultura. Neste caso, seria igualmente interessante uma maior articulação com os dois polos sediados na CIM do Ave.

A presença da Universidade Lusíada em Vila Nova de Famalicão reforça igualmente, por seu lado, esta capacidade do ensino superior gerar efeitos qualificantes das indústrias culturais e criativas no quadro da CIM do Ave através da oferta de formação que o seu Núcleo de Arquitetura e Artes promove e do potencial de articulação que este mantém com o Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design- CITAD, sediado em Lisboa.

Se esta relação entre oferta de formação ao nível do ensino superior e o potencial de robustecimento do setor cultural e artístico constitui sem dúvida uma sinergia a explorar entre os dois setores, educação e cultura, não deixa de ser importante, para o presente plano estratégico, o potencial que a oferta de formação superior e de investigação nos domínios da educação em geral pode gerar em termos de novos desafios para o sistema educativo e a sua integração com o sistema cultural regional. Destacaríamos, nesse sentido, o facto de no território da CIM do Ave estarem sediadas várias IES que comportam escolas e uma oferta diversificada e, por vezes, inovadora de formação na área do ensino e da educação, como são os casos, para além do Instituto da Educação da Universidade do Minho, do IEES, em Fafe, com a sua Escola Superior de Educação de Fafe.

4.5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CENTROS QUALIFICA

O programa Qualifica é uma estratégia de educação e formação de adultos que combina processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) com uma componente de formação complementar ajustada caso a caso. Esta estratégia enquadra-se no primeiro pilar estratégico do Programa Nacional de Reformas (PNR).

Os Centros Qualifica têm como principal objetivo desenvolver:

- processos de informação e orientação com vista ao encaminhamento dos utentes para as ofertas de educação e formação mais adequadas;
- processos de RVCC Profissional;
- processos de RVCC Escolar.

Destinam-se a: i) adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que pretendam dar continuidade ao seu percurso de qualificação ou que procurem melhorar a sua situação face ao mercado de emprego; ii) jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e que não estejam inseridos no mercado de trabalho.

O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC Profissional) é um processo que permite obter uma certificação profissional com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos. Existem processos de RVCC Profissional para várias saídas profissionais do Catálogo Nacional de Qualificações. O mesmo candidato pode desenvolver em simultâneo um processo de RVCC Escolar e Profissional (RVCC de Dupla Certificação).

O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares (RVCC Escolar) é um processo que permite obter uma certificação escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos. Existem processos de RVCC Escolar de nível básico e secundário. mesmo candidato pode desenvolver em simultâneo um processo de RVCC Escolar e Profissional (RVCC de Dupla Certificação). A certificação obtida através desta modalidade é equivalente à atribuída nas outras modalidades de qualificação e permite o prosseguimento de estudos. A certificação obtida através desta modalidade é equivalente à atribuída nas outras modalidades de qualificação.

Na oferta formativa dirigida aos adultos do território da CIM do Ave existe uma rede de educação e formação que responde às necessidades formativas desta população. No dia 21 de junho de 2021, foi assinada a Carta de Princípios da Rede de Centros Qualifica do Ave e definidos os 3 Princípios orientadores da atividade na Região do Ave:

- ✓ Cooperação Institucional,
- ✓ Comunicação Institucional Articulada
- ✓ e Reciprocidade.

A Rede do território da CIM do Ave é constituída por 9 Centros Qualifica, que se localizam nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela, associados a instituições de natureza muito diversa, como se pode observar na tabela e na figura seguintes. Os concelhos de Mondim de Basto e Vieira do Minho são abrangidos pelos Centros Qualifica dos outros concelhos.

Tabela 26. Centros Qualifica nos concelhos do Ave

Concelho	Centro Qualifica
Cabeceiras de Basto	Associação de Desenvolvimento Rural, Mútua de Seguros e Multi-Serviços - Mútua de Basto/Norte
Fafe	Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto
Guimarães	Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda
	Escola Secundária de Caldas das Taipas
	TRIFORMIS- FORMAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA, SA
Póvoa de Lanhoso	Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso
Vila Nova de Famalicão	Município de Vila Nova de Famalicão
Vizela	Agrupamento de Escolas de Caldas de Vizela
	Duodifusão - Centro de Formação Profissional, Lda.

Fonte: Qualifica/DGEEC/ANQEP

Figura 22 – Centros Qualifica nos concelhos do Ave



Fonte: Qualifica/DGEEC/ANQEP

Na CIM do Ave, no ano letivo de 2022/23, estavam inscritos 4706 adultos em RVCC escolar e profissional, ou seja, adultos que procuram reconhecer, validar e certificar as competências que adquiriram ao longo da sua vida, e desta forma, obter uma certificação escolar e/ou profissional.

Os Centros Qualifica prestam um serviço que tem por objetivo principal desenvolver: processos de informação e orientação com vista ao encaminhamento dos utentes para as ofertas de educação e formação mais adequadas. Nesse sentido, estão em processo de encaminhamento 4471 adultos. Em processo de reconhecimento de competências estão registados nos CQ do Ave 1174 adultos na rede de 9 Centros Qualifica já referida.

Noutras modalidades de formação como por exemplo, cursos de Educação e Formação ou certificações modulares estavam inscritos 7804 formandos. Os 9 Centros Qualifica certificaram em 2022/23, 429 adultos.

Tabela 27. Inscrições e certificações em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, na região do Ave, em 2022/23

Rede CQ Ave	N.º
Inscritos	4706
Encaminhados	4471
Processo de reconhecimento*	1174
Certificados RVCC	429
Certificações outras modalidades	7804

Fonte: Centros Qualifica do Ave

Com base nos dados fornecidos pelos diversos Centros Qualifica do Ave, que disponibilizaram informação atempadamente para a fase do diagnóstico, contam-se inscritos em RVCC escolar um total de 1724 utentes (430 no ensino básico e 448 no ensino secundário) e em RVCC profissional 641 adultos (25 no ensino básico e 162 no ensino secundário), 89 inscritos em modalidades de dupla certificação no ano letivo de 2022/23.

Tabela 28. Inscrições em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, por concelho, na sub-região do Ave, em 2022/23

Concelho	Centros Qualifica	Inscritos - RVCC Escolar			Inscritos - RVCC Profissional			Dupla Certif.
		Básico	Sec.	Total	Básico	Sec.	Total	
Cabeceiras de Basto	Centro Qualifica de Basto	301	190	491	-	-	-	-
Fafe	Ass. Empresarial de Fafe Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto	28	57	85	-	37	37	-
Guimarães	TRIFORMIS	19	85	104	25	100	125	13
Póvoa do Lanhoso	AE de Póvoa de Lanhoso	21	48	69	-	5	5	-
Vizela	AE de Caldas de Vizela	-	-	247	-	-	-	-
Vizela	Duodifusão	61	68	129	-	20	20	1
Vila Nova de Famalicão	Famalicão	-	-	599	-	-	454	75
Total		430	448	1.724	25	162	641	89

Fonte: Centros Qualifica do Ave

No que diz respeito às certificações, em 2022/23 foram certificados em RVCC Escolar 213 (43 no ensino básico e 67 no ensino secundário), e em RVCC Profissional 73 adultos (12 no Básico e 37 no secundário), em 6 dos 9 Centros Qualifica do Ave.

Tabela 29. Certificações em RVCC Escolar e Profissional nos Centros Qualifica, por concelho, no Ave, em 2022/23

Concelho	Centros Qualifica	Certificados - RVCC Escolar			Certificados - RVCC Profissional			Dupla Certif.
		Básico	Sec.	Total	Básico	Sec.	Total	
Cabeceiras de Basto	Centro Qualifica de Basto	32	20	52	-	-	-	-
Fafe	Ass. Empresarial de Fafe Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto *	10	20	30	-	19	19	-
Guimarães	TRIFORMIS	1	17	18	12	23	35	1
Póvoa do Lanhoso	AE de Póvoa de Lanhoso	10	18	28	-	-	-	-
Vizela	AE de Caldas de Vizela	-	-	38	-	-	-	-
Vizela	Duodifusão	0	12	12	-	14	14	-
Vila Nova de Famalicão	Famalicão	-	-	65	-	-	25	-
Total		53	87	243	12	56	93	1

Fonte: Centros Qualifica do Ave

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi lançado um aviso para o Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3, através do Aviso de Abertura de Concurso N.º 01/C06-i03.01/2022.

As entidades promotoras de Centros Qualifica do Ave, no âmbito da atividade destas estruturas, candidataram-se a Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3, nas modalidades de qualificação de adultos. Neste sentido, foram diferidas as candidaturas dos: Município de Vila Nova de Famalicão; Duodifusão - Centro de Formação Profissional Lda; TRIFORMIS - FORMAÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA, S.A.; Associação de Desenvolvimento Rural, Mútua seguros e Multi-serviços - Mútua de Basto/Norte e a Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

Esta medida tem como destinatários finais os adultos com baixos níveis de qualificação (inferiores ao 9º ano, incluindo sem escolaridade).

Por último, importa ainda sinalizar que existem na sub-região do Ave, para além dos Centros Qualifica, outras entidades formadoras certificadas pela DGERT que ministram cursos de formação inicial e/ou contínua destinada a ativos, nomeadamente: Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Centros de Formação, Entidades formadoras privadas e empresas/empregadores⁵³.

Segundo os dados da DGERT, na CIM do Ave existe um conjunto de entidades formadoras a desenvolver formação em áreas de educação e formação relacionadas com as artes e o setor da cultura, nomeadamente, Associações recreativas e culturais e outras entidades certificadas. Destacam-se duas

⁵³ De acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiroº, a formação contínua pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (DGERT, relatório síntese anual).

entidades que ministram formação nas Artes do Espetáculo: a Associação Teatro Construção e o INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo, ambas sedeadas no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Tabela 30. Entidades formadoras certificadas pela DGERT, por AEF, por concelho na CIM do Ave

Concelho	Denominação social	Data da certificação	Área de Educação e Formação
Cabeceiras de Basto	Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baúlhe	2013-11-01	213 Audiovisuais e Produção dos Media
Fafe	SERVIREGE- Consultoria Empresarial, Unipessoal, Lda.	2015-07-06	213 Audiovisuais e Produção dos Media
	FORMMAISSABER - TRAINING AND DEVELOPMENT, UNIPESAOAL LDA.	2014-09-15	213 Audiovisuais e Produção dos Media
Guimarães	Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento	2016-01-06	322 Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)
	Sol do Ave - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave	2015-07-24	213 Audiovisuais e Produção dos Media
Vila Nova de Famalicão	Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão	2014-01-09	214 Design
	Associação Teatro Construção	2014-11-12	212 Artes do Espetáculo
	SHT - Schoolhouse, Ida	2014-04-28	214 Design
	INAC - Instituto Nacional de Artes do Circo	2023-07-10	212 Artes do Espetáculo
Vizela	Duodifusão - Centro de Formação Profissional, Lda	2013-11-08	213 Audiovisuais e Produção dos Media

Fonte: DGERT

4.6. OFERTAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS

Conforme alguns dos referenciais europeus analisados sublinham⁵⁴, a aprendizagem não-formal constitui um campo importante dentro do conceito de aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, entende-se que a **educação não-formal** adquire especial relevância neste contexto de uma maior articulação entre os setores da educação e da cultura. Seguidamente serão analisadas diversas formas de oferta de educação não-formal que se identificaram na sub-região da CIM do Ave e que se demonstram como um campo de trabalho muito profícuo em matéria de oferta de contextos e oportunidades de aprendizagem para os cidadãos, qualquer que seja o seu segmento etário.

Tendo em vista uma melhor clarificação do que se entende por oferta de educação não-formal, referimos de seguida algumas referências do conceito disponíveis em documentos e referenciais de natureza política:

“A educação não-formal” refere-se a qualquer programa educativo planificado que vise o desenvolvimento de um conjunto de aptidões e competências, que se realize fora do âmbito da educação formal.⁵⁵

“Educação institucionalizada, intencional e planeada por um prestador de serviços de educação como adição, alternativa e/ou complemento à educação formal como parte da aprendizagem ao longo da vida. É frequentemente ministrada para garantir o direito de acesso à educação para todos. Destina-se a pessoas de todas as idades, mas pode ser de curta duração e/ou de baixa intensidade. A educação não-formal é normalmente ministrada sob a forma de cursos de curta duração, *workshops* ou seminários. Conduz, na sua maioria, a qualificações que não são reconhecidas pelas autoridades educativas nacionais ou subnacionais competentes ou pode não conduzir a quaisquer qualificações. No entanto, alguns programas específicos de educação não-formal podem conduzir a qualificações reconhecidas, especialmente quando o seu objetivo é preencher as lacunas da educação formal de uma pessoa.”⁵⁶

No âmbito do diagnóstico do presente Plano vamos dar uma relevância especial à oferta que é assegurada pelas Universidades Seniores, e que se concentra num segmento de público-alvo relativamente mais ausente da intervenção das restantes propostas, públicas e privadas, em matéria de educação não-formal (onde poderemos encontrar algum predomínio do segmento de público-alvo jovem). Relativamente à restantes ofertas de educação não-formal presentes neste território, o diagnóstico centrou-se fundamentalmente na oferta assegurada por entidades e organizações que se integram dentro dos setores cultural, sociocultural ou socioeducativo.

4.6.1 Universidades seniores

As **Universidades Seniores (US)**, enquanto “respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar regularmente atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos”⁵⁷, representam um importante campo de educação não-formal. Com efeito, o respetivo enquadramento legal prevê o reconhecimento e apoio por parte do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social ao desenvolvimento de atividades das universidades seniores que visem: “a) Criar oportunidades que proporcionem um envelhecimento ativo e saudável; b) Proporcionar atividades regulares de convívio, sociais, do conhecimento, do saber, desportivas, culturais, lazer e científicas; c) Incentivar a formação ao longo da vida e estimular a troca de conhecimentos; d) Promover a inclusão social, a participação e a cooperação

⁵⁴ Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (Texto relevante para efeitos do EEE) (2018/C 189/01), [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01))

⁵⁵ Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos, https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf

⁵⁶ UNESCO, International Standard Classification of education, ISCED 2011 <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/non-formal-education> (tradução própria)

⁵⁷ Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2016, de 29 de novembro.

cívicas; e) Prevenir o isolamento, desenvolvendo a participação social”. Os serviços que as Universidades Seniores podem proporcionar aos utilizadores contemplam “a) Iniciativas teóricas e práticas de diversas áreas do conhecimento e saber; b) Seminários e cursos multidisciplinares; c) Passeios e viagens culturais; d) Grupos recreativos e artísticos; e) Divulgação e informação de serviços destinados aos seniores; f) Atividades sócio culturais em conformidade com os interesses dos utilizadores”. As Universidades Seniores podem ser promovidas por organizações privadas sem fins lucrativos ou por entidades públicas, como municípios, freguesias e estabelecimentos de ensino. A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 reconhece igualmente a importância do apoio às Universidades Seniores que, estando reconhecidas como tal pela RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade, beneficiam de um conjunto isenções fiscais e outros apoios à sua atividade. Seja através de aulas em disciplinas diversas, incluindo no campo da cultura e das artes, que asseguram a transmissão de conhecimento, seja através de visitas e outras práticas participativas, as US promovem sinergias entre educação (ao longo da vida) e cultura.

No Ave existe uma rede de US que abrange a quase totalidade dos concelhos (não foi identificada nenhuma US em Mondim de Basto), sendo promovidas quer por entidades públicas (designadamente Municípios e Freguesias), quer por entidades privadas (nomeadamente Instituições Privadas de Solidariedade Social).

Tabela 31 – Universidades Seniores nos concelhos do Ave

Universidades Seniores	Entidade Promotora	Concelho
USCAB - Universidade Sénior de Cabeceiras de Basto	Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	Cabeceiras de Basto
Academia de Cultura de S. Miguel de Refojos	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	Cabeceiras de Basto
Universidade Sénior de Fafe	Rotary Club de Fafe	Fafe
Universidade Sénior Teófilo Braga de Guimarães	CAISA- Cooperativa de Artes, Intervenção Social e Animação	Guimarães
Universidade do Autodidacta e da Terceira Idade de Guimarães	UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural, Crl	Guimarães
Universidade Sénior de Moreira de Cónegos	Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos	Guimarães
Universidade Sénior da Póvoa de Lanhoso	Rotary Club da Póvoa de Lanhoso	Póvoa do Lanhoso
Universidade Sénior de Vieira do Minho	Câmara Municipal de Vieira do Minho	Vieira do Minho
Universidade Sénior Dom Dinis de Joane	Associação Teatro Construção	Vila Nova de Famalicão
Universidade Sénior de Famalicão	Associação da Terceira Idade de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
Clube Sénior de Famalicão	Associação Gerações	Vila Nova de Famalicão
Universidade Sénior de Vizela	Rotary Club de Vizela	Vizela

Fonte: RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (disponível apenas a lista de US inscritas na RUTIS a 31.12.2021, sites das entidades promotoras)

A generalidade das US dos concelhos do Ave ministra aulas em diversas áreas, incluindo ligadas às artes e à cultura (música/instrumentos musicais e dança; história/história da arte; fotografia; pintura, desenho, olaria, artes florais, bordados e outras artes plásticas e decorativas; literatura; cultura/património/tradições locais); algumas universidades têm grupos corais/tunas, ranchos folclóricos ou grupos de teatro. Existem também “clubes” de leitura e poesia, de fotografia, etc. A maioria das Universidades Seniores promove também atividades de carácter mais pontual, como visitas de estudo e passeios de âmbito cultural, colóquios, aulas abertas e *workshops*.

Uma das US do Ave, a Teófilo Braga, em Guimarães, está igualmente envolvida no projeto de dinamização de atividades de leitura e escrita Ler Maior, promovido pelo Plano Nacional de Leitura e a RUTIS - Associação Rede de Universidades de Terceira Idade, “dirigido à população adulta que frequenta as Universidades Seniores, com o objetivo de fomentar a leitura e a escrita e estimular a troca de experiências e saberes entre a população Maior e entre esta e a população em geral, num diálogo inter-geracional”. Este projeto tem por fim dinamizar “atividades de leitura e escrita pelos adultos com mais de 50 anos, entre pares e com outras gerações, de forma a desenvolver competências de literacia e incentivar uma maior intervenção sociocultural destes adultos a partir das suas vivências, conhecimentos e capacidades”.

Ainda que a maioria destas US esteja localizada nas sedes de concelho, a sua implantação geográfica cobre também localidades de menor expressão, como Moreira de Cónegos, no concelho de Guimarães, e Joane, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Embora não haja informação específica de caracterização dos segmentos populacionais que beneficiam das atividades desenvolvidas pelas Universidades Seniores, estas tendem a dirigir-se quer a grupos da população com menores qualificações, quer a população com maiores qualificações e, em geral, com práticas culturais mais diversificadas.

4.6.2 Outras ofertas de educação não-formal

Dentro deste diagnóstico da oferta de educação não-formal, privilegiou-se como base de levantamento o tecido institucional artístico e cultural, incluindo o tecido associativo, alargando simultaneamente a temáticas relacionadas com a formação para a cidadania, o ambiente ou a questão da saúde e bem-estar.

Na informação partilhada pelos municípios no âmbito deste plano identificam-se algumas escolas/academias e entidades do tecido artístico e associativo local que promovem atividades que podem ser identificadas como educação não-formal.

Tabela 32 – Ofertas de educação não-formal nos municípios da CIM do Ave⁵⁸

Entidades	Município
Banda Cabeceirense	Cabeceiras de Basto
Grupo Folclórico de São Nicolau	Cabeceiras de Basto
Grupo de Concertinas SDF de Cabeceiras de Basto	Cabeceiras de Basto
A Casa ao Lado	Vila Nova de Famalicão
Quinta Pedagógica de Bairro	Vila Nova de Famalicão
Artis	Vila Nova de Famalicão
YUPI	Vila Nova de Famalicão
PASEC	Vila Nova de Famalicão
Fundação Cupertino Miranda	Vila Nova de Famalicão
Fundação Castro Alves	Vila Nova de Famalicão
FÉRTIL	Vila Nova de Famalicão
Vizelaimaginactiva	Vizela

Fonte: Informação disponibilizada pelos Municípios, Ago/Set 2023.

As atividades desenvolvidas cobrem predominantemente as áreas da música, abrangendo vários géneros musicais, e da dança, cobrindo estilos muito diversos, do folclore ao bailado, mas existem ofertas em áreas como o teatro e as artes plásticas, entre outras. Se grande parte desta oferta se dirige a crianças e jovens, existe também programas e ações especificamente dirigidas a adultos e seniores. As bandas, que desempenham um papel muito importante no ensino da Música, são relevantes no âmbito da formação ao longo da vida, dando continuidade, nomeadamente, ao trabalho dos conservatórios.

Algumas entidades promotoras de atividades de educação não-formal desenvolvem a sua intervenção em parceria com outras instituições, como Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

⁵⁸ A referência a estas instituições é retomada no capítulo de análise do tecido e cultural.

Entre os projetos desenvolvidos num contexto de educação não-formal, refira-se o projeto “Cantânia”, um projeto de canto participativo para alunos entre os 8 e os 13 anos, concebido e produzido pelo Serviço Educativo do L’Auditori de Barcelona e que em Portugal está a ser desenvolvido pela Sociedade Musical de Guimarães – Conservatório de Guimarães, com apoio do Município e com a participação de 2 turmas de cada um dos 14 Agrupamento de Escolas. Além de envolver os alunos na criação e preparação de um espetáculo (interpretação musical, encenação e cenografia), inclui formação para os professores, procurando incentivar o desenvolvimento das habilidades musicais e artísticas, mas também do trabalho em equipa dos participantes.

4.7. TECIDO ARTÍSTICO E CULTURAL

O tecido artístico e cultural dos municípios do Ave é relativamente denso e diversificado. Centrando esta análise somente no tecido artístico e cultural profissionalizado ou semiprofissionalizado, verifica-se que o padrão de distribuição territorial dos agentes culturais e artísticos acompanha outras dinâmicas antes identificadas, nomeadamente no que respeita ao potencial demográfico, sendo marcado por uma forte concentração nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Analisando as estruturas artísticas profissionais sedeadas em concelhos do Ave e que, nos últimos anos, têm beneficiado de apoios, pontuais ou mais prolongados, da DG Artes encontramos apenas quatro casos, dos quais: i) duas estruturas artísticas estão sedeadas em Guimarães – a Régie Cooperativa A Oficina, a Associação CAAA Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura – e duas em Vila Nova de Famalicão – a cooperativa cultural Teatro da Didascália, CRL, sedeadada em Joane, e a Associação O Cão Danado e Companhia.

Um levantamento realizado em 2019 no âmbito da Rota do Românico e centrado apenas no Ave identificou 31 agentes culturais neste território, de diferentes naturezas e perfil de atividade. Destes, 80% estão sedeados em Guimarães e Vila Nova de Famalicão (12 entidades em cada um dos concelhos), distribuindo-se os restantes pelos demais concelhos que se ficam por uma ou duas entidades cada (sendo que não se identificou nenhum agente cultural em Vizela)⁵⁹.

Entre as atividades culturais desenvolvidas por aqueles agentes destaca-se claramente o teatro, presente na quase totalidade das entidades identificadas, mas também a dança, a música, a programação cultural e a formação. Grande parte dos agentes identificados dedicam-se a múltiplas áreas artísticas, em alguns casos centrando a sua atividade, precisamente, nos cruzamentos disciplinares.

No que respeita aos recursos humanos, a maioria dos agentes culturais não dispõe de colaboradores permanentes nem mesmo de prestadores de serviços, desenvolvendo as suas atividades com base no envolvimento de elementos das organizações não remunerados. Ainda de acordo com aquele levantamento, a Caisa C.R.L e a Pasec – Plataforma De Ação Socioeducativa e Cultural, de Guimarães⁶⁰ e o Cão Danado e Companhia, a Fértil Cultural e o Teatro da Didascália C.R.L. de Vila Nova de Famalicão, são algumas das estruturas que reconhecem dispor de mais recursos humanos próprios.

Todas as entidades identificadas dispõem de instalações próprias/arrendadas ou cedidas, que podem incluir salas de ensaio, auditórios, salas de exposições, bibliotecas e escritórios. Algumas entidades dispõem de todos estes tipos de espaço, como é o caso da Teatro Vitrine, da Unagui e do Grutaca – Grupo de Teatro Amador Camiliano (tratando-se, neste último, de instalações cedidas). Quanto ao material técnico disponível o levantamento mostra que estas organizações estão apetrechadas com equipamento de luz, som e audiovisual.

Embora a informação recolhida no levantamento de 2019 possa estar, de algum modo, desatualizada e incompleta (grande parte do tecido artístico e cultural do Ave não foi contemplada), as informações atualizadas no âmbito deste Plano (aguarda-se ainda a resposta de vários municípios aos pedidos de informação) confirmam o padrão de distribuição dos agentes e as áreas culturais e artísticas a que se dedicam e os meios de que dispõem deverá ser atualmente muito semelhante.

Importa, por outro lado, referir que a generalidade do tecido cultural e artístico do Ave estabelece parcerias com a maioria dos municípios da CIM do Ave para o desenvolvimento, seja de iniciativas pontuais, seja de programas regulares, designadamente nas escolas (ensino da música, atividades de enriquecimento curricular, ensino articulado, etc.). Muitos destes agentes culturais contam ainda com o apoio financeiro

⁵⁹ Note-se que muitos agentes que fazem parte do tecido cultural e artístico do Ave não são considerados naquele levantamento, o que pode decorrer dos seus objetivos: visando a organização e produção de eventos culturais associados à Rota do Românico, eventualmente excluiu agentes de menor dimensão, sem possibilidade de se envolver em tal projeto.

⁶⁰ A estas estruturas culturais e artísticas, temos necessariamente de acrescentar, pela sua dimensão e robustez, o caso d' A Oficina, C.R.L., de Guimarães, pese embora, no âmbito do mencionado levantamento, esta entidade não tenha disponibilizado informação sobre o número de colaboradores e de prestadores de serviços.

direto por parte de alguns Municípios (conforme referências a seguir), para além de outros apoios (p.ex. através da DG Artes, embora neste caso estejamos a falar num universo substancialmente mais restrito).

Guimarães destaca-se dos restantes municípios pela diversidade e montantes dos apoios prestados a entidades culturais e pela quantidade de entidades beneficiárias. Através do regulamento IMPACTA, o município dá apoio aos planos anuais de atividades, a atividades pontuais, à criação artística (em diversas áreas), à circulação (no concelho, no país e no estrangeiro) e ainda a projetos de investigação, abrangendo dezenas de agentes locais, num montante que ultrapassou os 300 mil euros no último ciclo do regulamento (1º semestre de 2023). Adicionalmente, este Município presta apoio direto a “Iniciativas Culturais de Relevância”, que terão começado por beneficiar de apoios no âmbito do IMPACTA mas se foram afirmando e consolidando no calendário anual de programação cultural. Está previsto, em 2023, o apoio a 15 iniciativas neste âmbito. O conjunto de instituições culturais e artísticas que beneficiaram de apoio do Município, incluindo no ano de 2023 abrange as seguintes organizações: o Cineclube de Guimarães, com uma atividade reconhecida de mais de 60 anos, que promove e divulga a cultura cinematográfica, relacionando com outras áreas como por exemplo a música, cuja programação é reconhecida a nível nacional, apoiado em 2023 na realização do Cinema em Noites de Verão e do programa As Canções e os Filmes; a Elephant Musik, produtora e programadora musical sediada em Guimarães, que centra a sua atividade na organização do evento Avesso, desafiando outros programadores de fora do concelho / cidade, apoiados pelo Município em 2023 na realização do L'Agosto; Through Universe – Associação com intervenção essencialmente na área da música (apoiada pela DGArtes em 2022), e apoiada pelo Município em 2023 com os programas Vai m'a Banda e Mucho Flow; a Ideias Emergentes – Arte, Arquitectura e Produção Cultural, CRL, sediada no Porto e que mantém um atelier (ipoint) em Guimarães para apoio à Contextile - Bienal de Arte Têxtil Contemporânea, apoiada em 2023 com o programa Magic Carpets; a Associação Artística Vimaranesa, apoiada na realização em 2023 do Festival de Canto Lírico e das Comemorações do 5 de Outubro; a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, associação de solidariedade social com intervenção centrada nas respostas sociais e de serviços de apoio social, apoiada em 2023 na realização da Feira da Terra; o Grupo Folclórico Corredoura, igualmente com uma vida já prolongada e que concentra a sua atividade na defesa de usos e costumes populares e nas formas de expressão cultural tradicional, apoiado em 2023 no evento Fest in Folk; a Associação dos Amiguinhos do Museu de Alberto Sampaio, relacionada com o Museu Nacional Alberto Sampaio e que foi apoiada na realização do programa Museu à Noite; o Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra, associação que envolve atualmente maioritariamente jovens, incluindo dentro dos seus órgãos sociais, com o foco na dinamização das músicas tradicionais, apoiada em 2023 na realização do evento O Verão é na Penha; foram ainda apoiados a Paróquia de N. S. da Oliveira, com várias iniciativas, a Comissão de Festas Dar Vida à Vila, na promoção da Vila Natal (Caldas das Taipas) e o GCR Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques, no programa de Comemorações do 1º de Dezembro.

Outras instituições do tecido artístico e cultural de Guimarães igualmente apoiadas no âmbito do IMPACTA foram: i) com planos anuais de atividade, a ADG - Associação de Dança de Guimarães, Associação Cultural Outra Voz, o Círculo de Arte e Recreio, o Grupo Cultural Recreativo de Barco, o Sociedade Musical de Guimarães-Conservatório de Guimarães e a Sociedade Musical de Pevidém; ii) em apoio a atividades pontuais, a Afonsina - Tuna de Engenharia Universidade do Minho, a Associação Puzzlianos - C.J.G., a Associação Teen Group, a Astac - Astronauta Associação Cultural, a Banda Musical de Caldas das Taipas, a CAISA C.R.L., a Casa da Juventude de Guimarães, o Convívio Associação Cultural e Recreativa, a Happy and Famous Associação, a Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património e OsMusike - Associação Musical Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda; iii) no apoio a projetos de criação artística, a Associação Cultural Outra Voz, o Círculo de Arte e Recreio, a A.N.T.I - Associação de Narrativa e Teatro de Intervenção, a ARCAP - Academia Recreativa e Cultural Amigos de Ponte, a Associação Cultural de S. Vicente de Mascotelos, a Associação Cultural e Recreativa de Conde, a Associação Cultural e Recreativa do Grupo folclórico de S. Cristina de Longos, a Associação do Grupo Folclórico das Tecedeiras de Abação e Gémeos, a ATRAMA Associação Cultural, a Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos, o Centro Cultural Recreativo de Moreira de Cónegos, o Centro Social Recreativo de Campelos, o Chorus Anima Populi - Associação Cultural, o Clube Sénior Animar te com Animus, os Grupos Corais de Azurém e de Pevidem, o Grupo de Danças e Cantares de Vermil, os Grupos Folclóricos de S. Torcato, de São Martinho de Sande, de Souto, do Centro Social Vila Nova de Sande, de S. Miguel de

Creixomil – Guimarães, Vila de Ponte, o Grupo Regional Folclórico Agrícola de Pevidem, o Orfeão de Guimarães, a Osmusiké - Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda, o Rancho Folclórico de São Cipriano de Tabuadelo a Récita Grupo Cultural, a Sociedade Musical de Pevidém e a Sol no Miral - Associação Cultural.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, várias instituições têm assegurado oferta de educação artística cultural, formal e não-formal, de entre elas: a CCM/ARTAVE importante Conservatório Regional de Música que serve toda a região do médio Ave e que desenvolve um conjunto de atividades significativas em parceria com os Município de Vila Nova de Famalicão e outras entidades; o Centro Artístico - A Casa ao Lado, criado por artistas plásticos que promove em particular projetos de educação artística e de inclusão social através das artes e intervenções urbanas, adquirindo o estatuto de Clube Unesco desde 2018 e criando em 2019 o Centro Interpretativo do Grafismo - LABIRINTO DAS ARTES; a Quinta Pedagógica de Bairro do Centro Social e Cultural de S. Pedro do Bairro, com um projeto educativo que associa às vertentes de lazer e diversão, a dimensão pedagógica, sublinhando a difusão de conhecimentos e estimulando aprendizagens através da quinta; a ArtEduca – Associação de Ensino e Artes, criada por um grupo de jovens músicos profissionais que se propõem sensibilizar a comunidade, mas também as instituições e as instituições responsáveis políticas para a importância das artes na formação social e cultural, dispondo atualmente de uma Escola de Ensino Artístico (desde 2015 financiada pelo Ministério da Educação) e dinamizando simultaneamente um Coro de Pais e Amigos, que se define como um espaço de convívio, aprendizagem, descontração e partilha musical; a ARTIS - Academia de Bailado, focada na formação de bailarinos a partir dos 3 anos de idade, dispõe de uma certificação internacional do ensino de Dança Clássica e Contemporânea, com vertente de Ensino de alto Rendimento, realizando anualmente exames de ballet clássico certificados pela IDTA, espetáculos, apresentações, *workshops*, incluindo atividades para formação contínua dos alunos; a YUPI - Youth union of people with initiative, que intervém sobretudo nas áreas de desenvolvimento da comunidade local (projetos em parceria com Agrupamentos de Escola), formação de agentes multiplicadores, orientadas para a disseminação da cidadania ativa com formação através de *workshops* e outras ações de formação orientados para professores e educadores em geral, para além da promoção de voluntariado jovem; a PASEC, com génese no complexo de Habitação Social das Lameiras, é uma Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais e Plataforma de Ação Socioeducativa e Cultural que incorpora dentro dos seus objetivos promover o protagonismo juvenil através da animação sociocultural e educativa, fomentar a criação de grupos informais de crianças, adolescentes e jovens, privilegiando os contextos sociais desfavorecidos, que promovam processos de desenvolvimento local nas suas comunidades, promover a animação comunitária, democracia participativa e inclusão social, integrando atualmente seis áreas de intervenção orientadas para jovens e adultos em processo pedagógico permanente; a Fundação Cupertino Miranda com intervenção que se tem afirmado quer no plano cultural quer educativo, designadamente com o Centro Português do Surrealismo, no apoio que a sua Biblioteca presta à comunidade e na programação regular e sistemática no campo das artes plásticas, particularmente no Museu e na Torre Literária (com a exposição “Louvor e Simplificação da Literatura Portuguesa”), a que acresce ainda ações no campo assistencial com apoio a diversos organismos e instituições da região; a Fundação Castro Alves, com um a intervenção a nível educativo, artístico e cultural, designadamente através da Escola de Cerâmica Artística, para produção e formação de cerâmica artística incluindo vocacionada para crianças, jovens e seniores, da Escola de Música com Direção Pedagógica do Centro de Cultura Musical (CCM) e cursos de pré-iniciação e iniciação musical em regime normal e coadjuvado e no Curso Básico Articulado/ Supletivo, bem como a sua participação na ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave, que é a entidade proprietária da ARTAVE - Escola Profissional Artística do Vale do Ave, e finalmente o seu Museu de Cerâmica Artística incluindo um serviço de vistas guiadas; a associação FÉRTIL Cultural, que visa integrar o teatro e a antropologia através de atividades orientadas para a expressão artística, a educação e a cultura, com espetáculos e programação; e finalmente o CNE – Núcleo Famalicão.

No concelho de Vizela o tecido cultural e artístico apresenta essencialmente uma base associativa e são algumas as organizações que tem beneficiado do apoio do Município e que estabelecem, nesse sentido, protocolos com o Município tendo em vista a desenvolvimento de projetos e atividades culturais e artísticas: a Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizeleense é uma entidade centenária, que promove oferta de formação na sua Academia de Música nas áreas de Musicoterapia, Iniciação, Articulado, Supletivo, Livre, Academia Modo Rock, assegura a colocação de profissionais no âmbito da implementação da AEC – Música nas escolas do 1º CEB, para além das atividades da Banda de Música

e da Orquestra Ligeira; a Vizela Imaginactiva é uma organização associativa juvenil local, com atividade fundamentalmente orientada para os intercâmbios juvenis e, neste domínio, com parceria nos Intercâmbios Juvenis (Erasmus +) – Agrupamento Escolar de S. Bento; as associações culturais e recreativas de ACRSST – Ass. Cult. e Recreativa de S. Salvador de Tagilde, de Associação Musical e Recreativa Família Peixoto, de ACRD – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Grupo Folclórico de Santa Eulália Grupo Folclórico de Santa Eulália, da Casa do Povo de Vizela, do, do Centro Cultural e Recreativo Raúl Brandão – Infias, do Grupo Recreativo e Associativo de Santo Adrião – GRASA, de Avicella Associação Cultural, com apostas que cobrem a área da música, mas também do folclore. Algumas das Fábricas das Igrejas Paroquiais dinamizam igualmente algumas atividades de natureza cultural.

No concelho de Cabeceiras de Basto o tecido artístico e cultural tem também uma presença significativa de instituições de natureza associativa, que são apoiadas e que, em alguns casos, trabalham em parceria com o Municípios. A Academia de Música de Cabeceiras de Basto, o Grupo Folclórico de São Nicolau, Cabeceiras de Basto e o Grupo de Concertinas SDF de Cabeceiras de Basto tem protocolos de colaboração com o Município para a dinamização de atividades artísticas e culturais. Para além destas, o concelho conta com a ação promovida pelas Associação São João Baptista de Bucos – Jogo do Pau, a Associação dos Festeiros do Arco de Baúlhe e a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Refojos, bom como com a Banda Cabeceirense.

5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO DOS SISTEMAS EDUCATIVO E CULTURAL NO AVE

5.1. MATRIZ SWOT

A análise SWOT (do inglês *strenghts, weaknesses, opportunities and threats*) sistematiza o diagnóstico efetuado e apresentado nas secções anteriores. Para além de constituir uma síntese desse trabalho (e, portanto, um output), a análise SWOT constitui também um ponto de partida (isto é, um input) para o processo de formulação estratégica a desenvolver na fase seguinte. A partir do cruzamento entre os aspetos de carácter externo (ameaças e oportunidades) e interno (pontos fortes e pontos fracos), será possível identificar vantagens competitivas e vulnerabilidades bem como necessidades de reorientação e de reforço das capacidades de defesa nos sistemas de cultura e criatividade e de educação do território da CIM do Ave.

Nesse sentido, apresentam-se seguidamente os pontos fortes, pontos facos, oportunidades e ameaças dos sistemas de cultura e criatividade e de educação.

Pontos Fortes:

- Oferta diversificada e ampla de equipamentos culturais, embora com dinamismo diferenciado (sobressaindo Vila Nova de Famalicão e Guimarães com uma oferta de programação mais intensa e variada), em diferentes áreas patrimoniais e artísticas, incluindo alguma organização em rede e práticas de cooperação.
- Densidade de monumentos e sítios patrimoniais, que permitem em grande parte a sua visita e interpretação, com potencial para se assumirem espaços de cultura e educação.
- Novas práticas de cooperação e disseminação de boas práticas na recente Rede Intermunicipal de Bibliotecas Municipais (RIBMAve) que abrange todas as Bibliotecas Municipais.
- Dinamização da Rede de Museus e Monumentos do Ave (REMMO Ave) com o objetivo de promover articulação e cooperação entre estruturas museológicas, monumentos e projetos patrimoniais no território da CIM do Ave.
- Presença de estruturas culturais que apostam na relação entre abordagens às questões identitárias e atividades e programação de pendor contemporâneo.
- Oferta qualificada, diversificada e dinâmica de serviços de mediação cultural e educativos, associados sobretudo às principais instituições e estruturas museológicas, denotando-se uma maior consistência, qualidade e dinamismo em Guimarães e Vila Nova de Famalicão.
- Programação artística e cultural com projectão regional e nacional, incluindo em estruturas específicas (auditórios, teatros, cineteatros e outro tipo de salas de espetáculo), nas áreas do teatro, da dança, da música e interdisciplinar, com projeção regional e nacional e progressivamente mais internacionalizada.
- Tecido cultural a artístico amplo e diversificado, de natureza maioritariamente associativa, com sinais de crescente profissionalização.
- Efeitos positivos da realização de Guimarães Capital Europeia da Cultura em 2012 presentes nas dinâmicas institucional e profissional de oferta cultural e criativa e da procura por parte das populações, residentes ou visitantes.
- Envolvimento ativo e frequente de agentes educativos (AE e AEN) nos Planos nacionais de Leitura, de Cinema e das Artes, com boas práticas e impactos reconhecidos.

- Rede de equipamentos escolares, nos diversos níveis do ensino básico e ensino secundário, equilibrada em todo o território.
- Cooperação e concertação de iniciativas e ações no quadro do PIICIE, com contributos positivos para o problema do abandono escolar e com expressão crescente das dimensões cultural, artística e de promoção da criatividade.
- Experiência da CIM do Ave na programação e gestão de projetos que incorporam ações orientadas para a educação e formação baseadas na cultura e nas artes, designadamente, baseados em trabalho colaborativo com agentes e estruturas culturais e educativas do território (p.ex. “Cultura para todos”).
- Oferta expressiva de cursos básicos nas áreas artísticas (Música, Teatro e Dança), destacando-se a oferta e a procura na área da Música.
- Presença de Instituições de Ensino Superior (particularmente a Universidade do Minho) que asseguram formação em diversas áreas culturais e artísticas e que contribuem, enquanto parceiros e promotores, para a dinamização do tecido e da oferta cultural e artística no território (p. ex., a rede de Casas do Conhecimento).
- Contributo de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) para o incremento de práticas e consumos culturais das comunidades académicas.
- Algumas IES e respetivos Centros de I&D com vocação para inovação e internacionalização nos setores educativo e cultural e com experiência de participação em projetos internacionais (p.ex. Universidade do Minho), com capacidade de alargamento numa perspetiva de entrosamento entre educação e cultural.
- Ampla oferta educativa não-formal, incluindo oferta para segmento sénior, através das Universidades Seniores.

Ponto Fracos

- Assimetrias acentuadas nos níveis de cobertura territorial em matéria de equipamentos culturais e da vitalidade e profissionalização do tecido artístico e cultural com consequências pronunciadas em matéria do acesso aos serviços e das práticas culturais das populações.
- Acesso a equipamentos e a serviços culturais e educativos mais limitado nos territórios mais interiores, com aumento de risco de isolamento / exclusão, nomeadamente em relação às dinâmicas e a ofertas culturais e artísticas menos tradicionais.
- Debilidade de recursos humanos, logísticos e financeiros de parte significativa das estruturas e organizações culturais e artísticas, condicionando práticas de cooperação e concertação.
- Redes de estruturas culturais de âmbito sub-regional ainda emergentes, com necessidade de aumentar conhecimento mútuo e competências de concertação e cooperação ao nível dos recursos e das atividades.
- As estruturas de mediação cultural e serviços educativos associadas a equipamentos museológicas e espaços interpretativos ainda muito débeis ou pouco organizadas e com práticas predominantemente convencionais / tradicionais, centradas em alguns segmentos de público (especialmente infantil e escolar), reduzindo o seu impacto nas práticas da população (cada vez mais envelhecida).
- Debilidades de profissionalização e de competências nos profissionais da cultura e das artes para o trabalho com o sistema educativo, nas suas diversas vertentes (ensino formal e não-formal).

- Desequilíbrios territoriais na oferta de EB e ES nos domínios da arte e da cultura, concentrando-se maior oferta e mais diversificada nos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão.
- Atrasos na atualização de Cartas Educativas (2ª geração) em alguns dos concelhos com impactos no diagnóstico e planeamento atempados e integrados da oferta educativa.
- Sistema de transportes escolares assegurado pelos municípios, fortemente dependente de orçamentação e com dificuldade de dar resposta ao povoamento mais disperso, condicionando a programação de atividades extracurriculares e curriculares fora do espaço da escola.
- Condições infraestruturais e composição e competências das equipas de recursos humanos nos AE e ENA insuficientes ou desadequadas ao alargamento e qualificação da integração dos sistemas, cultural e educativo.
- Práticas ainda diminutas ou emergentes de trabalho conjunto e concertado ou em cooperação entre equipas técnicas municipais dos dois setores, educação e cultura.
- Falta de experiência dos profissionais dos dois setores para a conceção, dinamização e avaliação de projetos, iniciativas e práticas que integrem as dimensões educativa e cultural.
- Dificuldade dos Municípios e organismos do Estado Central em manter, promover e conceber instrumentos de política que integrem ensino formal, não-formal e informal.
- As Instituições de Ensino Superior não dispõem de instrumentos específicos para estimular e desenvolver competências e práticas artísticas e culturais da comunidade estudantil.

Oportunidades

- Reconhecimento e valorização crescentes, no plano internacional e nacional, do papel da Cultura e da Educação no quadro do desenvolvimento humano, da sustentabilidade e da coesão, atribuindo-se mais relevância e prioridade às políticas que integram, articulam e exploram sinergias entre os dois setores
- As orientações estratégicas e operacionais das políticas públicas, europeias e nacionais, favorecem as sinergias entre os dois sistemas Cultura e Educação.
- Mobilização crescente, no quadro das orientações da política pública, para as diferentes modalidades de ensino, formal, não-formal e informal, contribuindo para assegurar percursos de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) e abordagens em todos os domínios da vida (*lifewide approach*).
- Consolidação nacional de instrumentos e medidas de política pública, nos setores educativo e cultural, que abrem possibilidades alargadas de sinergias entre os dois sistemas, ao nível estratégico e operacional (p.ex. PNPSE, PIPSE, PNL, PNA, PNC).
- Transformação digital favorece a integração, concertação e interação entre os dois sistemas, nos instrumentos, iniciativas e ações, nomeadamente em contextos territoriais menos densos e mais frágeis.
- Diversidade das linhas de financiamento que podem enquadrar intervenções articuladas entre os dois domínios de intervenção pública ou privada.
- Tendência confirmada de reconhecimento e prioridade política no domínio da educação STEAM, que aposta na combinação das artes com os domínios STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), tendo em vista aumentar participação, sentido crítico, criatividade e inovação nos estudantes.

- Oferta de formação superior e de investigação nos domínios da educação e da cultura que pode gerar novos desafios para os sistemas educativo e cultural e a sua integração a nível regional.

Ameaças

- Instrumentos de política educativa, nomeadamente orientados para o sucesso escolar e a qualidade do ensino, ainda estruturados de forma bastante convencional, não envolvendo suficientemente nos seus modelos de *governance* os agentes artísticos e culturais.
- Existe uma clara desvalorização política, institucional e mesmo social das ofertas de ensino informal e não-formal, essenciais no quadro da aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) e das abordagens em todos os domínios da vida (*lifewide approach*), que se traduz na dificuldade / impossibilidade de reconhecimento e validação formal de competências.
- Cultura política e institucional fortemente setorializada, que dificulta a cooperação, integração e concertação de objetivos, orientações e instrumentos de política entre os setores cultural e educativo.
- Um sistema educativo nacional fortemente condicionado por problemas de natureza profissional (estatuto e sistema remuneratório dos professores) e de reconhecimento social, retirando capacidade para mudança e reconversão de comportamentos dos seus profissionais e dos modelos de gestão.
- Um sistema artístico e cultural nacional demasiado débil, inorgânico e pouco profissionalizado, com dificuldades de manter e aprofundar relações estáveis e institucionalizadas com o sistema educativo nacional que, por sua vez, se apresenta demasiado rígido, centralizado, orgânico e institucionalizado.
- Uma população residente no Ave com traços acentuados de envelhecimento, falta de qualificações e falta de práticas artísticas e culturais, com tendência para desvalorizar processos de aprendizagem ao longo da vida e de reconhecimento e validação de competências.
- Uma população residente no Ave que apresenta ainda sintomas de desvalorização do papel social da Escola e do acesso a formas diversas e contemporâneas de expressão artística e cultural.

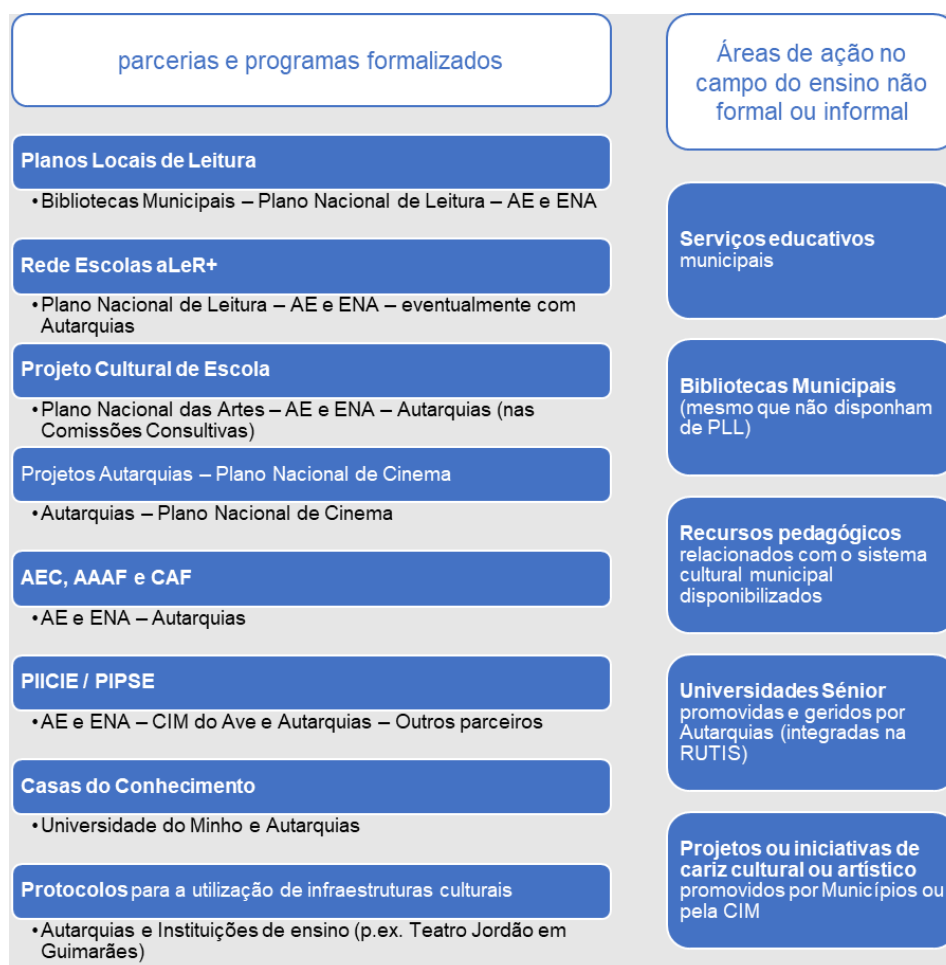
5.2. MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS “ESPAÇOS DE INTERDEPENDÊNCIA”

Tendo por base a caracterização dos setores de cultura, criatividade e educação na CIM do Ave foi possível identificar um amplo conjunto de “espaços” (não necessariamente no sentido físico, mas no sentido da ligação e inter-relacionamento institucional, de *governance* ou de trabalho técnico e profissional) onde os setores da educação e da cultura se cruzam de forma acentuada ou privilegiada, revelando um maior potencial de interação e de cooperação intersectorial.

Algumas boas práticas encontradas, ainda que em contextos e com objetivos diversos e com resultados igualmente variados, devem ser exploradas no quadro do Plano intermunicipal de intervenção dirigido aos setores da educação e da cultura.

Muitos dos “espaços de interdependência” identificados contam com uma participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave, como promotores ou parceiros de iniciativas e atividades, e, nesse sentido, serão particularmente relevantes no quadro da definição e preparação do plano de ações a curto e médio prazos. Neste contexto, incluem-se por um lado, intervenções associadas a parcerias e programas formalizados entre os Municípios e outros parceiros, seja da administração central, seja de outras organizações públicas ou privadas, e, por outro lado, as intervenções de iniciativa municipal que se inscrevem principalmente no âmbito da educação não-formal ou mesmo informal. O esquema seguinte sistematiza essas intervenções identificando os parceiros envolvidos.

Figura 23 – “Espaços de interdependência” educação e cultura com a participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave



Outros “espaços de interdependência”, embora não tenham uma participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave, podem também ser importantes no âmbito deste Plano, na medida em que inspirem o desenvolvimento de novas práticas ou possam ser reforçados a partir de estímulos ou de instrumentos de política de âmbito intermunicipal ou municipal (como é o caso por exemplo dos sistemas de apoio financeiro que os Municípios dirigem em especial ao tecido artístico e cultural). Também nesse caso se distinguiram os casos de atividades ou programas / planos que se apresentam sustentados em acordos de cooperação ou protocolos formais, das outras ações no campo da educação não-formal e informal que são predominantemente asseguradas por instituições individualmente.

Figura 24 – “Espaços de interdependência” educação e cultura sem a participação direta dos Municípios ou da CIM do Ave



Consideramos que é nestes contextos, e em particular no primeiro conjunto de situações, em que os Municípios e/ou a CIM do Ave têm um envolvimento direto, ou nos casos em que já existe uma experiência de trabalho (mais ou menos consolidada, consoante os casos) com resultados (embora nem sempre objeto de uma avaliação sistemática), que poderão surgir algumas das oportunidades mais significativas para aprofundar as sinergias entre os setores da educação e da cultura e reforçar as vantagens, no território do Ave, de uma intervenção cruzada.

5.3. FATORES NUCLEARES DE REFORÇO E DE MUDANÇA

A análise cruzada dos quatro quadrantes da matriz SWOT permite identificar alguns **trunfos** que a CIM do Ave e os Municípios detêm no sentido de avançar com uma intervenção intermunicipal que integre, seja a nível das orientações políticas, seja da prática de intervenção e de gestão dos instrumentos de política local, os sistemas da cultura e criatividade e da educação. As conclusões que a análise SWOT nos faculta, facilita igualmente a identificação de algumas das **vantagens comparativas** que o território CIM do Ave detêm no sentido de uma integração desses sistemas e dos **desafios de mudança** necessários tendo em vista uma evolução inovadora e qualitativamente mais avançada.

Estes elementos são, na nossa perspetiva, inputs bastante importantes no sentido da formulação de uma visão e da concretização das prioridades de ação e dos objetivos específicos e metas a desenhar na fase seguinte deste processo.

Os principais trunfos que a CIM do Ave e os oito Municípios detêm no sentido do desenvolvimento deste Plano Intermunicipal de Cultura, Criatividade e Educação, designadamente, pelos resultados que significam em termos de aquisição de competências dos participantes nas dimensões da cooperação, concertação e *governance*, incluem:

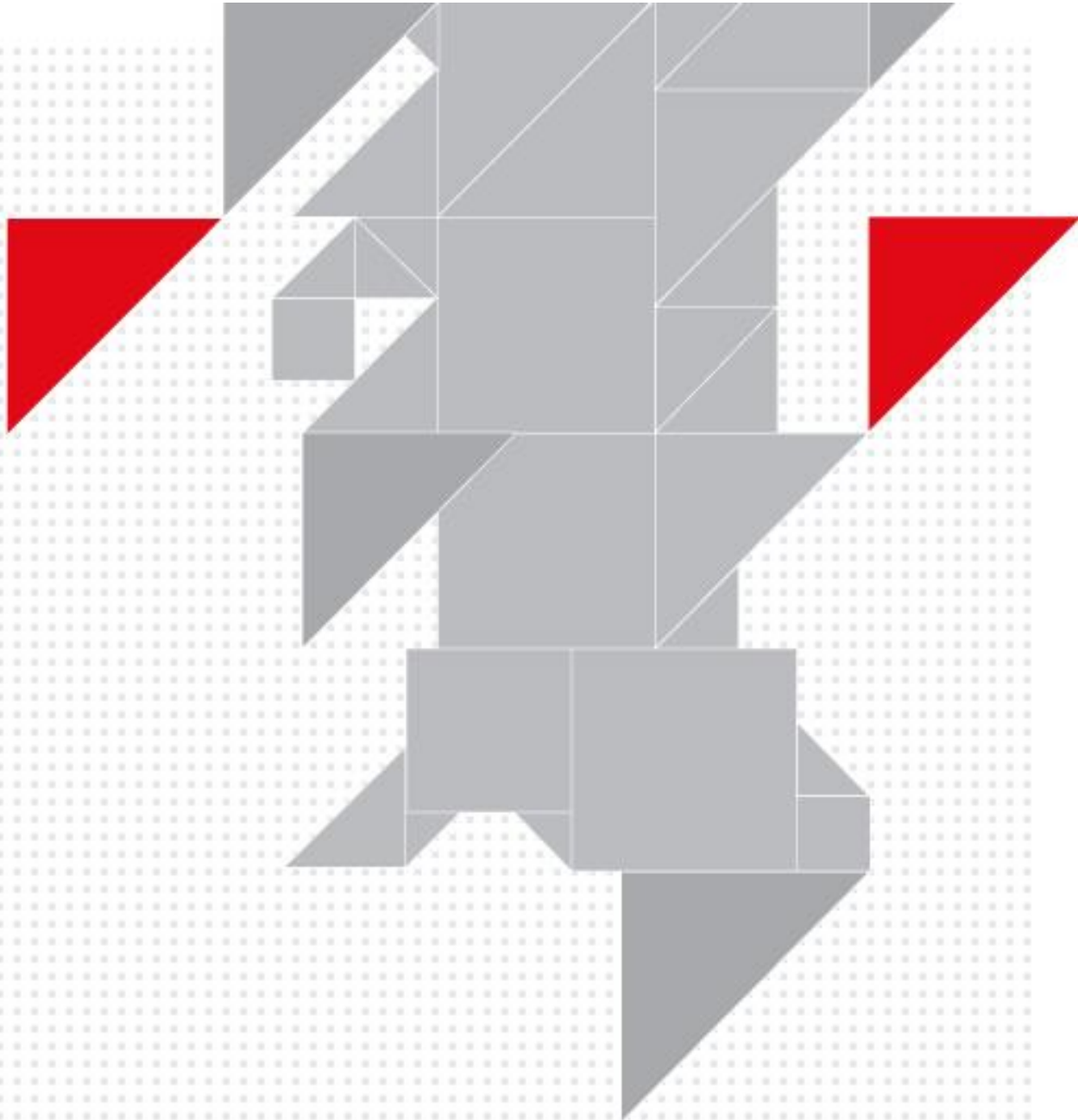
- A experiência de cooperação e os resultados já alcançados, seja em intervenções setoriais, da educação e da cultura, seja em intervenções que integram esses dois sistemas. Neste caso, podem salientar-se, pelo seu impacto ao nível da qualidade e abrangência das intervenções e dos seus resultados e impactos esperados e alcançados: os projetos culturais geridos em cooperação intermunicipal e com a CIM do Ave; Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012; e os Planos Inovadores e Integrados de Combate ao Insucesso Escolar.
- As experiências dos Municípios em projetos de ligação entre os dois setores, designadamente, dentro do quadro das suas competências, e que se centram nas atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
- Os instrumentos de *governance* horizontal e vertical, dentro dos dois setores da cultura e educação, designadamente as redes setoriais intermunicipais nas áreas das bibliotecas e dos museus e monumentos (RIBMAve e RIMMO) e o processo do PIICIE, com um modelo de *governance* relativamente exigente, em especial na articulação entre a CIM, os Municípios e os Agrupamentos Escolares e Escolas, envolvendo igualmente algumas outras instituições do sistema cultural.

Por outro lado, os sistemas educativo e cultural da CIM do Ave possuem algumas **vantagens competitivas** que tenderão a favorecer o desenvolvimento de um plano intermunicipal neste domínio, designadamente:

- A presença de Instituições de Ensino Superior, com especial destaque pela sua escala, para a Universidade do Minho;
- A robustez de algumas organizações artísticas e culturais, profissionalizadas, inseridas em redes nacionais e/ou internacionalizadas, que apesar de se concentrarem particularmente nos dois Municípios de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão, poderão assumir-se como motores de uma qualificação mais generalizada deste tecido regional;
- Os impactos do processo de Guimarães CEC 2012 na vitalidade do sistema cultural e artístico regional, e que tem sido e deverá continuar a ser refletido nas orientações de política cultural dos Municípios e da CIM do Ave.

Por fim, o diagnóstico e a análise SWOT realizados permitem-nos tomar consciência dos principais desafios e das principais dimensões em que é urgente assegurar mudanças, não apenas ao nível do planeamento (que o próprio PICCE assegurará), mas também ao nível das competências e do posicionamento institucional face aos repto que o trabalho concertado e em cooperação vira a colocar. Deste modo, os **fatores nucleares de mudança** identificados correspondem, no essencial, aos domínios onde é fundamental assegurar a intervenção e a modificação de práticas tendo em vista o sucesso do PICCE:

- i. Em matéria de modelos de governação e de *governance* que abrangem os dois setores, principalmente no seio das instituições do setor público, Municípios, CIM e Organismos da Administração Central, mas também envolvendo os tecidos institucionais privados dos dois setores;
- ii. Em matéria de competências nos profissionais e nas organizações dos dois setores, atualizando necessariamente os seus quadros conceptuais e referenciais e favorecendo aquisição de conhecimentos e aptidões orientadas preferencialmente para projetos e ações de natureza integrada;
- iii. No que respeita à capacidade de inovação e disseminação das boas práticas, de que as boas práticas internas devem ser um campo privilegiado de partilha entre decisores políticos e profissionais, da cultura e da educação;
- iv. No que respeita à mobilização eficaz de oportunidades de financiamento, procurando contornar a tendência mais geral de forte setorialização e padronização dos instrumentos de financiamento que dificultam o enquadramento de projetos inovadores e integrados.



Matosinhos

R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150

Fax (+351) 229 399 159

Lisboa

R. Duque de Palmela, nº25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200

Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt